



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS**

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/1976  
Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19/12/1986  
Recredenciada pelo Decreto nº 9.271 de 14/12/2000



PLANTERR

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO  
TERRITORIAL – PLANTERR – MESTRADO PROFISSIONAL**

**GREDISON DE NOVAIS REIS**

**POLÍTICA URBANA E A GESTÃO DE FEIRAS LIVRES:  
UM ESTUDO SOBRE A FEIRA LIVRE DO MUNICÍPIO DE  
CAPIM GROSSO-BAHIA**

Feira de Santana  
2023

**GREDISON DE NOVAIS REIS**

**POLÍTICA URBANA E A GESTÃO DE FEIRAS LIVRES:  
UM ESTUDO SOBRE A FEIRA LIVRE DO MUNICÍPIO DE  
CAPIM GROSSO-BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR), em nível de Mestrado Profissional, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana-BA.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tânia Cristina Azevedo

Feira de Santana  
2023

**Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS**

Reis, Gredison de Novais  
R31p Política urbana e a gestão de feiras livres: um estudo sobre a  
feira livre do município de Capim Grosso - Bahia / Gredison de  
Novais Reis. - 2023.  
183f. : il.

Orientadora: Tânia Cristina Azevedo

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual de  
Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Planejamento  
Territorial - PLANTERR, 2023.

1. Feira livre. 2. Política urbana. 3. Gestão pública. 4.  
Planejamento territorial. 5. Capim Grosso, Bahia. I. Azevedo,  
Tânia Cristina, orient. II. Universidade Estadual de Feira de  
Santana. III. Título.

CDU: 339.177(814.22)

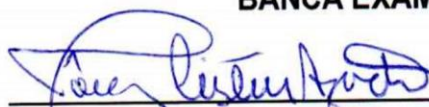
**GREDISON DE NOVAIS REIS**

**POLÍTICA URBANA E A GESTÃO DE FEIRAS LIVRES: UM ESTUDO SOBRE  
A FEIRA LIVRE DO MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO-BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR) da Universidade Estadual de Feira de Santana como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial.

Aprovada em 21 de julho de 2023.

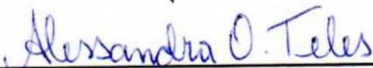
**BANCA EXAMINADORA**



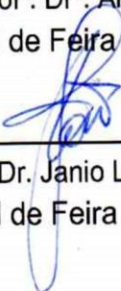
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Tânia Cristina Azevedo  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (PLANTERR)



Banca: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Adriana Nogueira Vieira Lima – membro externo  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (DCIS)



Banca: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Alessandra Oliveira Teles  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (PLANTERR)



Banca: Prof. Dr. Janio Laurentino de Jesus Santos  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (PLANTERR)

*Dedico este estudo a DEUS porque dele, por ele e para ele são todas as coisas. À família e, em especial, a filhota Elisa dos Santos Novais.*

## AGRADECIMENTOS

Quando finalizamos um trabalho é inevitável agradecermos todas as contribuições para que os resultados obtidos tenham sido, no mínimo, satisfatórios para os envolvidos nesse processo.

Dessa forma, sou extremamente grato a Deus e a todas as Forças Espirituais que nos iluminam e nos protegem, permitindo que suas bênçãos sejam instrumentos para o nosso crescimento espiritual.

Agradeço aos meus pais por me apoiarem e possibilitarem que eu tivesse acesso à educação de qualidade. À minha mãe Iracy Novais, mulher guerreira, honesta e de uma simplicidade, gratidão pelo incentivo, dedicação, preocupação e colaboração financeira.

Aos meus irmãos, em especial, as irmãs Elian e Eva Novaes pelo incentivo e preocupação.

À esposa Suzan Lima e a filha Elisa Novais por entenderem minha impaciência e ausência em muitos momentos.

Gratidão a Marcos Paulo Novais pela confecção dos mapas digitais, Aleckiss Ferreira pela ajuda na informática, Iracema Lima pelas correções linguísticas e a Joelma Moraes pela contribuição e incentivo.

A todos os amigos e colegas que contribuíram para a concretização desta dissertação.

Aos amigos e colegas de turma, pelas conversas, debates e contribuições em sala de aula, mesmo sendo remoto, além dos seminários, produções acadêmicas, ajuda pessoal no grupo de WhatsApp, pela amizade e pelo carinho construído nesse mestrado.

Aos meus professores do Curso de Planejamento Territorial, Janio Santos, José Raimundo Lima, Onildo Silva, Raquel do Vale e Sandra Medeiros.

A gestão municipal capim-grossense pela colaboração, aos funcionários do Setor de Tributos, de Arquivos pela contribuição e disponibilidade documental e ao secretário municipal de obras e urbanismo pela parceria.

É imensurável a minha gratidão a todos os feirantes e usuários por confiar em meu trabalho, ceder um pouco do seu tempo e colaborar com a coleta de dados, sem a qual não seria possível o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores da banca examinadora, Adriana Lima, Alessandra Teles pelas contribuições teóricas e avaliação da dissertação em questão e, em especial, ao professor Janio Santos, pela disponibilidade e compartilhamento de conhecimentos. Muito obrigado professor!

Sou grato a minha orientadora, professora Tânia Cristina Azevedo, pelas orientações e intensas contribuições acadêmicas no processo de formulação das ideias desta dissertação, e por aceitar mais um desafio como este, pela inspiração, paciência, confiança, dedicação, pela amizade construída ao longo deste trabalho e fortalecida em seu processo final.

Enfim, agradeço imensamente à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR) pela oportunidade em fazer parte da história acadêmica.

Muito obrigado!

*O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada.*

*Caminhando e semeando, no fim, terás o que colher.*

(Cora Coralina)



## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender as contribuições e os limites do planejamento territorial nas ações de política urbana no gerenciamento e reordenamento da feira livre do município de Capim Grosso - Bahia. Considerada uma das maiores feiras livres, presente no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, a feira de Capim Grosso, tradicionalmente realizada às segundas-feiras, é caracterizada pela diversidade de produtos à venda, adquiridos em outras localidades e oriundos da agricultura familiar, apresenta aspectos de identidade e manifestações culturais. O estudo discutiu o planejamento territorial com vista a aplicabilidade dos instrumentos da política urbana para o melhor gerenciamento da feira livre, a partir da gestão pública participativa, como processo de construção de políticas públicas. A metodologia adotada baseia-se em pesquisa bibliográfica que envolve o estudo da arte do assunto, documental e também legislações federal e municipal acerca da política urbana direcionada as feiras livres. Com abordagem quali-quantitativa, a pesquisa configura-se com um estudo de caso de natureza descritiva, exploratória e observação assistemática, com aplicação de questionários/entrevistas semiestruturados aos feirantes e usuários/consumidores na feira livre de Capim Grosso, e o poder público municipal. Para a análise e discussão dos resultados, seguiu as etapas de categorização, inferência, descrição e interpretação, o que permitiu compreender a feira livre enquanto prática econômica, social, identitária e cultural. Os achados da pesquisa apontaram, que a feira em análise corrobora diretamente para o desenvolvimento local e regional, tanto econômica quanto culturalmente, porém, não se verifica gestão participativa na construção e efetivação das políticas públicas voltadas para o gerenciamento, valorização cultural e manutenção da feira livre no contexto urbano. Desse modo, a partir da legislação pertinente e entrevistas com feirantes e usuários, propõe-se um plano de intervenção urbana, com medidas estruturais voltada para melhor reorganização territorial da feira livre.

**Palavras-chave:** Planejamento Territorial; Gestão Pública; Feira Livre; Política Urbana, Capim Grosso.

## **ABSTRACT**

This research aims to understand the contributions and limits of territorial planning in urban policy actions in the management and reorganization of the street market in the municipality of Capim Grosso - Bahia. Considered one of the biggest open-air fairs in the Jacuípe Basin Identity Territory, the Capim Grosso fair, traditionally held on Mondays, is characterized by the diversity of products for sale, purchased in other locations and from family farming, and presents aspects of identity and cultural manifestations. The study discusses territorial planning with a view to the applicability of urban policy instruments for better management of the free fair, based on participatory public management, as a process of building public policies. The methodology adopted is based on bibliographical research that involves the study of the art of the subject, documental and also federal and municipal legislation about the urban policy directed to free fairs. With a quali-quantitative approach, the research is configured with a case study of a descriptive, exploratory nature and unsystematic observation, with the application of semi-structured questionnaires/interviews to the stallholders and users/consumers at the Capim Grosso street market, and the municipal government. For the analysis and discussion of the results, the stages of categorization, inference, description and interpretation were followed, which allowed understanding the street market as an economic, social, identity and cultural practice. The research findings pointed out that the fair under analysis directly supports local and regional development, both economically and culturally, however, there is no participatory management in the construction and implementation of public policies aimed at the management, cultural enhancement and maintenance of the fair free in the urban context. Thus, based on the relevant legislation and interviews with traders and users, an urban intervention plan is proposed, with structural measures aimed at better territorial reorganization of the street market.

**Keywords:** Territorial Planning; Public Management; Free Fair; Urban Policy; Capim Grosso.

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

### Lista de Fluxograma

Fluxograma 1: Problema, questões norteadoras, hipóteses, objetivos.....	22
Fluxograma 2: Percurso metodológico da pesquisa.....	24

### Lista de Figuras

Figura 1: Croqui da área da feira livre, Capim Grosso, 2022.....	55
Figura 2: Área urbana da sede do município, Capim Grosso, 2014.....	61

### Lista de Fotos

Foto 1: Local da 1ª da feira livre, Capim Grosso, 1952.....	52
Foto 2: Vista panorâmica do contorno da saída para Feira de Santana, Capim Grosso, 1980.....	53
Foto 3: Vista aérea da sede do município, Capim Grosso, 2001.....	60
Foto 4: Vista aérea da sede do município, Capim Grosso, 2014.....	61
Foto 5: Vegetação do município, Capim Grosso, 2022.....	62
Foto 6: Barragem de Pedras Altas, Capim Grosso, 2017.....	62
Foto 7: Pontos comerciais na praça da feira, Capim Grosso, 2022.....	63
Foto 8: Praça José Prado Alves, Capim Grosso, 2019.....	65
Foto 9: Estrutura física do mercado de cereais, Capim Grosso, 2022.....	66
Foto 10: Produtos à venda na área interna do mercado de cereais, Capim Grosso, 2022.....	67
Foto 11: Estrutura física do mercado de carnes, Capim Grosso, 2022.....	67
Foto 12: Área interna no mercado de carnes, Capim Grosso, 2022.....	68
Foto 13: Estrutura física do espaço do feirante, Capim Grosso, 2022.....	69
Foto 14: Produtos à venda no espaço do feirante, Capim Grosso-BA, 2022.....	69
Foto 15: Estrutura física do mercado de peixes e ovinos, Capim Grosso, 2022.....	70
Foto 16: Área interna do mercado de peixes e ovinos, Capim Grosso, 2022.....	70
Foto 17: Produtos à venda nas barracas no dia da feira livre, Capim Grosso, 2022.....	71
Foto 18: Tipologia de barraca na feira livre, Capim Grosso, 2022.....	72
Foto 19: Produtos culturais à venda no dia da feira livre, Capim Grosso, 2022.....	74
Foto 20: Produtos culturais à venda no dia da feira livre, Capim Grosso, 2022.....	75

Foto 21: Beijus comercializados no dia da feira livre, Capim Grosso-BA, 2022.....	130
Foto 22: Produtos à venda no dia da feira livre, Capim Grosso, 2022.....	131
Foto 23: Pavimentação em paralelepípedo na praça José Prado Alves, Capim Grosso, 2022.....	136
Foto 24: Barraca armada para comercialização de produtos na feira, Capim Grosso, 2022.....	137

### **Lista de Gráficos**

Gráfico 1: Sexo dos feirantes entrevistados, Capim Grosso, 2022.....	120
Gráfico 2: Faixa etária dos feirantes entrevistados, Capim Grosso, 2022.....	121
Gráfico 3: Nível de escolaridade dos feirantes entrevistados, Capim Grosso, 2022 ....	123
Gráfico 4: Sexo dos usuários entrevistados, Capim Grosso, 2022.....	126
Gráfico 5: Faixa etária dos usuários entrevistados, Capim Grosso, 2022.....	126
Gráfico 6: Origem dos usuários entrevistados, Capim Grosso, 2022.....	127
Gráfico 7: Frequência dos usuários entrevistados na feira livre às segundas-feiras, Capim Grosso, 2022 .....	128
Gráfico 8: Grau de importância da feira livre para o desenvolvimento econômico de Capim Grosso, 2022.....	133

### **Lista de Mapas**

Mapa 1: Localização do município de Capim Grosso no território de identidade Bacia do Jacuípe, Bahia, 2010.....	58
Mapa 2: Localização do município no estado da Bahia, Capim Grosso, 2022.....	59
Mapa 3: Sede do município, Capim Grosso, 2022.....	60
Mapa 4: Área da praça da feira livre, Capim Grosso, 2022.....	66

### **Lista de Organograma**

Organograma 1: Condução da política pública urbana da feira livre de Capim Grosso, 2022.....	111
--	-----

## LISTAS DE QUADROS E TABELAS

### Lista de Quadros

Quadro 1: Origem dos produtos comercializados na feira livre, Capim Grosso, 2022	57
Quadro 2: Objetivos do Plano Diretor Municipal, Capim Grosso, 2017.....	102
Quadro 3: Demonstrativo das taxas cobradas pela Secretaria Municipal de Finanças, Capim Grosso, 2022.....	114
Quadro 4: Endereço dos feirantes entrevistados que trabalham na feira, Capim Grosso, 2022.....	122
Quadro 5: Origem dos usuários entrevistados, Capim Grosso, 2022.....	127

### Lista de Tabelas

Tabela 1: Motivações para trabalhar como feirante, Capim Grosso, 2022.....	123
Tabela 2: Produtos adquiridos na feira livre pelos Usuários, Capim Grosso, 2022.....	129
Tabela 3: Aspectos diferenciais da feira livre, Capim Grosso, 2022 .....	132
Tabela 4: Avaliação dos problemas estruturais existentes na feira livre, Capim Grosso, 2022.....	136
Tabela 5: Percepção dos usuários sobre os problemas existentes no espaço da feira livre, Capim Grosso, 2022.....	137

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACIACG - Associação Comercial Industrial e Agrícola de Capim Grosso

BA – Bahia

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CDL - Clube de Dirigentes Lojistas

CE – Ceará

CEASA - Centro Estadual de Abastecimento S/A

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CF - Constituição Federal

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano

ISS - Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza

MEI - Micro Empreendedor Individual

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organizações das Nações Unidas

PB – Paraíba

PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PE – Pernambuco

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEPLAN - Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

TCLE - Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido

TLL - Taxa de Licença de Localização

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

UPB - União dos Municípios da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
<b>2</b>	<b>O OLHAR TEÓRICO SOBRE A FEIRA LIVRE E OS ASPECTOS HISTÓRICO-GEOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO - BAHIA E SUA FEIRA .....</b>	<b>31</b>
2.1	A FEIRA LIVRE: ORIGENS, REPRESENTAÇÕES SOCIOESPACIAIS E CULTURAIS NO NORDESTE BRASILEIRO .....	31
2.1.1	PANORAMA DAS PRINCIPAIS FEIRAS NORDESTINAS: CAMPINA GRANDE-PB, CARUARU-PE, CRATO-CE, SÃO JOAQUIM/SALVADOR-BA E FEIRA DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA-BA.....	40
2.2	FEIRA LIVRE E A INTERRELAÇÃO ENTRE CIRCUITO SUPERIOR E INFERIOR DA ECONOMIA URBANA.....	46
2.3	ASPECTOS HISTÓRICO-GEOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO E A FEIRA CAPIM-GROSSENSE.....	50
2.3.1	RECORTE ESPAÇO-TEMPORAL: PRAÇA JOSÉ PRADO ALVES.....	64
2.4	A FEIRA: EXPRESSÃO CULTURAL E PATRIMÔNIO IMATERIAL.....	73
<b>3</b>	<b>POLÍTICA URBANA E A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NA ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS LIVRES: APONTAMENTOS TEÓRICOS, LEGAIS E A FEIRA LIVRE LOCAL.....</b>	<b>80</b>
3.1	O ESPAÇO URBANO COMO PONTO DE PARTIDA.....	80
3.2	PLANEJAMENTO TERRITORIAL VERSUS GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA NOS MUNICÍPIOS.....	84
3.3	POLÍTICA URBANA COMO INDUTOR NA GESTÃO DA FEIRA LIVRE	92
3.3.1	ESTATUTO DA CIDADE E O PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA.....	96
3.3.2	O PLANO DIRETOR MUNICIPAL E A FEIRA LIVRE.....	98
3.4	CONDUÇÃO DA POLÍTICA URBANA NA FEIRA LIVRE DE CAPIM GROSSO.....	105

3.5	O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA NA (RE)ORGANIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE CAPIM-GROSSENSE .....	115
<b>4</b>	<b>FEIRA LIVRE DE CAPIM GROSSO: PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS SUJEITOS, ESPECIFICIDADES, QUESTÕES SIMBÓLICAS, PROBLEMAS ESTRUTURAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>119</b>
4.1	OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	119
4.1.1	PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS FEIRANTES.....	119
4.1.2	OS USUÁRIOS DA FEIRA .....	125
4.2	ESPECIFICIDADES E AS QUESTÕES SIMBÓLICAS DA FEIRA.....	129
4.3	PROBLEMAS ESTRUTURAIS DA FEIRA CAPIM-GROSSENSE.....	135
4.3.1	PARTICIPAÇÃO SOCIAL: QUE FEIRA QUEREMOS? .....	141
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>144</b>
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>149</b>
<b>7.</b>	<b>APÊNCICES.....</b>	<b>160</b>
	Apêndice A: Produto nº 1 da pesquisa – Plano de Ação.....	160
	Apêndice B: Produto nº 2 da pesquisa - Encarte de valorização cultural.....	172
	Apêndice C: Termo de Consentimento Livre Esclarecido - Feirantes.....	174
	Apêndice D: Termo de Consentimento Livre Esclarecido - Usuários da feira.....	175
	Apêndice E: Termo de Consentimento Livre Esclarecido - Poder Público .....	176
	Apêndice F: Roteiro de Questionário Semiestruturado – Feirantes.....	177
	Apêndice G: Roteiro de Questionário Semiestruturado – Usuários da feira.....	180
	Apêndice H: Roteiro de Entrevista Semiestruturada – Poder Público.....	181
<b>8.</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>182</b>
	Anexo A: Parâmetros de arrecadação da feira livre de Capim Grosso/BA, Jan/2019 e Jun/2022.....	182
	Anexo B: Parecer Consubstanciado do CEP.....	183



## 1. INTRODUÇÃO

As feiras livres presentes nos diversos espaços públicos urbanos, sejam elas das pequenas, médias ou grandes cidades, são espaços territoriais estabelecidos pela relação de poder em que se apresentam um grande leque de produtos e serviços e constituem manifestações socioeconômicas que movimentam as diversas áreas. Dentro da multiplicidade, diversos são os olhares sobre as feiras livres.

Em uma abordagem socioeconômica elas representam um ponto de encontro entre vendedores (feirantes) que expõem seus produtos e disponibilizam seus serviços para que sejam adquiridos pelos compradores (fregueses, consumidores usuários), ou seja, a população local e regional. Embora apresente um vetor econômico, a feira preenche também uma função social. O aspecto econômico potencializa-se nas redes de sociabilidades, pois, da economia à cultura, a feira possui diferentes perspectivas e finalidades, de acordo com a intenção daqueles que por ali circulam.

Nessa perspectiva, a feira não se configura apenas como uma arena de compra e venda, mas como um ponto focal de referência da cultura, um lugar de encontros e de lazer, com características peculiares. O multicolorido, o cheiro e os sons, nem tão harmoniosos, entoados pelos feirantes, como estratégia para realizar as melhores vendas, são elementos particulares encontrados em inúmeras ocasiões, nesses confusos teatros, distribuídos no espaço urbano.

A feira livre é um fenômeno com imprecisão de período e o local exato de seu advento. Admite-se, que essas existam desde os primeiros agrupamentos humanos e que sua origem se deve ao desenvolvimento da agricultura e a domesticação de animais, embora haja estudos que considerem o surgimento na Antiguidade como apontam Azevedo e Queiroz (2013).

No período medieval, a feira livre era o centro distribuidor em que os grandes mercadores compravam e vendiam os produtos oriundos do oriente e ocidente. É nesse período que, segundo Vedana (2004), a feira exerce o papel de fortalecer as relações comerciais e econômicas.

Com a expansão comercial marítima europeia, a tradição das feiras livres foi levada para as colônias além-mar. No Brasil, amplamente difundidas em todo o território, as feiras livres apresentam ligações históricas com o processo de formação territorial e das redes de sociabilidade do país, podendo ser lidas como uma herança da tradição cultural de origem

ibérica, implantada durante o período de colonização (ARAÚJO, 2011; ALMEIDA, 2009; JESUS; DOLZANI, 2008; JESUS, 1997).

A feira de gado de Capuame, na província da Bahia no início do século XVII, é apontada como referência à primeira feira livre do Brasil. As feiras livres se consolidaram como importante estrutura de suprimento de alimentos das cidades brasileira, especialmente as interioranas. Na região Nordeste em especial, a feira é uma relevante atividade que promove o desenvolvimento econômico, social e cultural, facilita o escoamento da produção familiar, comercializa alimentos com preços reduzidos, valoriza a produção artesanal, promove a integração social e preserva hábitos culturais, como por exemplo, as feiras de Caruaru-PE e Campina Grande-PB consideradas patrimônios imateriais (IPHAN, 2022).

Na Bahia, o aumento da população e a diversificação econômica impulsionaram o surgimento e crescimento de algumas cidades, e com elas, as feiras locais como de São Joaquim em Salvador, a feira de Feira de Santana, Senhor do Bonfim, Jacobina, dentre outras. As feiras livres movimentam os municípios, são fontes de renda para pequenos produtores e agricultores, comerciantes, artesãos, além de oportunizar empregos para grande parcela da população que não consegue se inserir no meio formal da economia. Conforme a União dos Municípios da Bahia (UPB, 2017), a feira livre é algo que todo brasileiro convive há muito tempo e que faz parte da rotina das pequenas, médias e grandes cidades do país, pertence ao povo e administrada pelo poder municipal.

A feira livre entendida enquanto espaço de relações econômicas e interações socioculturais que resiste ao longo do tempo faz parte da história de vida do pesquisador desde a infância, quando seu pai, feirante do ramo de carne, levava-o para ajudar na pequena feira da cidade de Quixabeira. Quando adolescente, frequentava as feiras das cidades circunvizinhas, inclusive a de Capim Grosso, todas as segundas-feiras para comercializar junto com seu pai, no mercado municipal de carne da cidade. Ao casar-se e passar a residir na cidade capim-grossense desde o ano de 2015, o pesquisador responsabiliza-se pela realização das compras semanais de sua família na feira livre local.

O interesse pelo desenvolvimento desta dissertação surgiu a partir da constante frequência no espaço citadino, o que despertou-lhe enquanto professor de Geografia da rede municipal de ensino, o desejo de investigar a feira tanto pela importância econômica quanto sociocultural. Apontada como uma das maiores feiras livres entre as cidades circunvizinhas, segundo dados da prefeitura municipal, a feira de Capim Grosso, realizada às segundas-feiras,

se localiza na área central urbana, principalmente na praça José Prado Alves, local de maior circulação dos fluxos, conexão econômica e placo das relações socioculturais.

A feira livre de Capim Grosso têm seu início nas primeiras horas da madrugada da segunda-feira e vai até ao entardecer, e atrai feirantes, comerciantes, agricultores/as familiares, trabalhadores/as rurais, consumidores e visitantes de toda a região, que vêm realizar, principalmente nesse dia, suas atividades comerciais. Observa-se que essa rotina faz movimentar a economia do município e das cidades circunvizinhas, pois o dia da feira é o grande dia da semana. Nele, há maior movimentação de transportes e circulação de pessoas na cidade para realizar compras, efetuar pagamentos de contas, encontrar parentes e amigos, além de usar a feira livre como espaço de lazer.

No espaço geográfico da feira, que se apresenta grande, percebe-se alguns problemas estruturais que podem ser melhorados a partir da intervenção do poder público, por meio do planejamento territorial, considerando contudo as características peculiares que fazem da feira um local de comércio, de poder, conflitos, contradições, encontros, lazer e interações socioculturais no espaço urbano. Dentre eles, barracas montadas próximas, deficiência estrutural na pavimentação e equipamentos públicos, inexistência de coletores de lixo, segurança pública, precária sinalização informativa, entre outros. Apesar desse contexto, ainda é cobrada semanalmente pela Secretaria Municipal de Finanças uma taxa financeira de uso e ocupação do solo aos feirantes, podendo esses serem caracterizados como trabalhadores informais. Esse cenário leva a uma inquietação de que no município, as ações com vistas a política urbana e de gerenciamento público em relação à organização e manutenção desse espaço econômico serem fragilizadas ou mesmo vulneráveis.

O crescimento urbano evidencia o aspecto de um desenvolvimento que possibilita às cidades alcançarem um ambiente economicamente produtivo, socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável. Essa conexão poderá ser vislumbrada mediante compromissos firmados pelas nações e a Organizações das Nações Unidas (2015), com a denominada Agenda 2030. Dentre seus objetivos, o número 8 estabeleceu como meta promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos e todas. No caso dos espaços que se organizam as feiras, tal compromisso deveria estar integrado no âmbito das políticas públicas, mediante um planejamento territorial que direcione esses ambientes a adotarem instrumentos que visem o equilíbrio entre intervenções urbanas e preservação ambiental. Sendo assim, faz-se necessário adotar na legislação, instrumentos de gestão que promovam a sustentabilidade para a operacionalização e dinâmica

da feira local, integração entre gestão pública e gestão sustentável das feiras livres. Nesse viés, Barbosa (2008), nos diz que um dos desafios da sustentabilidade ambiental urbana é a conscientização de que esse é um processo a ser percorrido e não algo definitivo a ser alcançado. Trata-se do real entendimento de ser necessária a promoção de políticas públicas que visem o equilíbrio entre intervenções urbanas e preservação ambiental.

No processo de apropriação e ocupação do espaço público, o planejamento territorial, entendido por Mafra e Silva (2004, p. 9) “como uma estrutura analítica e estratégica, na sua essência, um conjunto coerente de políticas que estabelecem ou modificam o ordenamento territorial”, significa um dos instrumentos que pode definir as ações públicas para a ocupação do solo e de que forma o território vai se desenvolver no futuro. Não se pode esquecer de que o planejamento territorial é influenciado por diversos interesses, por isso, faz-se necessário reconhecer a existência do conflito e da contradição como inerentes ao processo.

Por sua vez, no campo da Administração Pública, a gestão visa resolver os problemas numa escala de tempo presente e o planejamento territorial pode ser utilizado para antecipá-los, uma vez que oferece suporte sistemático aos desafios enfrentados. Para Lima (2006, p. 8), “uma gestão pública não pode esquecer de sua capacidade de se atentar e permanecer no posicionamento da organização planejada, pois é responsável pelo desenvolvimento urbano e econômico de uma cidade”.

Acrescenta-se a essa percepção o fator gestão sustentável das cidades como desafio para o planejamento e a execução de políticas públicas que vinculem os conceitos de desenvolvimento sustentável para o pleno exercício da cidadania aos objetivos da Administração Pública, e assim direcionar as cidades a adotarem instrumentos que priorizem a gestão sustentável dos recursos naturais e assim possibilitem assegurar a organização do espaço urbano e melhorias das condições de vida. (NARDONE, 2018, AZEVEDO; QUEIROZ, 2013; SILVA, 2003). Todavia, para que haja gestão pública eficaz na administração local, há que se estabelecer organização no gerenciamento, criar e implementar estratégias de desenvolvimento que se pretende alcançar para enfim, realizar a gestão de forma eficiente, participativa e sustentável na prestação de serviços à população.

Subentende-se que os espaços urbanos vistos como territórios de ocupação, produção, trabalho, lazer e socialização sofrem o reflexo direto da gestão pública por meio de ações de intervenção no planejamento territorial, ou seja, capacidade de pensar na sua totalidade em sua complexidade para resolução dos problemas. Assim, emerge a inquietação quanto à feira livre

de Capim Grosso ser um espaço com fragilidades de intervenção do poder público municipal em relação à gestão, organização, infraestrutura, segurança e desenvolvimento sustentável.

Frente as contradições e interesses que envolvem o planejamento territorial, instrumento importante na promoção e resolução dos problemas, vivenciados pela gestão pública nos mais diversos espaços da cidade, e buscando melhorar as condições do espaço da feira livre, levantou-se o seguinte questionamento: quais são as ações da gestão pública municipal com vistas a política urbana de gerenciamento, reordenamento e manutenção da feira livre de Capim Grosso enquanto espaço econômico e sociocultural para diminuir a fragilidade ou mesmo a vulnerabilidade?

Para responder o problema proposto propõem-se algumas questões norteadoras que direcionaram as discussões efetivadas: como a feira livre se insere no espaço urbano de Capim Grosso? O planejamento territorial contempla uma política urbana com ações de gerenciamento e reordenamento da feira livre? Como as políticas públicas podem contribuir com melhorias ao setor considerado informal? Os feirantes participam de discussões e projetos referentes à feira livre de Capim Grosso?

Diante do questionamento apontado e das expectativas deste trabalho, a pesquisa encontrou-se respaldada em duas hipóteses, a primeira indicou que o planejamento territorial, apesar de contraditório e impor limites é um mecanismo eficaz na análise sistemática dos problemas enfrentados pela gestão pública. A segunda é que a gestão pública participativa possibilita organização e planejamento de projetos administrativos, regimentados através de marcos regulatórios do uso e ocupação do espaço territorial onde ocorre a feira, com vistas a melhorias na infraestrutura dos logradouros públicos e equipamentos físicos que sejam capazes de atender a todos os feirantes e usuários.

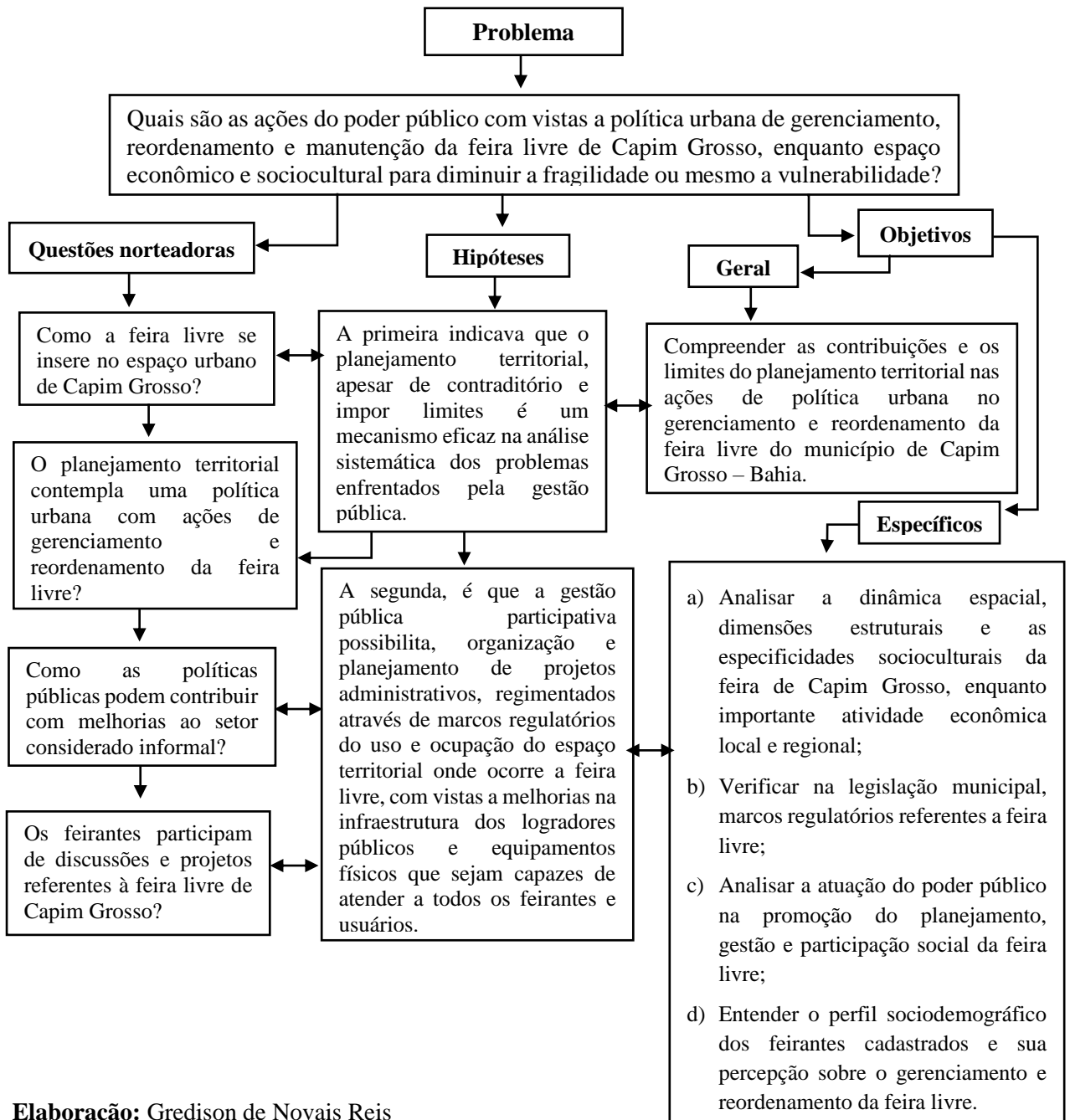
Na busca de construção deste trabalho, estudos relacionados contribuíram como fonte de inspiração, como os trabalhos de Silva (2018); Miranda (2009); Jesus: Dolzani (2008), os quais discutem o fenômeno da feira livre. Porém, lacunas nas pesquisas foram constadas, a exemplo de trabalhos específicos que discorram sobre a feira livre de Capim Grosso, sendo encontradas, apenas, produções literárias. Por essa razão, aponta-se a importância deste estudo.

Esta dissertação objetivou compreender as contribuições e os limites do planejamento territorial nas ações de política urbana no gerenciamento e reordenamento da feira livre do município de Capim Grosso. Especificamente buscou-se: a) analisar a dinâmica espacial, dimensões estruturais e as especificidades socioculturais da feira de Capim Grosso, enquanto

importante atividade econômica local e regional; b) verificar na legislação municipal, marcos regulatórios referentes a feira livre; c) analisar a atuação do poder público na promoção do planejamento, gestão e participação social da feira livre; d) entender o perfil sociodemográfico dos feirantes cadastrados e sua percepção sobre o gerenciamento e reordenamento da feira livre.

Diante do contextualizado nesta Introdução, o Fluxograma 1 demonstra a integração das questões norteadoras com os objetivos e as hipóteses desta pesquisa.

**Fluxograma 1:** Problema, questões norteadoras, hipóteses e objetivos



**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

Frente a essa exposição, defende-se que o objeto de estudo representa além do econômico, acentuado valor histórico-cultural tanto para a população de Capim Grosso, quanto todos aqueles que a frequenta, pois é na feira que acontece o intercâmbio de mercadorias, ligação/contato entre lugares e produtos provenientes de outras escalas geográficas e se intensifica as relações socioculturais que se perpetuam ao longo do tempo.

Investigar esta temática voltada para o planejamento territorial e gestão pública se mostra em sua originalidade, autenticidade e de grande relevância no âmbito acadêmico. A valia do estudo centra-se também na possibilidade de ampliação do mesmo, pois estabelece alternativas que futuramente poderão ser utilizadas pelos órgãos públicos, em especial, a gestão pública na ampliação de projetos no âmbito municipal para minimizar os problemas que permeiam o espaço da feira livre.

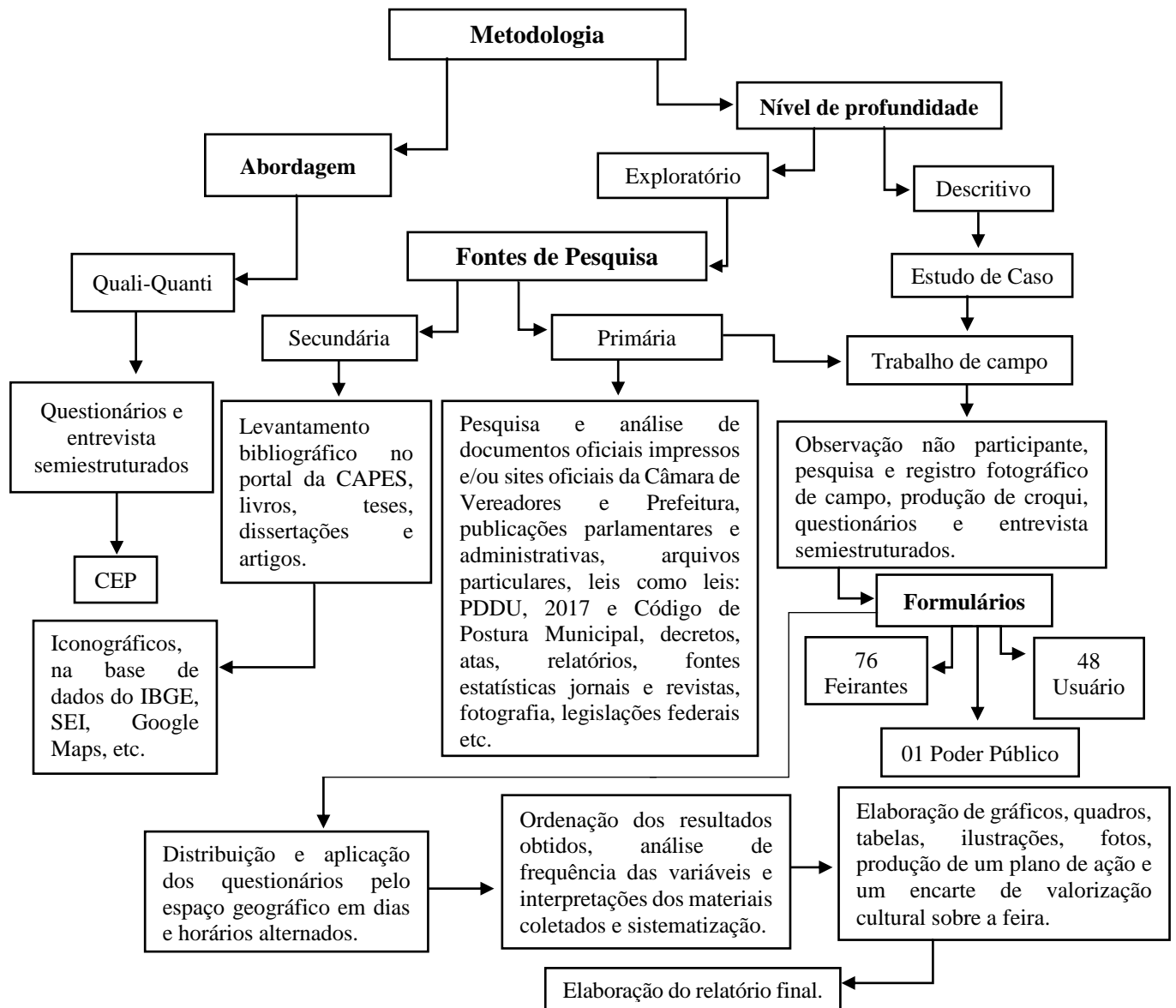
Esta dissertação torna-se pertinente, visto que há carência em estudos de cunho acadêmico publicados acerca da feira, exemplo de estudos locais, como monografias com temas específicos, fazendo com que esta produção preencha uma lacuna no que diz respeito à ampliação dos estudos geográficos capim-grossense.

Portanto, é oportuno que neste espaço de reflexão, onde presente e passado se conectam e se misturam, encontremos nosso cenário de discussão, e que, esperemos, por um lado, estimular novas formas de pensar e, por outro, além do óbvio, gerar dúvidas a respeito das feiras livres e como são geridas nos espaços urbanos.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para definir os procedimentos metodológicos e o caminho a seguir durante o desenvolvimento deste trabalho, adotou-se como categoria de análise geográfica, o espaço por compreender que as relações contraditórias manifestam-se no espaço geográfico da feira livre em análise, uma vez que, enquanto local de comercialização econômica, é também palco de manifestação cultural entre os sujeitos.

A metodologia escolhida para atingir os objetivos propostos constou das seguintes fases (Fluxograma 2), na qual seguiu-se em todas as etapas desta investigação.

**Fluxograma 2:** Percurso metodológico da pesquisa

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis.

Os procedimentos metodológicos adotados foram voltados para uma abordagem de natureza quali-quantitativa, de caráter exploratório/descritivo e incluiu levantamento e revisão bibliográfica, análise iconográfica e de fontes documentais, publicações e projetos do poder público para compreender os discursos oficiais destes atores sobre o planejamento e a gestão da feira livre. A feira com seus aspectos econômicos, sociais e culturais oferece um conteúdo de grande riqueza difícil de se esgotar.

Inicialmente, apropriou-se de leituras de estudos já realizados anteriormente sobre a feira livre para apreender os métodos utilizados nessas pesquisas, analisar críticas e sugestões, além de oferecer linhas de base comparativas e aprofundamento nas questões inicialmente



avaliadas. Em seguida, utilizou-se de fontes secundárias a partir da pesquisa bibliográfica disponibilizados tanto no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quanto impressos, na qual foi desenvolvida com base em materiais já construídos, como livros, teses, dissertações e artigos para explicar os conceitos norteadores, já mencionados anteriormente, assim como tantos outros que se fizeram necessários. Essa etapa, teve ainda o objetivo de conhecer a forma que os autores tratam o tema em estudo, ao mesmo tempo, buscou-se respaldo científico para o seu arcabouço teórico.

Para obtenção dos resultados e discussão conceitual acerca do planejamento territorial, gestão pública e feira livre foram tomados por referência e fonte de inspiração os trabalhos de Zanon (2019); Nardone (2018); Santos (2013); Corrêa (2011); Jesus; Dolzani (2008); Minaert (2008); Dantas (2007); Lima (2006); Vedana (2004); Braudel (1998); Moot (1975), dentre outros.

Foram também consultados como referência deste estudo os autores: Américo, Arruda e Cleps (2013); Ribeiro *et al* (2005), os quais desenvolveram métodos de pesquisa que possibilitaram investigações de natureza qualitativa e quantitativa sobre o espaço da feira e o perfil dos feirantes. Definido os autores, far-se-ão no percorrer dos capítulos, considerações acerca das questões locacionais da feira livre da cidade de Capim Grosso.

No segundo momento, foi realizada pesquisa documental, que, segundo Gil (2008), apesar de apresentar algumas vantagens e limitações, como os documentos consistem em fonte rica e estável de dados com baixo custo, não exige contato com os sujeitos da pesquisa, as críticas mais frequentes referem-se à subjetividade do conteúdo registrado e a não representatividade. Essa metodologia contribuiu efetivamente para alcançar parte dos objetivos propostos. Desse modo, utilizou-se da análise de documentos oficiais impressos e/ou virtuais de publicações parlamentares e administrativas, disponibilizados pelo portal da Prefeitura Municipal de Capim Grosso e site da Câmara de Vereadores de Capim Grosso, entre elas, leis, decretos, atas, relatórios, além de fontes estatísticas e iconográficos na base de dados do IBGE, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Google Maps, arquivos particulares, fotografias, jornais e revistas, a fim de melhor compreender as espacialidades do objeto em estudo. Para definir o perfil sociodemográfico dos feirantes cadastrados, buscou-se a pesquisa no banco de dados da Secretaria Municipal de Finanças, por meio de análises de relatórios.

No que concerne à legislação municipal, que versa sobre feira livre de Capim Grosso, analisou-se marcos regimentais que instituíram o Plano Diretor Municipal, Parcelamento do

Solo Urbano e os Códigos de Postura, Sanitário, Tributário e Rendas, no intuito de entender a feira livre no contexto da cidade e verificar os aspectos que envolvem esse fenômeno e suas limitações e obrigações. Para investigar a forma em que os órgãos administrativos locais promovem a gestão pública e o planejamento territorial urbano do espaço da feira livre investigou-se também, a legislação brasileira, como o Estatuto da Cidade e outros marcos legislativos para respaldar a pesquisa científica de acordo as normas regulamentadoras no âmbito nacional.

No terceiro momento, no propósito de validar ou refutar as hipóteses, assim como atingir os outros objetivos geral e específicos, foi elaborado pelo pesquisador e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos<sup>1</sup> da Universidade Estadual de Feira de Santana, questionários e entrevista semiestruturada, na busca de coletar a maior quantidade de informações possíveis. Assim, elegemos três técnicas: observação não participante, aplicação de questionários e entrevista semiestruturada para realizar a leitura empírica do objeto. A exploração do conjunto de representações sobre o tema a ser investigado ampliou-se também sob considerações de caráter valorativo e subjetivo e constituiu-se face à busca por definições, relações e significados das etapas da pesquisa, por tratar-se de estudo de caso sobre a feira livre da cidade de Capim Grosso.

No quarto momento, realizou-se em lócus observações diretas não participante do fenômeno pesquisado, visitas sistemáticas em horários e locais estratégicos da feira, nos pontos de embarque e desembarque dos frequentadores na segunda-feira livre distribuídos pela cidade, bem como a partir das anotações registradas na caderneta de campo e diálogos com os envolvidos, com objetivo de adquirir a maior quantidade de informações do objeto em análise.

Cabe ressaltar que também fazem parte da pesquisa de campo, as observações e registros fotográficos da paisagem e do cotidiano da feira, sem envolver o uso de imagens dos participantes, feito durante a aplicação dos questionários durante às idas a campo para compor o texto substanciado pelo uso de uma caderneta de campo. As observações foram feitas de maneira não participante e teve como objetivo tomar nota das impressões da realidade vivenciada pelos trabalhadores.

---

<sup>1</sup> Registra-se que para realizar a etapa empírica de campo do presente estudo, previamente, submeteu-se ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, o projeto de pesquisa com os roteiros de questionários e entrevistas o qual obteve autorização mediante parecer consubstanciado nº. 5.380.239 (Anexo C), datado em de 1º de maio de 2022.

No intuito de atingir uma amostragem mais heterogênea possível do universo e obter informação acerca dos agentes que compõem os sujeitos de interesse da pesquisa, como feirantes e usuários, definiu-se previamente pelo pesquisador a distribuição geográfica da aplicação dos questionários nos variados espaços e equipamentos públicos existentes na praça José Prado Alves, foco deste estudo.

No campo, aplicou-se os questionários semiestruturados aos sujeitos<sup>2</sup> envolvidos, os quais, ocorreram em dias e horários variados, durante os meses de junho e julho de 2022, tanto na segunda-feira com trabalhadores fixos e rotativos, quanto nos demais dias da semana, com feirantes que permanecem nesse espaço, o que possibilitou maior agilidade e tempo na análise do fenômeno estudado. A pesquisa de campo foi conduzida no sentido de colher dados que subsidiassem a formação de um quadro amplo sobre a feira livre. Desse modo, foram privilegiados os aspectos materiais da feira e suas interações com os personagens que compõem a paisagem humana da feira.

Para definir o universo dos feirantes e aplicação direta dos questionários semiestruturados, baseou-se na fórmula de cálculo de Levin (1987),  $n = N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p) / Z^2 \cdot p \cdot (1-p) + e^2 \cdot N - 1$  (n: amostra calculada, N: população, Z: variável normal, p: real probabilidade do evento, e: erro amostral), a amostragem neste estudo foi a probabilística simples. Dessa maneira, no universo de 120 feirantes cadastrados, nível de confiabilidade com percentagem de 95% e erro técnico permitido, máximo de 3%, foram aplicados 76 (setenta e seis) questionários semiestruturados aos feirantes in loco, com base nos critérios previamente estabelecidos: ser cadastrado no setor responsável da Prefeitura, trabalhar às segundas-feiras, ser homem, mulher, zona urbana ou rural do município ou cidades circunvizinhas, além de ser maior de idade, no intuito de conhecer o perfil sociodemográfico, bem como as especificidades da feira, problemas estruturais e percepção dos envolvidos sobre e gestão e reordenamento desse espaço<sup>3</sup> municipal.

---

<sup>2</sup> A aplicação dos questionários ocorreu de forma presencial, respeitadas pelo pesquisador e entrevistados as medidas de combate a Covid-19: uso de máscaras facial, distanciamento de 1 (um) metro e uso de álcool em gel. Ressalta-se que o pesquisador coletou as respostas nos formulários, não sendo disponibilizados para manuseio dos respondentes. O pesquisador foi bem recebido e obteve aceitação e interesse no tema por partes dos envolvidos. Muitos dos respondentes demonstrava, desejo de falar, e enquanto pesquisador, estava a inteira disposição para ouvi-los. Por outro lado, encontrou-se alguns empecilhos durante esta fase, dentre eles: recusa de entrevistados que não gostam ou não queriam dar entrevistas, por ter que assinar o TCLE, apesar dos esclarecimentos e leitura dos mesmos, outros por questões políticas não quiseram se comprometer, assim como a situação da pandemia, por mais que seguimos os protocolos de combate a disseminação, como dispor álcool em gel e não disponibilizar os questionários aos participantes, houve recusas.

<sup>3</sup> Ao abordar os feirantes, muitos preferiram participar e conceder a entrevista por meio da aplicação de questionário em outros dias da semana, visto serem fixos, e por entender que no dia da feira, o movimento e o barulho eram maiores e dificultava o entendimento da pesquisa. Por esse motivo, fomos em dias e turnos variados.

A aplicação dos questionários com os feirantes se deram de maneira prazerosa e foram bastantes enriquecedoras, essas ocorreram nos seguintes espaços: mercado de cereais (06), de peixes e ovíparos (09), mercado de carnes (05), espaço entre os mercados de peixes e carnes (11), vias públicas em torno da praça no dia da feira (15) feirantes no espaço com cobertura metálica (30), dos quais (18) feirantes com barracas licenciadas pela prefeitura e (12) com barracas próprias ou alugadas, de madeira ou ferro.

No desígnio de agregar informações, aplicou-se aos usuários da feira livre com base nos seguintes critérios: ser homem ou mulher, maior de idade, frequentar no turno matutino às segundas-feiras, ser residente em Capim Grosso ou em outro município. Para estabelecer o universo pesquisado, apropriou-se da observação e contagem aleatória do fluxo de pessoas na principal entrada da feira, na segunda-feira no turno matutino, durante uma hora. O resultado foi equacionado proporcionalmente para o período de quatro horas para se chegar o universo a ser investigado.

A partir da fórmula supracitada, o universo foi 808 usuários, nível de confiabilidade com percentagem de 95% e erro técnico permitido máximo de 6%. Assim, foram aplicados 48 (quarenta e oito) questionários semiestruturado elaborado pelo pesquisador. As abordagens dos feirantes<sup>4</sup> usuários<sup>5</sup> ocorreram no mercado de cereais, de carnes, de peixes e ovíparos, espaço do feirante, entre os mercados e nas vias públicas em torno da praça.

Por último, aplicou-se com roteiro prévio uma entrevista semiestruturada com representante do poder público<sup>6</sup>, conforme critérios estabelecidos: integrante do poder executivo municipal, ser homem ou mulher e possuir mais de 04 (quatro) anos na função pública, a fim de identificar os entraves, possibilidades e visão futura sobre a feira, além de mensurar possíveis encaminhamentos para o reordenamento deste espaço. As inferências são apresentadas no subtópico específico.

Na fase final, após conclusão do trabalho empírico e com os instrumentos de coleta em mãos, procedeu-se as etapas de categorização, descrição, inferência, correlação e

---

<sup>4</sup> Por ser na segunda-feira o dia de maior movimento e barulho, além de dificultar o entendimento da pesquisa, aplicou-se questionários aos sujeitos nos demais dias da semana, uma vez que permaneciam no espaço durante a semana e duraram o tempo médio de 20 minutos.

<sup>5</sup> As abordagens ocorreram no momento de realização de suas compras no dia da feira, durante o período matutino e duraram o tempo médio de 10 minutos.

<sup>6</sup> A entrevista ocorreu em ambiente fechado, sem interferências externas e horário previamente definido entre entrevistado e pesquisador, gravada por meio de áudio e autorizada através do Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido (TCLE), e durou o tempo médio de 30 minutos. Devido ao contexto pandêmico vivenciado, respeitou-se as medidas de combate a COVID-19, já mencionadas anteriormente.

interpretação para a análise dos resultados. Assim, fez-se levantamento prévio das informações obtidas nos questionários, digitação e tabulação dos dados em planilha eletrônica, produção de gráficos, quadros e tabelas, fotos, transcrição das falas dos depoentes, sistematização e inferências junto as teorias, aprofundando-nos nas análises para se chegar aos resultados e a redação do relatório final.

Concluída as etapas, foi elaborado como contribuição social desta pesquisa um Plano de Ação: feira livre 2023-2026 (Apêndice A), com cinco dimensões a saber: 1. Gestão (administrativo, financeiro e legal); 2. Infraestrutura física; 3. Social; 4. Educação ambiental; 5. Cultural, direcionado ao poder público municipal, no propósito de minimizar ou corrigir os problemas que permeiam os espaços das feiras livres, reafirmar com a sociedade e, em especial, aos feirantes e usuários. Este documento é respaldado na legislação pertinente e reivindicações dos feirantes e usuários durante a pesquisa de campo.

As proposições elencadas poderão contribuir com ações efetivas de planejamento territorial e ser um norteador para administração pública em qualquer município, na condução de uma política pública urbana direcionadas a gestão da feira livre. Produziu-se também um encarte de valorização identitária e cultural da feira livre de Capim Grosso (Apêndice B), documento este que será entregue no formato impresso aos feirantes, usuários e demais interessados, disponibilizado na versão digital para divulgação nas redes sociais, visto que este evento de periodicidade semanal, além de ser fator importante na economia do município, carrega elementos de expressão cultural popular.

Após confecção dessas produções e da conclusão do Relatório Final, serão disponibilizados uma cópia impressa e/ou digitalizada aos setores específicos da prefeitura, que colaboraram para realização deste trabalho, à Biblioteca Julieta Carteadó da Universidade Estadual de Feira de Santana, como produto do curso de Mestrado em Planejamento Territorial dessa Universidade.

Optamos em estruturar a dissertação em quatro capítulos que compreende, esta introdução, apontando os procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos propostos, três capítulos analíticos e as considerações finais.

O segundo capítulo, trata do estado da arte, recobra-se a noção conceitual da feira e seus múltiplos papéis e manifestações, destacando-a como expressão econômica e cultural na formação socioespacial nacional e nordestina do Brasil, bem como, a interrelação entre o circuito superior e inferior da economia urbana. A partir de uma abordagem histórico-

geoeconômica, apresenta na segunda parte deste capítulo breve contextualização do município capim-grossense, a feira livre na composição da cidade e, por último, aborda a feira como expressão cultural e patrimonial.

No terceiro capítulo, a partir do conceito de espaço, nos dedicamos a análise do planejamento territorial como instrumento de política urbana para o (re)ordenamento da cidade e o debate da gestão pública na organização da feira livre nos municípios, fundamentando-se nos marcos legais, com ênfase ao Estatuto das Cidades, Plano Diretor e Código de Postura de Capim Grosso, e traz inferências à condução da política urbana e o papel da gestão local através do discurso da Administração Pública.

No quarto capítulo, com base na pesquisa empírica de campo, traça-se as características sociodemográficas dos feirantes e usuários/consumidores, as especificidades e os problemas estruturais existentes na feira. Na segunda parte, analisa a organização, funcionamento e gerenciamento da feira livre no contexto municipal e discute a percepção dos sujeitos sobre (re)ordenamento dessa, a participação social como ferramenta de gestão e qual feira queremos.

Apresentada a esquematização dos capítulos, as considerações finais sintetizam o resultado dos achados das discussões e reflexões, fruto da pesquisa fundamentada no arcabouço teórico pensado e da expressão empírica da feira, e retoma ao tema da dissertação e encaminhamentos debatidos no estudo. Além do corpo do trabalho propriamente dito, trazemos as referências bibliográficas, anexos e apêndices.

## **2. O OLHAR TEÓRICO SOBRE A FEIRA LIVRE E OS ASPECTOS HISTÓRICO-GEOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO - BAHIA E SUA FEIRA**

O estudo sobre feiras livres não é algo recente, haja visto que diversos autores já pesquisaram esse fenômeno presente no espaço urbano por inúmeros olhares. Sendo assim, a feira livre, uma das mais antigas e tradicionais formas de comércio e exposição de produtos, é um espaço com diferentes interações entre os sujeitos em suas diversas formas de se relacionar com a produção. Tais sujeitos podem ser: comerciantes, feirantes, ambulantes, fornecedores e consumidores, oriundos de várias localidades, com o objetivo de vender e/ou comprar, o que gera uma heterogeneidade quanto ao perfil dos indivíduos circulantes por uma feira.

### **2.1 A FEIRA LIVRE: ORIGENS, REPRESENTAÇÕES SOCIOESPACIAIS E CULTURAIS NO NORDESTE BRASILEIRO**

A palavra feira deriva do latim *feria* que significa dia festivo e o seu significado, segundo Ferreira (2008), está definido como lugar público, não raro descoberto, onde se expõem e vendem as mercadorias, uma denotação utilizada que não abrange os símbolos e a dinâmica desses lugares, que formam uma paisagem complexa e singular. Para Vieira (2004), as feiras livres constituem-se em uma prática comercial muito antiga, que garante o suprimento de gêneros alimentícios das cidades nordestinas. Embora percebida como modelo comercial ultrapassado que preserva características medievais, as feiras promovem o desenvolvimento econômico e social, fomentando a economia das pequenas cidades.

Conforme Jesus (1997, p. 12), “a feira livre é uma reunião periódica de mercadores que expõem em estruturas versáteis suas mercadorias, utilizando-se para isto a via pública”. A feira é por princípio a testemunha do processo de divisão social do trabalho, da cisão entre a grande lavoura produtora de gêneros de exportação e a produção de alimentos voltados para o abastecimento interno, mantenedora da reprodução dos meios de vida da população já muitas vezes despossuída de suas terras. Do ponto de vista econômico, as feiras, segundo Andrade (2005), se caracterizam por serem uma forma de escoamento da produção agrícola regional, um ponto de encontro entre o meio rural e urbano e coexistem lado a lado dos pequenos e médios estabelecimentos comerciais, permitindo uma importante interligação entre os diversos ramos do comércio.

Para Dantas (2007), a feira é uma instituição incomum e multifuncional que serve as pessoas de áreas muito distantes, bem como servir, à área local e imediata. Essa forma periódica de comércio ao ar livre, muitas das vezes é, responsável pela dinâmica socioespacial dos centros urbanos.

Pazera Junior (2003, p. 18) diz que “a feira livre é o lócus escolhido para os mais variados atos da vida social mantendo assim um sentido de permanência”. É nela que se sabem as últimas notícias e boatos, reproduz anúncios de utilidade pública, realizam manifestações populares em épocas de campanha eleitoral, como os comícios. Na feira também se realizam espetáculos artísticos, divulgação da literatura de cordel, ou ainda se apresentam alguns tipos de produtos, como é o caso dos remédios.

Como instituição destinada às trocas comerciais, as feiras ainda mantêm suas funções no contexto da cidade. Assim, pode-se acrescentar que a feira não se configura apenas como uma arena de compra e venda, mas também de encontros e lazer, é um fato social com características peculiares. Para Cleps (2005), a feira é um comércio não intencional, tendo em vista que, as pessoas vão a esse evento para manter também as relações sociais.

Segundo Carlos (2007), o urbano enquanto modo de vida, faz com que a cidade se reproduza na contradição entre eliminação substancial e manutenção persistentes dos lugares de encontros e reencontros, da festa, do consumo, da apropriação do público para a vida, está inserido no processo de definição e redefinição da centralidade no tempo, a qual vai ter como substrato o processo de explosão-implosão da cidade. No dia da feira, esse lugar torna-se local de encontro de diversas comunidades rurais, e delas com os moradores da cidade. É um espaço de circulação de mercadorias, de histórias, de culturas, de informações e de vida. Nesse dia, movimenta-se a economia local, já que os usuários da feira aproveitam para usar os serviços da cidade e fazer compras.

Nesse sentido, Corrêa (2011) define as feiras como:

[...] aqueles núcleos de povoamento, pequenos, via de regra, que periodicamente se transformam em localidades centrais: uma ou duas vezes por semana [...] Fora dos períodos de intenso movimento comercial esses núcleos voltam a ser pacatos núcleos rurais, com a maior parte da população engajada em atividades primárias (p. 50).

Para o autor, as feiras atuavam em escalas maiores e, mesmo existindo em localidades distintas, traziam consigo essas mesmas características, pois essas reuniam grande número de pessoas que negociavam um volume numeroso de produtos, atuando no raio de ação de uma região ou país e tinham uma ocorrência periódica, ou seja, em média, duas vezes por ano.



Dantas (2007) afirma que desde os seus primórdios há registro da presença do comércio de ambulantes nas cidades, fazendo parte e construindo-a com suas cores, cheiros, sons, fluxos e formas. Por sua história está relacionada, também, à vida das cidades, por ser atividades que se desenrolam nas ruas, calçadas e praças dos municípios. Tais características peculiares faz-nos referenciar a feira livre atual existente no espaço público citadino. Dessa maneira, Souza (2004), diz que, o surgimento das feiras ocorreu em virtude da produção de excedentes entre os produtores e pela necessidade de troca de produtos. A existência das feiras foi uma solicitação de um ambiente que congregasse todos os produtos que estivessem disponíveis para serem comercializados.

É sabido que as feiras só foram oficializadas na Idade Média, as quais ganharam notoriedade graças à influência na formação de cidades europeias como Florença. Para Rau (1946), a feira é um dos aspectos mais importantes da organização econômica desse período, uma vez que cumpria a função de fortalecer as relações comerciais e econômicas por meio de comercialização de alimentos, venda de artesanatos, animais, trocas e barganhas. Em virtude desse tipo de comércio e das aglomerações, criou-se vilas e povoados próximos aos locais de instalação que, posteriormente, tornaram-se cidades. De acordo o autor, as feiras aconteciam em um local específico das cidades e em um determinado dia da semana, com a presença dos produtores e consumidores, onde ocorriam as vendas de mercadorias. Quanto à dinâmica, organização e funcionamento das feiras, Braudel (1998) aponta que as feiras ocorriam somente durante alguns dias, com intervalos, retornando sempre aos mesmos lugares.

Sobre à existência de feiras livres fora do continente europeu, Corrêa (2011) atenta para os relevantes estudos empreendidos por G. William Skinner sobre os mercados periódicos chineses, sul-coreanos, africanos e também os latino-americanos. Nessa abordagem, Braudel (1998) assinala as questões relativas a produção, troca e consumo que são elementares a todos os povos, de modo a estabelecerem regras básicas que ultrapassam fronteiras. Sendo assim, é possível encontrar mais semelhanças do que diferenças, ao se reportar às feiras de outras porções do mundo. Para o autor, o que uniu os mercados e as feiras orientais e ocidentais, foi o estabelecimento do comércio de longa distância, de captura de mercados com as companhias marítimo-comerciais.

No continente americano, algumas fontes históricas dão conta da existência das práticas da feira livre entre diversos povos pré-colombianos. Para Azevedo (2004), já existiam lugares que conheciam as feiras antes da chegada dos europeus. No Brasil, segundo Jesus (1997), as feiras livres existem desde o Período Colonial, trazidas pelos exploradores, como

herança das feiras medievais portuguesas, os quais já eram familiarizados com a comercialização ao ar livre.

Entretanto, Mott (1975) chama nossa atenção para as semelhanças de organização e estrutura das feiras e mercados nos países latino-americanos, classificando-os em dois tipos. O primeiro diz respeito aos mercados pré-hispânicos, ou seja, daqueles países colonizados por espanhóis e que já possuíam praças de mercado anteriormente à chegada do invasor europeu. Já no segundo tipo, o autor conclui que as feiras “[...] constituíam uma inovação que era desconhecida da população nativa no período colonial” (MOTT, 1975, p. 82).

De acordo Jesus e Dolzani (2008), a feira livre no território brasileiro, se caracteriza como mercado ao ar livre, organizado pelo poder público municipal e prioriza o abastecimento alimentar onde são vendidos alimentos e produtos básicos.

Destarte discussão, o foco neste trabalho é destinado para tratar exclusivamente da feira livre no Nordeste brasileiro. Nessa região, as feiras livres sempre tiveram grande relevância na dinâmica socioespacial desde os primeiros séculos após o início da colonização do país. Em princípio, atreladas, sobretudo, ao importante papel da pecuária, destaca-se nesse sentido, as feiras de gado entre os séculos XVII e XIX, que deram, ao mesmo tempo, origem e desenvolvimento a vilas e cidades, que, posteriormente, se transformaram em importantes centros urbanos, sobretudo no interior do Nordeste e de São Paulo. Andrade (2005) destaca que a atividade pecuária criou diversas áreas de repouso onde as tropas paravam para descanso, o que estimulou a formação das primeiras povoações e vilas do interior nordestino.

Conforme Prado Junior (1981), apesar das condições ambientais adversas, as fazendas de gado se dispersaram e se multiplicaram com rapidez, em decorrência, em parte, da facilidade com que se estabeleciam, em geral, às margens de rios (às ribeiras), mas também pela demanda de carne nos núcleos urbanos litorâneos. Os centros de irradiação das fazendas de gado ocorreram desde os estados da Bahia e de Pernambuco.

O papel desempenhado pela pecuária no Sertão nordestino fomentou o aparecimento da feira ao ar livre, que foi se ampliando de modo a tornar essa modalidade de comércio muito popular no Nordeste. As feiras representavam a oportunidade de comercializar a produção das pequenas propriedades da região. Ancoradas a essa função, elas eram a locomotiva para o crescimento comercial das cidades, pois distribuíam produtos agrícolas nas localidades rurais e formavam redes de cidades. “É das praças comerciais formadas a partir do comércio do gado

que surgem as feiras livres, as quais foram um importante elemento para o desenvolvimento das cidades” (ARAÚJO, 2011, p. 39).

A partir das feiras ao ar livre, expandiu-se a ocupação do território brasileiro. Inúmeras cidades se desenvolveram no entorno desses eventos, que eram locais onde produtores, oriundos do campo, da cidade e de regiões vizinhas, se encontravam para expor, comercializar ou trocar os seus produtos.

Na região Nordeste, a feira apresenta algumas particularidades.

Nessa região, essas atividades econômicas, socioculturais e espaciais se tornaram berçários de relações materiais e imateriais, cujo reflexo é a materialização de tradições e costumes, fato que se constitui em importantes funções de relações diversas estabelecidas entre os sujeitos frequentadores de interesses diversos, no processo de busca de suas satisfações e necessidades. E nesse processo, fica evidente que o modo de vida camponês perpassa o seu espaço de acontecimentos e se materializa na cidade (na feira livre) sem perder sua identidade cultural, política e socioespacial (SANTOS, 2004, p. 61).

Essa acessão é reforçada por Ab’Saber (2003), quando ele ressalta que várias cidades do interior nordestino cresceram pela relevância do comércio e movimentação de suas feiras, abastecidas pelas áreas de brejo. Com a incorporação de produtos da agricultura e do artesanato e, posteriormente, com a venda de produtos da indústria, as feiras foram assumindo outras feições, sempre atreladas, porém, a dinâmica urbana e regional.

Para Corrêa (2011), as feiras nordestinas se constituem em um tipo particular de mercado periódico e envolve fluxos de mercadorias, pessoas e informações, e através delas se realiza a integração de pequenas, médias e grandes cidades. Elas se mantêm como expressão espacial, tendo em vista que, é na feira onde circulam os artigos produzidos.

Mott (1975) questiona o sentido da criação da feira como uma instituição econômica sofisticada na Bahia, que era ainda naquele momento pouco povoada e cujos nativos mantinham uma economia de subsistência e sistema espontâneo de trocas, desconhecendo práticas de comércio como a feira. Embora houvesse uma ordem para a criação de feiras, o autor acredita que sua aplicação não foi imediata. Apesar disso, acentua que não há documentos que comprovem a criação da primeira feira no Brasil com exatidão, mas é provável que “[...] a primeira, senão uma das primeiras feiras a serem instituídas na colônia foi a feira de Capuame, situada na parte norte do Recôncavo Baiano” (MOTT, 1975, p. 85).

Datada no início do século XVII, em 1806, a feira de Capuame<sup>7</sup>, localizada na freguesia suburbana de Mata de São João, no estado da Bahia, aconteciam todas as quartas-feiras, por meio do comércio de gado vindo das mais distintas partes do sertões baianos. Distante oito léguas da cidade de Salvador, entre os rios Joanes, Pojuca e Jacuípe, suas extensas terras de pastos eram capazes de abrigar um número considerável de boiadas. Todavia, as entradas rumo ao interior não ocorreram de forma tranquila. Conforme Mott (1976) a quebra de soberania indígena na região recém conquistada, se deu às custas de muito conflito, enfretamento e derramamento de sangue, contando com a resistência e o constante ataque as fazendas e engenhos estabelecidos no Recôncavo Baiano.

A feira de Capuame e seus arredores, sempre muito movimentados pela constante presença de criadores, condutores e tangentes de gado sertanejo, marchantes e escravos auxiliares dos negociantes, militares e funcionários régios, lembravam as festas e celebrações religiosas do Antigo e Novo Mundo. Entretanto, conflitos devido a problemas comerciais, discussões acaloradas nas tavernas possivelmente aconteciam na mesma proporção em que os laços de confiança, crédito e amizade eram estabelecidos entre aqueles que ali frequentavam. De acordo Braudel (1998), em Capuame as transações comerciais entre criadores e pecuaristas sertanejos ocorriam para além da mediação de mercadoria de gado, pois eram capazes de estabelecer e consolidar redes mercantis que extrapolavam, sem dúvidas, os limites do espaço da feira em si, desdobrando-se e sendo perpetuadas sertões a dentro.

A partir de 1827, Capuame deixou de ser tratada como um mero ponto de arrebanhamento e ajuntamento do gado sertanejo, destinado ao abastecimento da cidade de Salvador, para ganhar o *status* de feira institucionalizada, possuidora de um registro de entrada de gado e todo um aparato burocrático mantido e assegurado com o auxílio de funcionários nomeados pela Câmara Municipal de Salvador e com cargos confirmados pelo governo general. Ressalta-se que, a institucionalização de Capuame, conforme Braudel (1998), ocorreu como uma espécie de formalização de um comércio que já acontecia. Com o estabelecimento do registro de entrada de gado, a municipalidade passou a ter um maior controle sobre todas as boiadas que passavam pela localidade em direção aos currais e açougues públicos espalhados pela cidade do Salvador.

---

<sup>7</sup> O sítio de Capuame foi escolhido pelo governador general, vereadores e alguns moradores ilustres para ser o ponto oficial de arrebanhamento do gado, criado nas paragens interioranas na capitania da Bahia, destinado a recompor as finanças e o abastecimento no momento pós-guerra contra os holandeses.

No território nacional, segundo Braudel (1998), as feiras só foram reconhecidas formalmente pela administração pública brasileira, autorizadas o seu funcionamento aos sábados, domingos e feriados em 1904, através do decreto nº 997. A partir daí, as feiras se estenderam não só por todo o Nordeste, mas também para outras regiões do país.

Destaca-se que uma das características peculiares das feiras livres é a utilização de um espaço público, que é alterado com a sua realização e que, após, retorna ao arranjo original, havendo, portanto, a necessidade de produzir, semanalmente um espaço onde as trocas possam ser realizadas. Dependendo da característica e importância da cidade, as feiras podem abrigar muitos feirantes e conseqüentemente ocupar uma grande área geográfica.

Enquanto espaço físico, a feira livre apresenta-se como um local amplo, aberto, que possibilita sua ocupação por diversos tipos de atividades e se caracterizam pela aglomeração de pessoas com intensa conformação e desconformação de micro eventos. As feiras livres não comercializam apenas produtos agrícolas, mas também vestuários, tecidos, calçados, eletroeletrônicos, utensílios domésticos, artesanatos entre outros produtos, o que denota a complexidade que é uma feira. É essa gama de oferta de mercadorias que faz da feira livre um local único e de importante análise comercial, pois, a obtenção de produtos, sua comercialização e o consumo dos mesmos, representam todo um ciclo produtivo, mais do que o “informal”.

A atividade desenvolvida pelas feiras livres distribuídas por núcleos em diversos pontos comerciais, atrai a população não somente ligada a atividade econômica, mas também na relação de trocas e encontros. Sendo assim, a feira livre é um local de heterogeneidade, diversidade de pessoas e de costumes. Para Sato (2007, p. 237), “a feira livre deve ser compreendida, então, como um contínuo organizador, baseado em acordos e negociações, em cooperações e competição e na execução de regras tácitas”.

Na feira, há diferentes interações entre os sujeitos em suas diversas formas de se relacionar com a produção. Comerciantes, feirantes, ambulantes, fornecedores e consumidores oriundos das mais diversas localidades convivem no mesmo espaço, com o objetivo de vender e/ou comprar. Isso, gera uma heterogeneidade quanto ao perfil dos indivíduos circulantes por uma feira.

Para além das suas funções econômicas e sociais, as feiras também representam um estreito elo entre o campo e a cidade. Nas feiras e em outros estabelecimentos, os produtos regionais eram vendidos e adquiriam-se bens produzidos em outras áreas. De acordo Vieira

(1980), a “feira típica” é resultado da relação campo/cidade e, embora comercialize a produção do campo, o feirante necessita de outros produtos que são adquiridos na cidade.

Nessa análise, a implicação espacial da feira e sua relação com a cidade é intrínseca, uma vez que se de um lado a feira comercializava tradicionalmente alimentos e alguns artigos industrializados, de outra parte, cidade e campo se complementam, estabelecem relações por meio da feira. Vieira (1980) ressalta que, já de longa data, a feira acolhia outros produtos, no primeiro momento, artesanais e, posteriormente, industrializados.

Segundo Lima (2013), é uma relação recíproca entre ambos, como sendo o local da produção e da distribuição. Em uma época na qual a dicotomia campo-cidade é tão acentuada culturalmente, as feiras livres são uma pequena amostra das relações econômicas existentes entre estes dois polos. Através das feiras livres pode-se afirmar que houve a redefinição de novas centralidades e de novas relações, sociais, econômicas e culturais.

Ressalta-se que a feira livre passa, desde os anos 1970, por mudanças significativas quanto ao seu conteúdo, antes marcado pelo predomínio de mercadorias, provenientes de áreas rurais; e, também, pela inserção de artigos industrializados de baixo valor agregado, a exemplo dos utensílios domésticos feitos de material plástico que pouco a pouco passaram a predominar sobre o artesanato utilitário, também característico das feiras tradicionais.

Na contemporaneidade, algumas feiras livres se revelam desprezadas, face às novas formas e práticas de comercialização, engendradas a partir dos supermercados e shoppings centers. Segundo Abdala e Gonçalves (2013), apesar desse cenário atraente do circuito superior, as feiras livres resistem na paisagem urbana contemporânea de muitas cidades brasileiras, mesmo com a comodidade dos grandes hipermercados, higienizados e globalizados. A razão ordenadora, respaldada na perspectiva higienista de disciplinamento e controle social, denota a destinação social pretendida para a cidade. Entretanto, deve-se considerar as peculiaridades e o apropriado no nível do vivido pela população local.

A feira permanece no espaço das cidades para atender as necessidades de diferentes grupos sociais, separados pelo nível de acesso que cada um possui em relação aos produtos e serviços contemporâneos. Partilhando de raciocínio semelhante, Araújo (2011), ressaltam que a permanência da feira representa também uma resposta às condições socioeconômicas da população que encontra nesse mercado periódico uma alternativa de sobrevivência. Concorda-se que as condições socioeconômicas são imprescindíveis para a manutenção da feira livre e adicionam-se a elas, os fatores culturais que também direcionam os lugares de consumo.

Segundo Jesus e Dolzani (2008), as feiras livres ainda resistem na paisagem urbana contemporânea, por serem importantes locais de encontros, tradições e práticas com sentidos e significados nas trajetórias e cotidianos de diferentes atores sociais urbanos. Portanto, deve-se estimular a permanência de atividades tão antigas que ainda resistem e lutam, para sobreviverem no contexto da contemporaneidade e a partir do reconhecimento de suas dimensões econômicas e simbólicas.

No cenário brasileiro, algumas feiras urbanas se destacam por atender um grande público, proporcionarem mais opções de produtos com boa qualidade, atendimento personalizado, e se transformarem em pontos turísticos para quem visita as cidades, ou se tornaram patrimônios culturais imateriais. A exemplo, podemos citar: a feira de Campina Grande, na Paraíba e a de Caruaru, em Pernambuco, tombadas como patrimônios imateriais e culturais do Brasil, além do mercado Ver-o-Peso, em Belém, a feira de São Cristóvão no Rio de Janeiro, a feira do Crato, no Ceará, a de Feira de Santana no Agreste, as feiras de Juazeiro, Senhor do Bonfim e Jacobina no Sertão, a feira de Cruz das Almas e de Santo Antônio de Jesus no Recôncavo Baiano e a feira de Água de Meninos/São Joaquim, em Salvador.

Ao cristalizar aspectos culturais mantidos por seus trabalhadores, se tornam, feiras típicas e importantes para a comercialização e desenvolvimento da economia local, regional e nacional. Isso é perceptível quando se analisa a diversidade inter-regional existente no Brasil, e em especial no Nordeste, onde estão profundamente envolvidas nos sistemas de mercado regional, reagindo às mudanças que ocorrem no campo político e econômico do país.

Para Corrêa (2011), algumas feiras nordestinas, são responsáveis pela centralidade e integração das cidades em seus principais dias de funcionamento, intensificando de forma significativa o número de indivíduos nesses locais e reforça ainda mais sua resistência e permanência no espaço público citadino.

Tentar atribuir à permanência da feira livre puramente ao viés econômico, além de uma explicação mecânica para com a dinâmica espacial, seria incorrer num erro de menosprezar o poder de escolha de consumo das classes populares. Ou seja, seria negar a lógica simbólica que rege a vida do ser humano, na qual o fator cultural predomina nas escolhas de consumo e, nesse entendimento, o poder de compra que cada um possui é um quesito somativo e não exclusivo.

Destarte discussão, considera-se neste trabalho, a feira livre como atividade comercial e econômica, que carrega aspectos socioculturais, ocupa um espaço público, podendo ser fixa

ou itinerante. Integram a feira, os feirantes, comerciantes dos mercados públicos e açougues, vendedores ambulantes, montadores de barracas, trabalhadores de carga e descarga, carregadores de compra e consumidores/fregueses/usuários, além de funcionários da Administração Pública, que organizam e gerenciam as feiras.

### 2.1.1 PANORAMA DAS PRINCIPAIS FEIRAS NORDESTINAS: CAMPINA GRANDE-PB, CARUARU-PE, CRATO-CE, SÃO JOAQUIM/SALVADOR-BA E FEIRA DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA-BA

As feiras nordestinas características das cidades do Sertão e do Agreste muito contribuíram para a formação de centralidades importantes. Podemos citar as feiras de Campina Grande/PB, de Caruaru/PE, do Crato/CE, São Joaquim, em Salvador e Feira de Santana/BA.

A secular feira livre de Campina Grande, no estado da Paraíba, conforme Andrade (2020), antecedeu à própria criação da cidade, surgindo no século XVIII. Entreposto de tropeiros e mascates que ali comercializavam ou trocavam mercadorias, a feira atravessou séculos e resistiu no espaço urbano como um extraordinário celeiro de cultura popular, tipos humanos e fenômeno social.

Ao longo dos anos, a feira-cidade cresceu e se tornou uma das maiores referências do mercado da região, marcando a vivência coletiva de milhares de trabalhadores e exercendo poderosa influência em todo o interior nordestino. Peregrino e Batista (2017) diz que trata-se de um lugar patrimônio cultural de resistente continuidade histórica em meio às vicissitudes políticas locais. Aproximadamente 75 mil metros quadrados dão a base da Feira de Campina Grande ampliando-se para além de seus limites, entre ruas, becos, ladeiras e avenidas, onde são montadas barracas, nos dias de mais movimento.

De segunda a sábado, pontua Andrade (2020), o movimento caótico de pessoas e mercadorias atrai pelo tamanho, relevância e diversidade. É por isso que se diz que tudo o que se procura é possível encontrar na feira. Frutas, hortaliças, cereais, ervas, carnes, animais (vivos ou já abatidos), roupas, flores, doces, artesanato, acessórios para pecuária, comida regional e um extenso leque de serviços, que trazem consigo os personagens que dão vida ao lugar, seleiros, mangaieiros, flandreiros, barbeiros, balaieiros, raizeiros e tantos outros mestres, com seus saberes e ofícios tradicionais.



Para Peregrino e Batista (2017), a Feira de Campina Grande é também um lugar de referência, de criação, de expressão, de sociabilidade e de identidade do povo nordestino. As trocas mercadológicas se misturam às trocas de significados e sentidos, tornando-a um lugar onde se concentram e reproduzem práticas culturais. Está, desde 2017, entre os bens imateriais reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil.

Localizada no município de Caruaru, no estado do Pernambuco, a feira da cidade, segundo Barbosa (2019), se apresenta como um dos polos comerciais mais importantes da região e uma das principais cidades médias pernambucanas. Começou a se desenvolver no século XVIII a partir da articulação de distintos fatores, mas sobretudo à intensificação do comércio de gado e atividades da pecuária, que contribuíram para a expansão das atividades econômicas e do povoamento no Agreste.

A feira ampliou-se, recebe milhares de visitantes e se tornou em 2006, a partir da justificativa que a Feira corresponde a um lugar de memória e de continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões artísticas tradicionais de referência para a história e cultura do Nordeste, um patrimônio cultural imaterial do Brasil, conforme a salvaguarda o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A valorização dos saberes e fazeres tradicionais se inscrevem no âmbito das abordagens antropológicas de reconhecimento da importância da cultura imaterial e da patrimonialização desses bens culturais, como expressão de cidadania (LIMA, 2015; ARANTES, 1996).

A feira de Caruaru conforme (IPHAN, 2022) está instalada no Parque 18 de Maio, possui 40 mil metros quadrados, divide-se em três principais seguimentos, organizada por produtos setorizados: a Feira do Artesanato, a Feira Livre e a Feira da Sulanca<sup>8</sup>, com aproximadamente 10 mil feirantes. Para Araújo (2011), a feira corresponde a um ponto focal de referência da cultura pernambucana e nordestina pelo conjunto de formas de expressão, saberes, ofícios, modos de fazer, viver, comer, vender e comprar que abriga na diversidade do seu conjunto de feiras.

Nesse sentido, a feira exprime particularidades que não se restringem ao seu papel econômico, histórico e regional, uma delas deve-se ao fato de ser formada por várias feiras setoriais que compõe, um aglomerado de barracas e inúmeras pessoas, compradores, sacoleiras e sacoleiros, incluindo novos feirantes que buscam prosperar no comércio da feira.

---

<sup>8</sup> A feira principal é a da Sulanca que é uma dentre as várias feiras setoriais, realizada aos domingos e segundas-feiras sempre das 4h às 13h.

No Ceará, de acordo Menezes (1985), a feira do Crato, na região do Cariri, foi responsável pela vida econômica e a dinâmica dessa região. Embora as feiras fossem comuns em todas as cidades da região, a do Crato, como pontua Costa (2021), foi a que mais se destacou, marcada pelo grande fluxo de consumidores que ocupavam as ruas nos dias em que ela acontecia e pela diversidade de produtos vendidos, característicos da fértil região do Cariri. A feira tinha destacado papel regional. Crato, assim como Caruaru, foi denominada cidade-boca de sertão (PETRONE, 1955). De acordo o autor, ela não era apenas a sede de uma das mais movimentadas feiras da região, mas também e principalmente, um importante centro de comércio de mamona e rapadura, distribuído pelo alto Sertão pernambucano, oeste paraibano, sul piauiense, além de diversos mercados cearenses.

No dias atuais, a feira cearense ainda atua como um centro distribuidor varejista de gêneros, cuja área de abrangência carece de uma pesquisa específica. De acordo Menezes (1985), a feira do Crato não tem a mesma relevância do passado, entretanto, se manteve a tradição da feira livre mais voltada ao abastecimento da população local.

Na Bahia, as feiras de vários municípios e distritos são articuladas por caravanas de feirantes e compradores, que organizam trajetos de acordo com a distância percorrida, a logística de transporte da mercadoria e o público consumidor, formando circuitos de feiras estaduais, o que não impede, entretanto, que haja também articulações e trocas com as feiras de outros estados nordestinos. Essas feiras, em geral, ocorrem em variados dias da semana.

A cidade de Salvador foi marcada desde o Período Colonial pelo comércio de alimentos em suas ruas e praças, em geral, por quitandas e feiras populares que ocupavam o espaço da rua, tornando-os espaços populares do comércio tradicional de gêneros alimentícios. Nessa cidade, “as feiras livres nasceram próximas ao mar, no cais, onde eram expostos peixes, mariscos, frutas, verduras e outros produtos que chegavam em embarcações, vinda geralmente do Recôncavo” (MINNAERT, 2008, p. 130). Para a autora, algumas festas populares em Salvador tinham uma feira como parte das atividades relacionadas à diversão pública, como a festa da Conceição da Praia, onde uma feira dedicada à venda de frutas e de peças de cerâmica, na Rampa do Mercado, fazia parte das festividades.

Nessa abordagem, analisando as funções do centro de Salvador, Santos (2008), destacava que a feira de Água de Meninos era “[...] a mais importante da cidade; espécie de feira grossista, é um verdadeiro entreposto em relação às demais feiras urbanas” (p. 87). Conforme o autor, era uma feira que beirava o mar em um amontoado de barracas, divididas por becos, ruelas e passadiços, formigando de gente, de saveiros, de jegues, frutas, legumes,

cestas, cana, farinha, camarão seco e raladores de coco. Percebe-se, nessa análise, o caráter precário da aglomeração da feira, em geral, dotado de pouca infraestrutura, sem pavimento, desprovido de limpeza sistemática, localizado em uma área pouco privilegiada da Baía de Todos os Santos, uma feira situada à beira-mar, exposta à maresia e ao odor do mangue. Na feira, comercializavam mercadorias vindas de cidades, vilas e arraiais do interior do Recôncavo Baiano, cujo transporte principal era o saveiro.

Embora a feira fosse predominantemente de comércio de produtos de abastecimento, lá era possível encontrar outros tipos de produtos. Segundo Reis Filho (1968, p. 55), “[...] era nas feiras que se realizava o comércio regular de produtos agrícolas, mas sobretudo o do pescado”. Reportando-se a Salvador, destaca que as antigas feiras situavam-se tanto na cidade baixa, junto à praia, quanto na cidade alta, na praça principal.

A dinâmica e o ambiente da feira de Água de Meninos, na cidade baixa do Salvador é retratada por Carybé (2014, p. 5):

Cerâmica de todo o recôncavo. De todos os feitios e para todos os usos. Como os depósitos de inflamáveis invadiram o território da feira, um areal alvo onde se comia, à noite, sarapatel e mocotó, onde se amava, se dormia ou se ouviam histórias do mar ao pé dos saveiros. Começa do lado de fora entre as palmeiras reais. Mercam-se ali panelas de alumínio, bacias, canecos e bules. Banha de jiboia para reumatismo, canela de ema para a asma e folhas, cascas e paus para curar de tudo [...]. Em Água de Meninos se concentra a produção do Recôncavo. Chegam as mercadorias de Santo Amaro, Nazaré das Farinhas, Cachoeira, São Francisco do Conde e outras cidades, estivadas na barriga chata dos saveiros, que esperam banzos, adernados, que os livrem desse peso todo. O mal da feira é o cheiro espesso a maresia, o barro se chove ou a poeira se faz sol. Mas o colorido e a vida compensam e um gole de cachaça com arruda de um dos inúmeros botequins nos limpa a goela e o coração, fazendo-os esquecer o cheiro de mangue na maré de vazante, o pó e a inhaca das capoeiras de galinha.

O fato relatado por Carybé, da ocupação do espaço da feira pelos depósitos de inflamáveis, aponta o período de conflito da feira com os projetos modernizadores do espaço urbano soteropolitano. Talvez tenha sido o primeiro registro do confronto dos feirantes com os interesses do poder público e seus programas de modernização e reestruturação urbana.

Minnaert (2008), revela-nos que essa feira, bem como outros segmentos comerciais existentes, decorre da construção do Porto de Salvador. Chegavam dezenas de barcos a vela, trazendo mercadorias, que iam de cerâmica a artesanato, fazendo da feira um grande centro abastecedor da cidade. Dois aspectos chamam a atenção nas observações dos autores, além do caráter urbano da feira. Primeiro, a localização à beira-mar e, segundo, a oferta de produtos

como a farinha de mandioca e a tapioca feita da goma, além de frutas regionais, milho, feijão, portanto, produtos da agricultura de subsistência.

A feira se massificou pela oportunidade de ocupação de parcela da população sem emprego e também pela possibilidade de abastecimento com aquisição de mercadorias de preços acessíveis, principalmente, no final de feira, momento em que os valores dos produtos eram mais baratos. A resistência dos feirantes à retirada da feira de Água de Meninos tomou tamanha proporção. Nesse processo, houve conflito entre feirantes e a especulação da área da feira pelo capital internacional.

A visão de modernização travestida pela alcunha progressiva questiona o sentido dessa forma de comércio tradicional na cidade, mas levanta ainda o debate sobre a função da feira e sua relação com a cidade. Não obstante, a resistência dos feirantes à saída da feira para outro terreno é registrada pela mobilização do sindicato, cujo papel e poder de atuação são postos em dúvida. A feira de Água de Meninos resiste há mais de meio século até os dias atuais, como forma e conteúdo na paisagem urbana de Salvador, porém, com a denominação de feira de São Joaquim, considerada a maior feira da Bahia. Nela, se encontra tradição, cultura, cores, sabores e ingredientes do sincretismo religioso.

No município baiano de Feira de Santana, a feira surgiu como ponto de encontro e aglomeração de tropas de viajantes que traziam o gado do sertão para ser comercializado. O comércio do gado naquela localidade deu origem à feira e, com o desenvolvimento do comércio local, aflorou a vila de Feira de Santana dos Olhos D'Água, que ascendeu à condição de cidade em 1873. Segundo Santos (2013, p. 174), “em 1824, Feira de Santana sediava uma feira, realizada todas as terças-feiras, que atraía de 3 mil a 4 mil pessoas. Era, sem dúvida, a mais importante da província, e em 1855 ainda abastecia a cidade de gado ‘em grande escala’”.

A feira de gado da localidade destacava-se como a mais importante do gênero na região Nordeste. Sua fama de feira tradicional já se estendia pelo país. A feira semanal tinha um caráter distribuidor da produção agrícola local. Dedicava-se, contudo, ao comércio no varejo, com produtos comercializados a granel, a frente ao mercado municipal na confluência da avenida Getúlio Vargas com a rua Sales Barbosa.

Entretanto, vários fatores concorreram para a decadência da feira de gado de Feira de Santana, conforme Araújo (2005, p. 49):

O Centro de Abastecimento surge da grande preocupação em retirar a feira livre do centro da cidade, ligado ao discurso da necessidade de uma reorganização do espaço

urbano, constantemente ocupado por esta atividade. Além das segundas-feiras destinadas à mesma, os outros dias da semana também ficavam comprometidos por conta da movimentação dos feirantes. Já na quinta-feira à tarde começavam a mobilizar o centro da cidade, instalando suas barracas para a feira de sábado. Estas já ficavam prontas para a feira de segunda-feira, só sendo desarmadas a partir de terça-feira pela manhã, assim, o centro da cidade só ficava desocupado entre a terça-feira à tarde e a quinta-feira pela manhã.

A área central de Feira de Santana parece, ainda, guardar remanescentes da antiga feira livre que ocorria na avenida Getúlio Vargas, nas imediações do Mercado Municipal, hoje, Mercado de Artes. Para Araújo (2005), além das feiras, do centro de abastecimento e do comércio ambulante nas ruas de Feira de Santana, outro espaço que marca o comércio popular da cidade é o assim denominado Shopping Popular Feiraguay.

Por outro lado, numerosos são os trabalhadores que ocupam a ruas da cidade com suas barraquinhas, assim sendo, não se pode negar que a Feira do Agreste é uma festa semanal e aparece como uma referência para quem vai a cidade.

Frente a essa exposição, as feiras permanecem como espaços de comércio desde o medieval e, com o capitalismo, adaptou-se à dinâmica social, econômica e cultural desse sistema. Nas cidades nordestinas, elas possuem particularidades e se tornaram bem diferentes do restante do país. Entre esses elementos, destacamos a forte relação entre a feira livre e a região que configuram feições que refletem as formas de organização social.

Além das frutas, verduras, legumes e cereais que são comuns às feiras livres em todas as regiões do Brasil, no Nordeste, elas negociam diversos produtos artesanais, comidas típicas, vestuários, calçados, produtos de origem oriental, e atraindo um público bem diversificado, dando-lhes um sentido simbólico aos lugares. Essa se tornara numa dimensão muito mais expressiva do que em outras regiões do país, fonte de abastecimentos de produtos diversos, base para a geração de trabalho não formalizado.

Não queremos, evidentemente, ser contundentes em afirmar que todas as feiras livres no Nordeste brasileiro mudaram ou mudam de forma, estrutura e função, deixando de ser feiras. Todavia, a mudança do seu conteúdo, ou seja, da mercadoria comercializada, provoca transformações significativas na dinâmica e estrutura das feiras populares.

Desse modo, perde-se a essência do comércio de feira livre, embora ainda se mantenha esse nome. Acredita-se que existem vários fatores que comprovam a perda dessa essência, e a feira vêm deixando de ocupar os espaços públicos, seja a rua ou a praça e, portanto, o caráter de feira livre.

## 2.2 FEIRA LIVRE E A INTERRELAÇÃO ENTRE CIRCUITO SUPERIOR E INFERIOR DA ECONOMIA URBANA

Para construção do conhecimento acerca das feiras livres na cidade e a sua inserção no circuito inferior da economia urbana é de fundamental relevância resgatar uma breve discussão da teoria elaborada por Milton Santos acerca dos dois circuitos da economia urbana, resultado de estudos e pesquisas nos países onde o autor lecionou em diversas universidades.

Nesse sentido, torna-se mais coerente explicar e analisar o processo de urbanização e suas contradições inerentes ao modelo de sociedade capitalista, produzindo assim espaços desiguais como reflexo do seu conteúdo social. A grande contribuição dessa teoria é analisar como está estruturada a configuração espacial dos países subdesenvolvidos, a partir da renda desigual que geram dois sistemas de fluxos econômicos, cada um sendo um subsistema global que a cidade em si representa. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação e da manutenção, produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. Percebe-se que os circuitos da economia urbana apresentam organizações e características se encontram estruturadas por duas vertentes: inferior e superior, forma não dualista e sim dialética.

Assim, são estabelecidas diferenciações no que tange às atividades econômicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, tendo por base a tecnologia, a organização no uso do capital, capital social, comercialização, contabilidade, relações socioeconômicas, marketing, subsídios e dependência externa.

Para Santos (1979), o circuito superior é constituído de bancos, comércio, pela indústria voltada para a exportação, indústria moderna. Por sua vez, o circuito inferior é constituído de atividades que não utilizam capitais de modo intenso, possuindo uma organização “tradicional”. Ressalta-se que o tema dos dois circuitos aparece então como um verdadeiro paradigma da Geografia Urbana dos países subdesenvolvidos para atender a um segmento social que possui um baixo poder aquisitivo.

O circuito superior engloba as atividades econômicas ditas ‘modernas’, voltadas para a acumulação de capital, como os grandes conglomerados orientados pela economia global; incorpora tecnologia de ponta, emprega trabalhadores com nível de escolarização/qualificação mais elevado; as atividades de comércio voltam-se para segmentos das classes média e alta. Por sua vez, o circuito inferior orienta sua atividade para a população e economia locais; é trabalho intensivo utilizando tecnologia pouco sofisticada; os vínculos de trabalho são precários em termos de proteção social; a atividade comercial dirige-se, prioritariamente, para as camadas médias e populares e visa, também prioritariamente, garantir a sobrevivência. Por ser hegemônico, o circuito superior da economia orienta as regras para o funcionamento

do circuito Inferior também, o que pode ser sentido como uma convivência tensa. (SANTOS, 1979, p. 58)

Nessa análise, o autor caracteriza a feira livre como atividade inserida no circuito inferior da economia, por ser evidenciada a restrição de sua área de atuação e abrangência, sendo uma atividade constituída de baixo nível de lucratividade.

Um dos conceitos de feira livre baseia-se na definição atrelada as condições físicas “a falta de uma estrutura física mais complexa, caracterizada pela presença de barracas cobertas por lonas e bancos de madeira entre outras, sua existência liga-se à presença de um espaço público para a realização das atividades da feira-livre” (SANTOS, 2014, p. 4).

A feira livre expressa a produção de um espaço de consumo caracterizado por uma estrutura improvisada, espontânea e não planejada, sendo esta feita de forma pessoal, direta, e corpo-a-corpo, o que lhe aproxima das atividades típicas do circuito inferior da economia. Conforme Bromley (1980), a feira é uma forma comercial indutora da concentração de pessoas, capitais, mercadorias e, por si, de renovação ou de resistência no espaço urbano. Elas se originam de forma espontânea nas cidades e são formadas por uma reunião pública e autorizadas de compradores e vendedores de mercadorias, que se encontram em intervalos regulares num lugar estabelecido.

A feira, atividade varejista do circuito inferior, como elemento de compreensão da economia urbana das pequenas e médias cidades, sofre constantes tensão e ameaças de extinção pelas redes de super e hipermercados, exemplares do comércio varejista de alimentos alocados no “circuito Superior”, que buscam reproduzir a estética da feira livre, e em alguns casos, também o atendimento personalizado, característico da feira livre. Não é à toa que os feirantes trazem, espontaneamente, o tema, pois as ameaças sentidas vêm de longa data. A pulverização dos supermercados frequentemente é considerada a causa da queda de movimento das feiras livres.

De acordo Bernardino (2015, p. 213), "a extinção das feiras representa o fim de um espaço de sobrevivência para os trabalhadores e produtores familiares e a redução de oportunidade de escolha dos consumidores". Nesse sentido, tendo em vista que a feira é um instrumento de desenvolvimento e prática de cidadania, é preciso refletir-se sobre a necessidade de exclusão desse evento ou buscar melhorias para sua permanência no espaço urbano. Assim, Coelho (2008), pontua que, a feira é o indicador de dinâmica econômica dos municípios, pois gera renda, consumo e dinamiza o comércio, além de ressaltar aspectos culturais.

Apesar das diferenças entre os circuitos, entende-se a feira livre como uma ação urbano-social, que proporciona benefícios econômicos quanto sociais aos pequenos proprietários rurais e população urbana, é um negócio gerador de emprego e renda para a população que não consegue se efetivar no comércio formal existentes nas cidades. Dessa maneira, a feira livre segundo Santos (1979) cumpre o seu papel econômico e social, além de refutar ao conceito de dualismo urbano: formal/informal ou legal/ilegal, na descrição, análise e interpretação espacial de cada cidade.

Nesse interim, permeia no espaço urbano a existência do circuito misto discutido por Santos (2008) entre as atividades dos dois circuitos da economia, ou seja, aspectos que possibilitam a organização e o fazer a feira livre. Para Santos (2014), é no espaço urbano, recorte empírico e também teórico, onde é mais notório os circuitos da economia e a configuração socioespacial do espaço geográfico.

A estrutura do comércio varejista, para Corrêa (2011, p. 6), “deve ser entendida como um conjunto de características que dizem respeito, de um lado, à organização comercial em setor formal e informal, e de outro, do comércio em rede”. Nessa linha, Salgueiro (2009) afirma que, por funcionarem em espaços abertos, as feiras ainda contrapõem-se aos outros tipos de concentração comercial que se reproduzem nos espaços fechados, voltados para dentro e ignorando a cidade pública com seus ambientes movimentados e animados.

As feiras livres conforme Corrêa (2011) perpetuamente se constituem em ambientes atrativos como forma concreta de comercialização e de socialização nas cidades. Mesmo em tempos de ampliação dos shopping center, hipermercados e diferentes tipos de comércio, as feiras ampliam seu funcionamento e continuam sendo frequentadas. Na atualidade, a feira livre com recursos pouco sofisticados, porém de um bom gosto, ressalta a estética de sua identidade, que as grandes redes e supermercados tentam imitá-las. Enquanto o supermercado investe na aparência, demonstrando preocupação com a higiene e boa apresentação dos funcionários, nas diversas feiras brasileiras esses cuidados não são valorizados, pois os frequentadores não se incomodam com a aparência física e a organização das barracas no conjunto da feira.

Diante dessa discussão, cabe dizer que existem articulações de complementaridade, dependência e de contradição envolvendo intercâmbios de insumos entre os dois circuitos. Muito embora haja distinções significativas, suas atividades convivem e se influenciam mutuamente no espaço urbano pelo trânsito entre as atividades dos dois circuitos da economia. Esses aspectos possibilitam situar os processos que cotidianamente organiza e faz a feira livre.



É importante considerar o papel das feiras livres na produção do espaço urbano atual e em suas dinâmicas econômicas e sociais. Elas não desapareceram com o atual poder hegemônico de expansão global capitalista, pelo contrário, atuam de forma efetiva no movimento da cidade e, permanecem colorindo as pequenas e grandes cidades, reafirmando uma das mais antigas tradições humana, como forma importante de circulação de mercadorias. Com suas estratégias organizacionais bem particulares, negociando produtos fabricados tanto pelo circuito superior quanto inferior da economia urbana, as feiras são espaços de consumo que atraem boa parte da população.

A teoria dos dois circuitos critica o dualismo, que em períodos passados era justificado pela oposição entre o moderno e o tradicional; hoje, com a volatilidade de difusão das inovações, não podemos falar em “conflito”. Os dois circuitos são subsistemas do sistema urbano e, portanto, não se separam, estão articulados, são complementares, um se beneficia da dinâmica gerada pelo outro.

No entanto, o circuito superior exerce uma dominação sobre o circuito inferior, na medida em que, constituído principalmente pelos monopólios e oligopólios, possui o poder de influenciar de maneira proeminente na articulação do território.

A crítica pesa sobre a parcialidade dos estudos dualistas, onde um setor capitalista seria oposto a outro tradicional, sem dar atenção às idades tecnológicas diferentes, o que constitui um erro na análise de qualquer estudo, visto que a compreensão do espaço deve levar em consideração o contexto histórico no qual se insere cada forma.

Desta maneira, não podemos discuti-lo como sinônimo de circuito inferior, pois a teoria dos dois circuitos se vincula à observação da desigualdade promovida pelo sistema do capital, de um setor moderno e outro não moderno. Os dois circuitos da economia são interdependentes, com o circuito inferior sendo o resultado indireto do circuito superior, ao mesmo tempo em que o circuito superior também se beneficia da dinâmica gerada pelo circuito inferior, além de dominar o mesmo.

Assim sendo, a relevância que concerne esta abordagem se relaciona com a nossa posição sobre a não negação, o reconhecimento da importância e da potencialidade existente em espaços como a feira livre, reconhecendo que há hoje uma superposição entre os dois circuitos, onde um utiliza variáveis do outro, tornando-os cada vez mais imbricados.

### 2.3 ASPECTOS HISTÓRICO-GEOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO E A FEIRA CAPIM-GROSSENSE

A origem do município de Capim Grosso começa em meados de 1850, quando haviam poucas famílias e tribos indígenas que habitavam o sertão nordestino. Nesse período, o fazendeiro Joaquim Amâncio de Araújo antes senhor de escravos, dono de extensas propriedades de terras em outras localidades e de um grande rebanho de gado, junto com sua esposa, Maria Angélica de Araújo construíram a fazenda Morro Branco. É desse lugar que surge toda a descendência que vai dar origem aos primeiros moradores de Capim Grosso. Um local que guarda elementos importantes para a história do município, a exemplo, o cemitério erguido por escravos no século XIX (UNIVASF, 2021).

Os donos da fazenda, conforme Oliveira (2004), tiveram dois filhos que casaram-se e lhes deram seus descendentes. Dentre eles, os netos Zózimo Amâncio de Araújo, conhecido por capitão e Ursulina de Araújo, que se uniram em matrimônio. Com o casório, seus pais resolveram construir nas terras de seu Joaquim, distante, cinco quilômetros da fazenda Morro Branco, uma residência para o casal, próxima a uma lagoa rodeada de capim grosso<sup>9</sup>, que posteriormente originou o nome da localidade (STÚDIO 7, 2019; OLIVEIRA, 2004).

Narra-se a história que, para escoar a produção e o rebanho bovino por ali existente, foi aberta com recursos dos próprios fazendeiros da vizinhança, uma estrada vicinal denominada “boiadeira”, que ligava à primeira estrada com largura padrão de responsabilidade do governo estadual a rodovia que ligava Morro do Chapéu a Salvador e que situava próxima a nova fazenda. Com essa via, intensificou-se a passagem de bandeirantes que cruzavam a região em busca de lugares nos quais pudessem explorar dos recursos minerais em Jacobina, cidade-sede cuja rota de chegada obrigava os transeuntes vindos do leste a passarem pela localidade e procurar abrigo. Outra via de grande importância na localidade, ligava até a cidades de Senhor do Bonfim e posteriormente a Juazeiro. Em virtude de sua posição estratégica, o local passou a ser ponto de passagem dos tropeiros que percorriam o interior do país (UNIVASF, 2021).

A presença de escravos à época e as narrativas vista do lado do colonizador e repassada de geração em geração nos faz questionar. Será que no processo de formação da identidade do povo de Capim Grosso não houve contribuição e participação do povo negro? Esses relatos não

---

<sup>9</sup> Espécie de planta herbácea, alongada e flexível, da família das Juncáceas, aquáticas ou de terrenos úmidos ou alagadiços.

escondem outras histórias que podem ser problematizadas, a exemplo de tribos indígenas dizimadas e ocultadas na busca desse progresso, na qual, a história não conta?

A história contada desse município<sup>10</sup> remota a meados do século XX, quando os filhos de seu Zózimo Amâncio começaram a construir novas casas próximas a lagoa e as estradas. O pequeno vilarejo passou a ser ponto de parada obrigatória para tropeiros e viajantes que transitavam nessas rodovias. Essa localização estratégica fez com que pessoas passassem a se interessar pelo local, o que incentivou a migração de famílias flageladas da seca no norte do país, em busca de trabalho na localidade (IBAMENDES, 2014; OLIVEIRA, 2004).

Nesse período, a economia do lugar baseava-se na agricultura, criação de bovinos, caprinos, ovinos e aves. Em 1955, Zózimo Amâncio, com visão de prosperidade do local, resolveu abrir um loteamento de sua fazenda para o desenvolvimento do comércio, assim, aquele pequeno povoado cresceu e criou mais independência. Surgiram os primeiros pontos de comercialização com padaria, bodega (bar e mercearia), casa de tecido, pensão, posto de combustível, armazém, farmácia, além de moradias. Com o passar do tempo, segundo Oliveira (2004), instalaram pequenas fábricas de alumínio e esquadrias, de rapadura e outros doces.

O senhor Zózimo Amâncio, na condição de agricultor e criador de gado, era frequentador das maiores feiras da região, existentes nos distritos de Caiçara, São José do Jacuípe, Gavião, além da localidade do Peixe. Dessa forma, o surgimento da feira livre de Capim Grosso, conforme Oliveira (2004), associa-se aos anos de 1947, quando seu Zózimo juntamente com os moradores sentiram-se a necessidade de criar uma feirinha para atender a comunidade<sup>11</sup>.

Oliveira (2004) recorda que a feira inicialmente foi realizada no dia de domingo na praça Campos Sales, rua do Campo, debaixo de uma cajazeira<sup>12</sup> (Foto 1) onde se reuniam os próprios moradores. Nessa, os agricultores vendiam e compravam novas mercadorias, o que impulsionava o crescimento da vila. Eram comercializados produtos como carnes (bovinos e caprinos), cafezinho, ovos, feijão, farinha dentre outros.

---

<sup>10</sup> A história desse município foi marcada por longos períodos de estiagem e abertura de poços artesianos, o que propiciou a chegada de várias famílias, e uma rápida evolução, que transformou uma simples fazenda em uma cidade de progresso em curto espaço de tempo.

<sup>11</sup> A imagem dos tropeiros, como responsáveis pelo transporte de mercadorias que impulsionou o desenvolvimento do comércio é fundamental para entender o nascimento da cidade e simultaneamente a origem de Capim Grosso. Assim, a imagem da feira é atrelada a origem da própria cidade.

<sup>12</sup> Árvore típica da Caatinga.

**Foto 1:** Local da 1ª da feira livre, Capim Grosso, 1952



**Fonte:** Arquivo Studio 7, 2019

A feira era o encontro popular dos moradores das fazendas e das comunidades circunvizinhas, que além de negociar, era o momento para rever parentes e amigos. Posteriormente, a feira já maior foi transferida para a praça Zózimo Amâncio, na área central do distrito (STÚDIO 7, 2019; OLIVEIRA, 2004).

Falar do centro é ressaltar a área de ocupação inicial de Capim Grosso, área produzida e apropriada pelos indivíduos no nível do vivido e cujos presentes vão delinear a articulação entre público e privado. A transformação do centro em *locus* de concentração de bens e serviços a serem consumidos é a superação da existência de comércios na praça e ruas próximas a feira livre, elemento denotador da vitória do negócio sobre o ócio. Na atualidade, o centro capim-grossense, enquanto *locus* do encontro, é também apropriado por outros segmentos da sociedade, tanto para o consumo, quanto em menor proporção para o lazer. Utiliza-se o termo menor proporção, para buscar externar a essência desse processo: a tendência posta no sentimento de transformar o centro em *locus* de consumo.

Neste trabalho, compreende-se por área central, a partir do conceito de centralidade periódica, discutido por Corrêa (2011), que gera fluxos significativos para a pequena cidade e impulsiona conseqüentemente o comércio local. O centro como caráter popular, local de circulação das pessoas e do poder. Assim, a popularização do centro caracteriza-se a partir da diversidade de usos e apropriações nesse espaço.

Em uma análise mais recente, Sant'anna (2008) descreve o centro como sendo de grande vitalidade, comportando uma ampla diversidade de atividades econômicas e de tipos sociais que utilizam esse espaço. Nessa abordagem, o conceito de centralidade é relevante para compreender os novos padrões espaciais que estão se configurando na cidade de Capim Grosso. Primeiro, com a presença da feira livre em plena área central, reforçando o monocentrismo do mesmo. Segundo, o surgimento recente de outros segmentos fora do centro dessa cidade, o que cria novas áreas de circulação dos fluxos.

Com a chegada de novas famílias e pessoas na localidade após a seca de 1952, junto aos serviços terciários, o comércio passou a crescer e diversificar tanto em produtos quanto em serviços. Nesse processo, a feira prosperou, já maior, passou a ser realizada debaixo da cobertura de um barracão próximo ao local de início (OLIVEIRA, 2004).

A privilegiada localização geográfica no território baiano contribuiu e atraiu ao longo do tempo intensa migração populacional para Capim Grosso, o que fez a cidade (Foto 2) se desenvolver em ritmo mais acentuado (CAPIM GROSSO, 2021).

**Foto 2:** Vista do contorno de saída para Feira de Santana, Capim Grosso, 1980



**Fonte:** Ibamendes, 2014

Com o desenvolvimento da localidade, muitas pessoas não regressaram para suas terras de origem. Zózimo Amâncio, com essa visão de prosperidade, em 1955, junto com seu filho, resolveram lotear as terras da fazenda Capim Grosso, primeira grande negociação imobiliária do povoado que ora se formava (OLIVEIRA, 2004). No processo de ocupação e

povoamento do local, cabe nos questionar, será que essa partilha transcorreu de forma pacífica, sem contradições e conflitos ou criou-se desavenças familiares?

No ano de 1956, o casal José Mendes de Queiroz e Zulmira Rios de Queiroz, oriundos do distrito de São José do Jacuípe, abriu em Capim Grosso o primeiro depósito de cereais, peles de animais e outros artigos, o que impulsionou ainda mais a manutenção da feira livre. O local cresceu e atraiu pessoas de outras regiões que desejavam viver e trabalhar em um lugar onde houvessem melhores perspectivas de vida (STÚDIO 7, 2019; OLIVEIRA, 2004).

Em 1979, a feira teve seu dia mudado para a segunda-feira, através de decreto municipal, o que deu uma nova dinâmica para o comércio. Surgiram novos ramos comerciais e atraiu maior circulação de pessoas e veículos para a localidade. Esse dia permaneceu oficialmente até os dias atuais (CAPIM GROSSO, 2021). Após essa mudança, a feira cresceu ainda mais e com o decorrer do tempo passou a ser a maior e mais frequentada feira livre de toda a região de Jacobina, o que provocou o surgimento de mais lojas e supermercados. Muitos feirantes e clientes vinham à feira com tanta frequência, que acabaram por estabelecer residências na localidade (STÚDIO 7, 2019; OLIVEIRA, 2004).

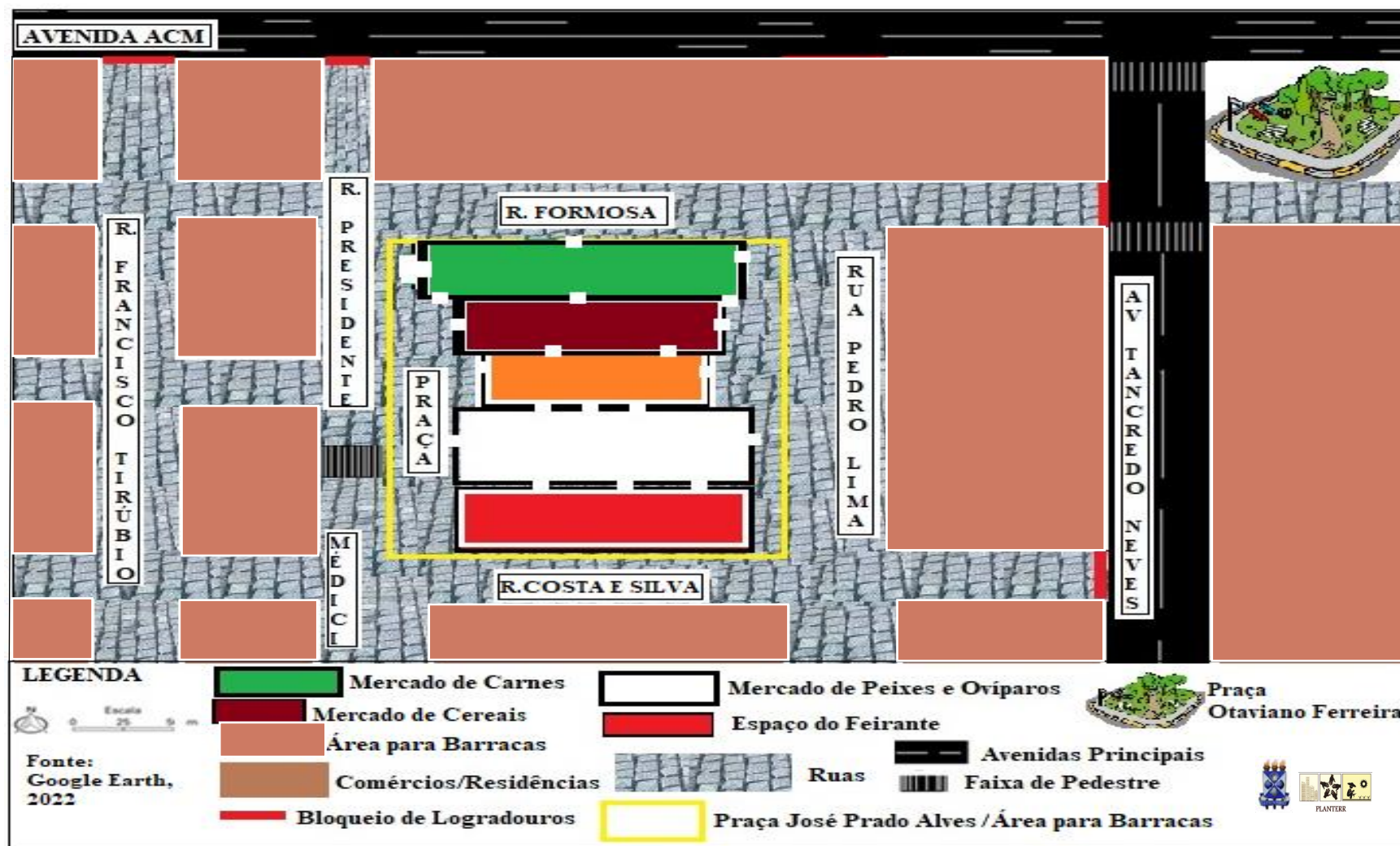
Com expressivo número de lojas e casas comerciais na localidade, fundou-se, em 1983, a primeira instituição para fomentar o crescimento e desenvolvimento do comércio, que foi o Clube de Dirigentes Lojistas (CDL). Posteriormente, criou-se Associação Comercial Industrial e Agrícola de Capim Grosso (ACIACG), instituição para fortalecer o comércio local (STÚDIO 7, 2019; IBAMENDES, 2014; OLIVEIRA, 2004).

No dia 9 de maio de 1985, Capim Grosso foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 4.437, desmembrado de Jacobina. Com a eleição para prefeito, elegeu-se Cesiano Carlos do Nascimento, popularmente conhecido por “César”, que junto com os vereadores realizaram diversas obras públicas para edificação da cidade, dentre elas, os mercados públicos que servem a feira (IBAMENDES, 2014; STÚDIO 7, 2019).

Nos dias atuais, a feira livre do município, segundo dados da Prefeitura, ocupa os espaços da praça e se estende por uma área territorial de aproximadamente 3 km<sup>2</sup> (CAPIM GROSSO, 2021).

A figura 1 mostra a espacialidade geográfica da feira livre capim-grossense, com destaque para a praça José Prado Alves com seus equipamentos públicos.

**Figura 1:** Croqui da área de abrangência da feira livre, Capim Grosso, 2022



Elaboração: Gredison de Novais Reis

Fonte: Google Earth

A partir do croqui é possível esboçar um desenho da feira formada por uma espécie de quadrilátero, tendo no centro, os mercados públicos que servem a feira, e em torno deles, as diversas barracas irradiando pelas ruas adjacentes.

Essa distribuição pelo espaço nos indica: em primeiro lugar, a grande extensão do espaço ocupado pelos mercados municipais e pelas barracas com alimentos agrícolas, a exemplo, farinha, beiju, feijão, verduras, frutas e demais produtos comercializados na praça e nos logradouros de Capim Grosso no dia de feira. Em segundo lugar, os locais que são interditados pelo poder público, o que altera o trânsito e a rotina nesta área central da cidade.

A feira inicia-se a partir das quatro horas da manhã da segunda-feira e vai até às 17 horas<sup>13</sup>, e atrai feirantes, comerciantes, agricultores, aposentados, consumidores e visitantes de toda a região circunvizinha que vêm realizar, principalmente nesse dia, suas atividades comerciais e de serviços na feira.

Nos demais dias da semana<sup>14</sup>, conforme dados da Secretaria de tributos (Capim Grosso, 2021), os horários variam conforme o ramo de negócio oferecido, que se inicia desde às 6:00h até 8:00h (chegada) e das 12:00h à 19:00h (saída). Ressalta-se que na atualidade e pós-pandemia, vários feirantes encerram suas atividades às 13:00h, devido ao fraco movimento, principalmente no turno vespertino.

Atualmente, a feira local possui em média 300 feirantes, desses 120 são cadastrados na Secretaria Municipal de Finanças como ambulantes, oriundos da zona urbana e rural de Capim Grosso e dos mais variados municípios. Os demais feirantes trabalham de forma esporádica às segundas-feiras e são distribuídos pelas ruas, sendo obrigatório o pagamento da taxa de uso e ocupação do solo (CAPIM GROSSO, 2021).

No dia da feira, registrou-se trabalhadores ambulantes dos municípios de Gavião, Jacobina (distritos Paraíso e Junco), Mairi, Mirangaba, Miguel Calmon, Ponto Novo, Quixabeira, São José do Jacuípe, Várzea da Roça, dentre outros, que aproveitam para trazer e comercializar na cidade, seus produtos oriundos das mais diversas escalas geográficas, indo desde a municipal até a nacional (Quadro 1), sem contar os produtos importados do exterior.

---

<sup>14</sup> Ressalta-se que após três anos da pandemia do Covid-19, o horário de encerramento da feira livre varia conforme movimentação de pessoas durante os dias de segundas-feiras.

<sup>15</sup> Diversos feirantes não tem dia de folga ou folgam no sábado, domingo, às tardes ou quando dá.



<b>Quadro 1 - Origem dos produtos comercializados na feira livre, Capim Grosso, 2022</b>		
<b>OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO</b>	<b>MUNICÍPIOS BAIANOS</b>	<b>ZONA RURAL CAPIM GROSSO</b>
Ceará (Fortaleza) Goiás Minas Gerais (Belo Horizonte) Pará Paraná Pernambuco (Caruaru e Petrolina) Santa Catarina São Paulo Sergipe	Alagoinhas, Barra da Estiva, Barreiras, Caldeirão Grande, Capela do Alto Alegre, Chapada Diamantina, Conceição de Feira, Cruz das Almas, Extremo Sul, Feira de Santana, Ipirá, Irecê, Itaberaba, Jacobina (sede e Caatinga do Moura), Juazeiro, Ponto Novo, Mirangaba (Taquarendí), Morro do Chapéu, Região do Recôncavo, Riachão do Jacuípe, Rio Real, Santo Antônio de Jesus, São José dos Jacuípe, Saúde, Serrinha, Sobradinho, Sul da Bahia, Utinga, Várzea da Roça e Vitória da Conquista	Fazenda Lajedo Fazenda Rio de Peixe Fazenda Tigre Pequenas propriedades rurais

**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

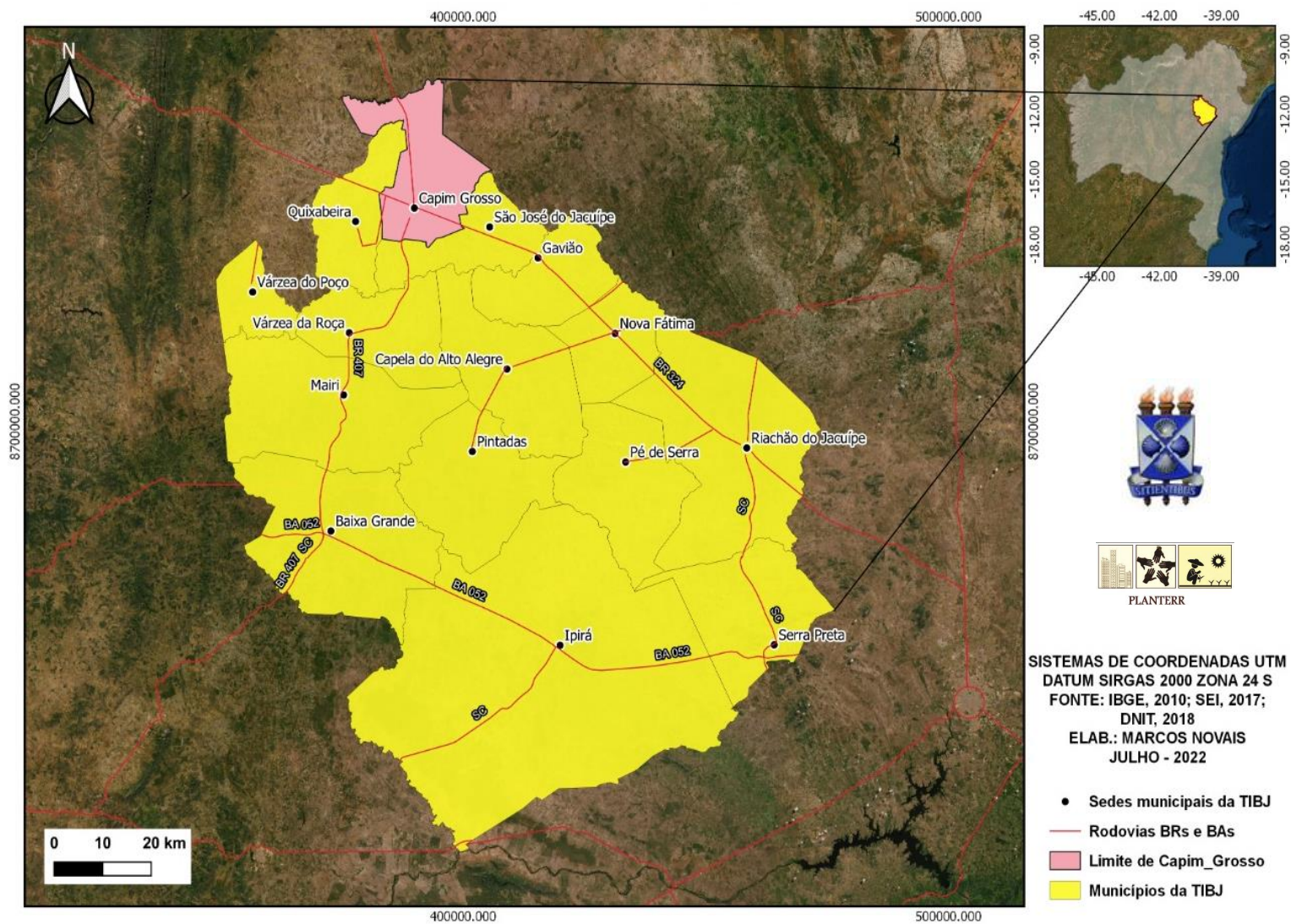
A diversidade de artigos e produtos agrícolas oriundos tanto da zona rural de Capim Grosso, quanto de diversos municípios baianos e de outros estados do país, a disposição da população, bem como a facilidade de compra para o consumidor final, tendo inclusive a opção de escolher o produto e negociar o preço são características típicas das feiras nordestinas.

Capim Grosso é um dos municípios da Bahia que compõe a mesorregião denominada Centro-Norte Baiano, com um total de 80 municípios. É constituída de cinco microrregiões geográficas Feira de Santana, Irecê, Itaberaba, Senhor do Bonfim e Jacobina. O território do município localiza-se nas coordenadas 11° 22' 51" latitude Sul e 40° 00' 46" longitude Oeste, na microrregião de Jacobina<sup>15</sup> no Semiárido nordestino integra a divisão identitária e sociocultural do Estado, Território de Identidade<sup>16</sup> Bacia do Jacuípe, composto por 15 municípios (Mapa 1).

<sup>15</sup> Composta por 16 municípios: Caem, Caldeirão Grande, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Orolândia, Piritiba, Ponto Novo, Quixabeira, São José do Jacuípe, Saúde, Serrolândia, Várzea do Poço e Várzea Nova (IBGE, 2019).

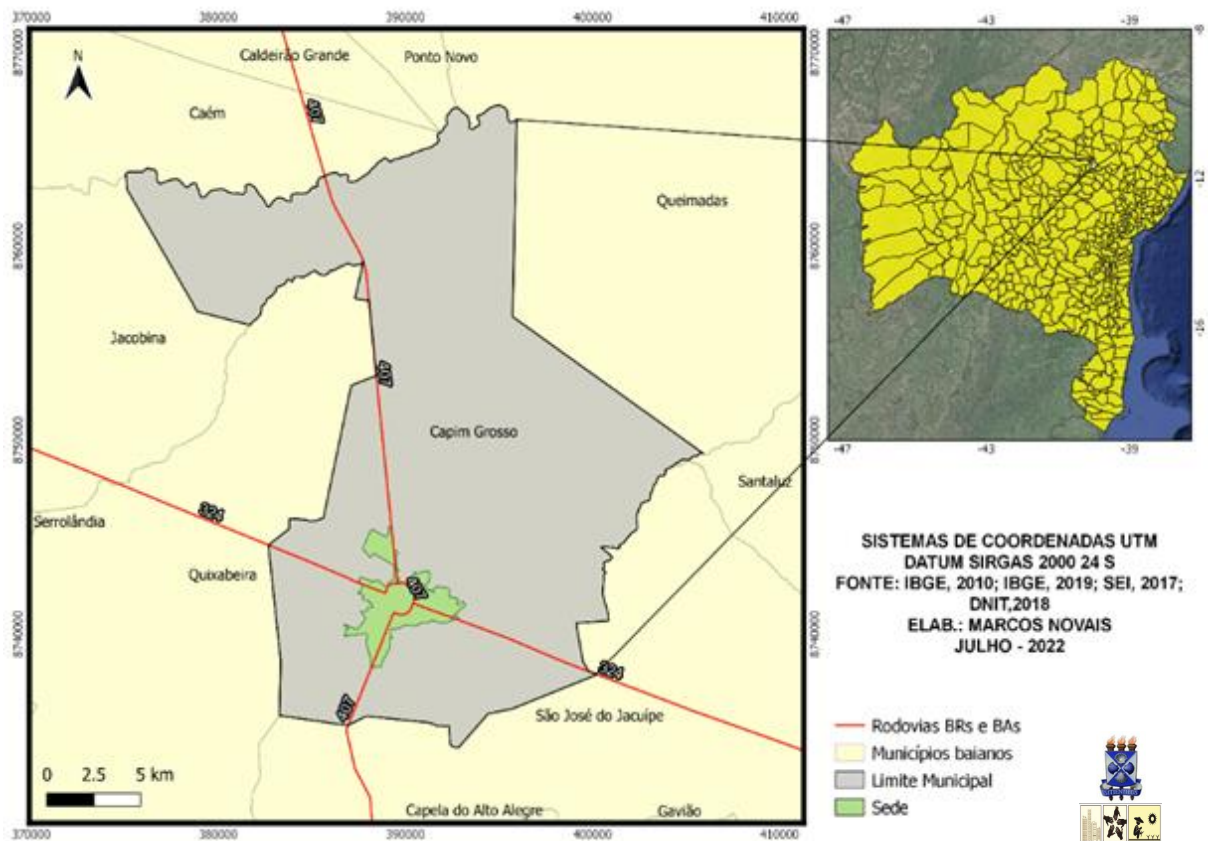
<sup>17</sup> Entende-se como a unidade de planejamento de políticas pública, previsto, na Lei nº 13.214/2014, que dá centralidade à política de desenvolvimento territorial do Estado da Bahia, constituído por agrupamentos idenitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (BAHIA, 2014).

**MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUIPE, BAHIA, 2010**



O município (Mapa 2) possui uma extensão territorial de 336 km<sup>2</sup>, distante 163 km da cidade de Feira de Santana e 277 km da capital Salvador (IBGE, 2019). Limita-se com os municípios de Caém (N), Jacobina (O), Santa Luz (NE), São José do Jacuípe (L/S), Queimadas (NE) e Quixabeira (SO).

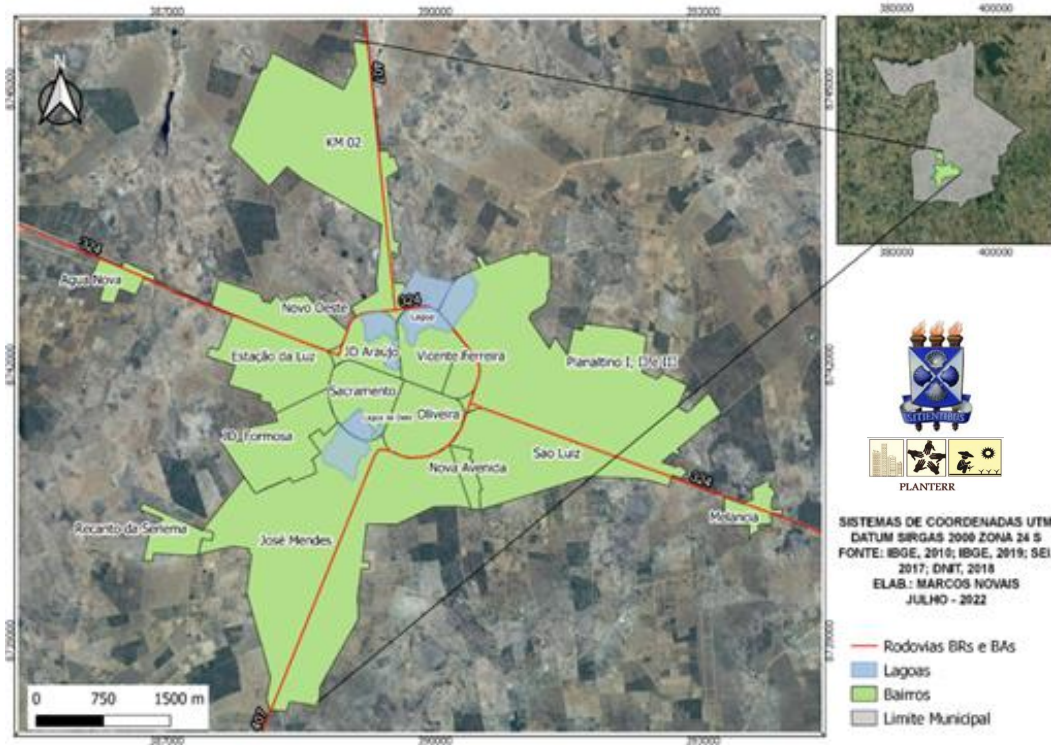
**MAPA 2: MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO, BAHIA, 2019**



O território municipal é constituído por um distrito sede, um distrito rural (Pedras Altas do Mirim), três povoados: Caiçara, Melancias e Peixe, diversas comunidades e propriedades rurais.

A zona urbana composta, por 20 bairros (Mapa 3), encontra-se posicionada no entroncamento de duas rodovias federais: BR-407 (Norte), BR-324 (Leste-Oeste), além da rodovia estadual BA-130 (Sul), o que facilita o acesso direto a outros municípios como Ponto Novo, Senhor do Bonfim, Juazeiro, Jacobina, Irecê, Mairi, Riachão do Jacuípe e Feira de Santana. Essas rodovias tornam Capim Grosso uma nodosidade das redes de transporte rodoviário, articulando a região central e todo o estado da Bahia com os demais estados da região Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Norte do país.

### MAPA 3: SEDE DO MUNICÍPIO, CAPIM GROSSO, 2022



As rodovias foram decisivas para dinamizar as interações espaciais na cidade (Fotos 3 e 4 Figura 2) não só no âmbito regional, mas também inter-regional, repercutindo no desenvolvimento de Capim Grosso em vários setores da vida social, entre os quais, as atividades ligadas ao setor de serviços automotivos devido as demandas do tráfego rodoviário.

**Foto 3:** Vista aérea da sede do município, Capim Grosso, 2001



Fonte: Capim Grosso, 2022

**Foto 4:** Vista aérea da sede do município, Capim Grosso, 2014



**Fonte:** Google, 2022

**Figura 2:** Área urbana da sede do município, Capim Grosso, 2014



**Fonte:** Google, 2022

Quanto às características físicos-naturais, conforme a classificação de Ab'Saber (2003), Capim Grosso está situado no “Polígono das Secas”, apresenta tipo climático semiárido, com temperatura anual de 28°C, e pluviosidade média por ano na faixa de 400 a 800 mm com longos períodos de estiagem.

O relevo capim-grossense, segundo o autor supracitado, apresenta altitudes médias de 300 metros acima do nível do mar. Os tipos de solo variam de latossolos vermelho-amarelados a planossolos eutróficos, com trechos de neossolos.

A vegetação, em sua maior parte, é formada de Caatinga arbórea aberta (palmeira), passando a contato caatinga-floresta estacional (Foto 5).

**Foto 5:** Vegetação do município, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis

**Fonte:** Arquivo pessoal

O município é banhado pelo rio Itapicuru – Mirim, um curso de águas que banha o estado da Bahia. Nele, encontra-se a barragem do distrito de Pedras Altas do Mirim (Foto 6).

**Foto 6:** Área da barragem de Pedras Altas do Mirim, Capim Grosso, 2017



**Foto:** Almir Fernandes

**Fonte:** Portal G1 Bahia, 2017

A barragem de Pedras Altas foi concluída em dezembro de 2002, com o objetivo de abastecer as comunidades rurais e urbanas. Atualmente abastece, quatorze municípios e diversas localidades próximas (BAHIA, 2008).

No que se refere a população, Capim Grosso foi estimada em 31.055 habitantes, sendo o segundo município mais populoso da microrregião, com densidade demográfica de 79,47 hab./km<sup>2</sup>. Sua população representa 85,2% residente na zona urbana e 14,8% localizados na área rural. (IBGE, 2019) e Índice de Desenvolvimento Humano 0.607 (PNUD, 2016).

Capim Grosso se transforma em cidade destaque com a consolidação de uma infraestrutura de comércio de bens e serviços oferecidos à população, através de redes de supermercados, atacadões e lojas<sup>17</sup> dos mais variados setores (Foto 7), inclusive ligados ao segmento rodoviário<sup>18</sup>, o que têm atraído um considerável contingente populacional dos municípios circunvizinhos diariamente à cidade, e em especial, às segundas-feiras, dia em que se observa maior movimentação de pessoas e ocorre a maior feira livre da região.

**FOTO 7:** Pontos comerciais na praça da feira, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis

**Fonte:** Pesquisa de Campo

---

<sup>19</sup> Lojas de material de construção, móveis e eletrodomésticos, farmácias, salões de beleza, padarias, escolas e faculdades particulares, clínicas médicas, consultórios odontológicos, escritórios de advocacia e contabilidade.

<sup>20</sup> Como postos de combustíveis, oficinas mecânicas, restaurantes, lanchonetes, hotéis e pousadas devido ao grande fluxo de veículos que transitam pelas rodovias que cortam a sede.

Outros setores de relevância são as pequenas fábricas de construção civil e alimentícias e agricultura de subsistência. Segundo a Associação Comercial Industrial e Agrícola de Capim Grosso (ACIACG), o município têm o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita da microrregião, só abaixo de Jacobina.

O movimento da feira livre literalmente transforma a cidade numa verdadeira festa. Festejar a fartura da colheita, a compra da mistura do dia, o encontro com os parentes e amigos dos pontos distintos. É grande o fluxo de carros de passageiros que vêm de vários municípios da região para se abastecer na feira. Assim, o recorte espacial é relativamente influenciado pelas relações espaciais delineadas tanto pela feira livre, quanto pelo comércio, onde se observa maior movimento populacional, principalmente às segundas-feiras, dia em que acontece feira da livre.

### 2.3.1 RECORTE ESPAÇO-TEMPORAL: PRAÇA JOSÉ PRADO ALVES

A praça José Prado Alves<sup>19</sup>, ponto de efervescência das relações socioeconômicas, está localizada no centro (lugar do encontro e de circulação dos fluxos) da cidade de Capim Grosso, e é ponto central daqueles que vêm à feira para adquirir nessa, produtos específicos e que não são encontrados em outros locais da cidade. As atividades da feira livre acontecem durante toda semana, mais especificamente na segunda-feira, que possui um caráter singular, pois é o dia de maior circulação o que faz modificar a dinâmica da cidade, quando moradores da região além de “fazer a feira”, aproveitam para encontrar amigos, parentes e fazer uso de serviços que são oferecidos, como de saúde, financeiros, alimentícios, dentre outros.

As feiras regionais do Nordeste, especialmente nas pequenas cidades, muitas delas ocupam a praça central e se espalham pelas diversas ruas que lhe dão acesso. Esse espaço constitui-se um local privilegiado da cidade, onde são vivenciados e atualizados os elementos que compõem o modo de ser sertanejo. Caso em que ocorre na feira livre da cidade de Capim Grosso (Foto 8), quando barracas cobertas por lonas ocupam a praça e os logradouros públicos no dia da feira livre.

---

<sup>21</sup> Referência ao ex-prefeito de Jacobina, popularmente conhecido por Zuquinha, a época em que Capim Grosso pertencia a esse município.



**Foto 8:** Praça José Prado Alves, Capim Grosso, 2019



**Fonte:** Google, 2022.

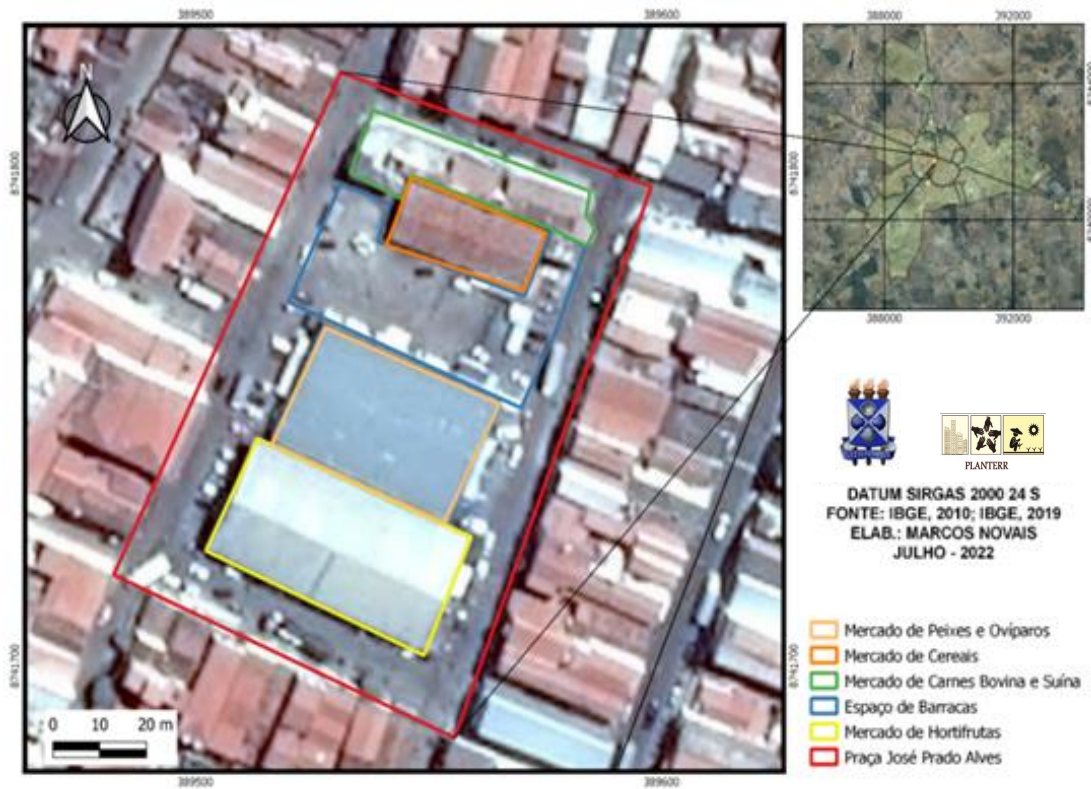
Em meio à visão da desordem, pode-se perceber uma ordem espacial no tocante à distribuição dos diferentes equipamentos e itens da feira, definida em áreas de acordo com os produtos predominantes, podendo se distinguir várias feiras dentro da grande feira, que servem de pontos de referência e de orientação aos frequentadores, ou pontos de encontro. Para Moreira (1996), apesar da aparente desarrumação, a feira livre obedece a uma harmônica e natural organização, sendo dividida em feiras menores.

A praça objeto desse estudo (Mapa 4)<sup>20</sup> compreende uma área de proximamente 1800 (um mil e oitocentos metros quadrados). Encontram-se nesse espaço os principais equipamentos públicos disponibilizados para servir a feira livre construídos ao longo do tempo.

---

<sup>20</sup> Os mapas que compõe o estudo foram elaborados tendo como apoio as bases vetoriais em formato *shapefile* e os dados *rasters*, obtidos através de pesquisa documental por meio de informações do IBGE e com interpolação de informações coletas em campo. Esses dados foram inseridos e processados no *software* livre de Sistema de Informações geográficas QGIS, no qual utilizou-se o sistema de referência de coordenadas o SIRGAS 2000 UTM 24S.

#### MAPA 4: ÁREA DA PRAÇA DA FEIRA LIVRE, CAPIM GROSSO, 2022



O Mercado de Cereais (Foto 9) foi o primeiro a ser erguido na década de 1980, quando Capim Grosso ainda era povoado (CAPIM GROSSO, 2021). É um galpão coberto, com portas de acesso e áreas demarcadas no piso para cada feirante. O local disponibiliza três banheiros de uso público e rampa para cadeirante.

**FOTO 9:** Estrutura do mercado de cereais, Capim Grosso, 2022.



**Foto:** Gredison de Novais Reis  
**Fonte:** Pesquisa de Campo

Nesse espaço, cada feirante adquire seus compartimentos de madeira e utensílios para comercializar produtos como: farinha, feijão, milho, tapioca, entre outros (Foto 10).

**Foto 10:** Produtos à venda na parte interna do mercado de cereais, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis

**Fonte:** Pesquisa de Campo

O segundo a ser erguido já na primeira gestão municipal, foi o Mercado Municipal de Carnes<sup>21</sup> (Foto 11), com dois andares. O prédio dispõe de seis locais para entradas e saídas gradeadas e portas metálicas, dentre essas, uma que dá acesso ao mercado de cereais. Possui rampa para cadeirante e corrimão, serviços de energia e água, não dispõe de sanitário público.

**Foto 11:** Estrutura física do mercado de carnes, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis

**Fonte:** Pesquisa de Campo

<sup>21</sup> Ressalta-se que apenas os comerciantes do mercado de carne tem vínculo com associação de feirantes.

O térreo (Foto 12) é composto por 41 boxes, dos quais 38 internamente construído, com alvenaria e revestido de cerâmica, com metragem de três metros quadrados e portas de aço e funcionam com açougues de carnes e aves. Na parte externa, três boxes vendem materiais diversos. Do total, 19 boxes se encontravam fechados durante a realização desta pesquisa. Os boxes são disponibilizados para os feirantes e comerciantes, através de concessão pública por tempo indeterminado (CAPIM GROSSO, 2017a).

**Foto 12:** Área interna do mercado de carnes, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis

**Fonte:** Pesquisa de Campo

Na parte superior funcionam pequenos bares e lanchonetes. Nota que, até a realização desta pesquisa, o Mercado Municipal de Carnes se encontrava visualmente necessitado de manutenção ou reforma estrutural para garantir a segurança física das pessoas que trabalham ou frequentam.

Na mesma época, o espaço da feira ganha mais uma grande área pública denominada “Espaço do Feirante” (Fotos 13 e 14), com estrutura e cobertura metálica. Nesse local, ocorre esse evento durante toda a semana e oferece a população frutas, legumes, hortaliças, doces, beijos, manteigas, etc. Essa área é ocupada em seu lado leste com as barracas metálicas cedidas pela Prefeitura e, do lado oposto, as barracas de madeiras ou de ferro própria ou alugada. Possui piso tipo em lajota rústica, pouca iluminação, pias e vagas de estacionamentos.

**Foto 13:** Estrutura física do espaço do feirante, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis  
**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Foto 14:** Produtos à venda no espaço do feirante, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis  
**Fonte:** Pesquisa de Campo

Em meados de 2007, foi construído o Mercado Municipal de Peixes e Ovíparos (Fotos 15), em que são comercializados os mais diversos produtos: peixes, carnes de caprinos, suínos, camarão e aves, o que atrai ampla circulação de pessoas ao local. Possui cobertura e estrutura metálica e é composto por 52 boxes de alvenaria com aproximadamente três metros quadrados cada, dos quais 16 são externos e oferecem serviços de lanchonetes, restaurantes, salão de beleza, lojinha de artesanato, temperos e alguns bares (CAPIM GROSSO, 2021).

**Foto 15:** Estrutura física do mercado de peixes e oviniparos<sup>22</sup>, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis

**Fonte:** Pesquisa de Campo

Na parte interna (Foto 16), são 24 boxes com bancada revestida de cerâmica, dentre esses, um boxe com balança coletiva municipal, pias e alguns com balcões de frios e *freezers*, além de 12 compartimentos que vendem verduras ou são lanchonetes, restaurantes e bar. Dispõe de dois sanitários públicos separados por gênero, que atendem tanto aos feirantes quanto à população de modo em geral, além de um pequeno almoxarifado. O espaço possui um guarda municipal no período noturno. Seu uso está condicionado à autorização por meio de concessão pública por tempo indeterminado (CAPIM GROSSO, 2017a).

**Foto 16:** Área interna do mercado de peixes e oviniparos, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis

**Fonte:** Pesquisa de Campo

---

<sup>22</sup> Cada boxe tem padrão próprio de energia, sendo o feirante responsável pelo pagamento das despesas. Já o abastecimento de água é de responsabilidade da Prefeitura.

De acordo a lei nº. 379 (CAPIM GROSSO, 2017e), que instituiu o Código de Postura do Município, quanto às barracas, essas serão organizadas em fileiras, de modo a não impedir a entrada das residências e dos estabelecimentos comerciais do local, deve respeitar para a passagem dos transeuntes, um metro de distância; além de possuir toldos de lona ou tecidos impermeáveis em bom estado de conservação, de modo a abrigar as mercadorias das chuvas e raios solares. Entretanto, essa regulamentação não é perceptível na feira pesquisada.

No espaço da feira livre capim-grossense, registra-se a ocorrência de quatro tipos de estruturas: o boxe de alvenaria e cerâmica, que imprimem o caráter intrínseco de estrutura fixa da feira, presentes nos Mercados de Carnes, de Peixes e Ovíparos, os compartimentos de madeira no Mercado de Cereais, a barraca<sup>23</sup> de ferro/metal e a de madeira.

As barracas de madeira ou ferro, que permitem maior mobilidade e flexibilidade<sup>24</sup>, podendo ser transferidas de um local a outro da feira, são instaladas, em sua maioria, nas áreas próximas aos mercados municipais e nas vias públicas (Foto 17).

**Foto 17:** Produtos à venda nas barracas no dia da feira livre, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis

**Fonte:** Pesquisa de Campo

---

<sup>23</sup> A ausência da barraca cedida pelo poder público foi um aspecto relevante a ser considerado, uma vez que, mais da metade dos feirantes afirmaram alugar as bancas de madeira ou estruturas de ferro para usar no dia da feira. Apontaram ainda que, o frete no transporte das mercadorias para chegar à feira, contratação de ajudantes de vendas, pagamento de carregadores para transporte de mercadores até a barraca e as taxas pagas à Prefeitura pela ocupação do solo constituem os principais gastos que influenciaram no aumento dos custos para o feirante e, conseqüentemente, afetam diretamente a sua frequência semanal na feira livre.

<sup>24</sup> O ato de montar e desmontar a barraca constitui uma das tarefas de desgaste para o feirante. O cansativo rito de desmontar a estrutura das barracas, dobrar a lona, recolher, conferir e reembalar os produtos, pondo-os, novamente, a caminho para outra cidade, outro público.

No domingo, dia anterior da realização da feira, trabalhadores contratados à parte pelos feirantes, começam a montagem das estruturas de ferro e de madeira das barracas, modificando a rotina e o espaço geográfico da área (Foto 18). Essa situação nos dias atuais contraria a lei nº. 379 (CAPIM GROSSO, 2017e), quando estabelece que a armação das barracas deverá ser feita em, no máximo, duas horas antes do início do funcionamento da feira e a sua desmontagem em, no máximo, uma hora e meia após o seu término.

**Foto 18:** Tipologia de barraca na feira livre, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis

**Fonte:** Pesquisa de Campo

A tipologia de barraca nos ajuda a compreender o modo de ocupação da feira como um todo. Os feirantes mais antigos e com praça de comércio consolidada na feira dispõem de cobertura no Espaço do Feirante ou boxes nos mercados com espaços para guardar as suas mercadorias, que ficam protegidas de intempéries em relação aos demais feirantes, que armam suas barracas nos logradouros públicos.

A existência da feira livre nessa área da cidade ocorre devido a intensa circulação dos fluxos, principalmente na segunda-feira, dia de maior movimento de transeuntes e venda comercial. Em torno da praça, se concentram diversos estabelecimentos de comércio e serviços de pequeno porte como galeria, lojas de móveis, de confecções, brinquedos, de festas, ração animal, óticas, farmácias, restaurantes, pontos de moto táxi, bares, distribuidoras de bebidas e



grandes supermercados. No caso de uma possível mudança do local da feira livre, todos esses setores tendem à perder economicamente.

#### 2.4 A FEIRA: EXPRESSÃO CULTURAL E PATRIMÔNIO IMATERIAL

As feiras, em paralelo à óptica histórico-econômica, destacam aspectos da cultura e da política. Alguns autores ressaltam a relação da feira com a festa, com a cultura popular, enfim um espaço transposto ao econômico. Como atividade econômica e urbana essa prática comercial gera relações econômicas, sociais e culturais. Do ponto de vista cultural, a feira livre é uma importante instituição que resguarda tradições, indiferente ao processo de modernização (SATO, 2007). Entretanto, se esse processo de resistência transforma a feira num autêntico museu a céu aberto, sofre também constantes ameaças e coloca em risco a sua continuidade.

Desse modo, as feiras livres se materializam no espaço como formas comerciais de caráter socioeconômico e cultural. Os mercados periódicos, com pequena ou grande dimensão, organizam-se nas ruas e praças, onde feirantes expõem diversos tipos de produtos, desde aqueles confeccionados com técnicas inovadoras até as mercadorias produzidas nos moldes mais rudimentares. Os produtos são expostos em estruturas de barracas que atraí, a população local ou mesmo, regional.

No Nordeste e, mais precisamente para as pequenas cidades interioranas, a relevância da feira livre ultrapassa o viés econômico, na medida em que se apresenta como um lugar das relações sociais. Nela, as pessoas se encontram, trocam informações, fazem articulações políticas ou simplesmente se divertem.

A feira é um espaço de sociabilidade, identidade regional, cultural e também de articulação política, uma vez que, permite a efetivação das relações entre seus frequentadores e funcionários, medidas necessárias pelas mercadoria que dão razão de existir ao local. Braudel (1998) destaca o mercado e seu papel para a cidade, pois esses, se abasteciam semanalmente de gêneros alimentícios. Dessa maneira, o que está em foco não é a aparência, o feitio, mas sua essência, que é constituída pelos movimentos de concentração e dispersão promovidos pelo comércio nas cidades, em suas feiras e mercados.

Braudel (1998) considera a feira como um mercado, um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda, e faz uma distinção entre os mercados locais e aqueles direcionados para o comércio de longa distância. O mercado local é aquele espaço marcado pelas relações de vizinhança, de grande importância para a vida comunitária. A rotina

semanal de fazer a feira nesses mercados periódicos é motivada pela relação de confiança entre o feirante e o freguês, preferência por produtos naturais, tocar, escolher e até mesmo experimentar, além das sociabilidades construídas e estabelecidas entre ambos. O mercado local típico para Polany (2000, p. 83), é aquele no qual “[...] as donas de casa vão comprar algumas de suas necessidades domésticas diárias e nos quais os agricultores de cereais ou verduras, assim como os artesãos locais, oferecem seus artigos à venda, revelam uma impressionante indiferença quanto a tempo e lugar”.

A organização espacial da feira se modifica com o passar do tempo, sofrendo transformações do mesmo modo que a sociedade também se transforma. As regras e os acordos que fazem a rede de relações sociais permitem que as circunstâncias ofereçam a ocasião para a adoção de táticas, mostrando que uma feira pode ganhar diferentes feições, algo corriqueiro e perfeitamente possível.

A atratividade das feiras em relação a outras formas de varejo centram-se no maior frescor dos produtos, mas, sobretudo, na dinâmica característica de negociação do preço e o atendimento diferenciado (face-a-face com o produtor). A feira livre como espaço de trabalho faz-se da beleza, da brincadeira e move-se num mundo ritual, o que faz sobressair sua dimensão como espaço de convivência social e reside na conservação das singularidade, nas conversas e nos encontros diários. Para Guimarães (2010), os laços de sociabilidade possuem um caráter construtivo, afirmativo para as sociedades locais, destacando seus costumes - espaço que há troca de conhecimentos, resgate de valores e sensação de integração social, onde estão presentes todos os aspectos da cultura popular - oralidade, espacialidade, artesanato e festa (Foto 19).

**Foto 19:** Produtos cultutrais à venda no dia da feira livre, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis

**Fonte:** Pesquisa de Campo

Considerar a feira como um espaço de articulação entre as vivências, saberes e expressões culturais da comunidade onde está inserida, a abordagem cultural pode nos ajudar a compreender criticamente a dinâmica desses espaços vividos, abordando suas identidades sociais, relações e conflitos. A questão cultural mostra bastante relevância, visto que os estudos de Arantes (1996), indicam que a sociedade vivencia a “era da cultura” e sendo a feira local de encontros entre rural e urbano, por isso, deve-se analisar todas as representações que estão inseridas nesse universo.

As feiras livres propiciam a interação entre as pessoas, mantendo viva a diversidade cultural popular e alimentar de uma região. Um local do encontro, das conversas, da notícia, das trocas, dos artigos regionais (Foto 20), produtos facilmente encontrados nas diversas feiras nordestinas e da manutenção da tradição cultural, presentes nestes espaços.

**Foto 20:** Produtos culturais à venda no dia da feira livre, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis

**Fonte:** Pesquisa de Campo

A persistência de mercadorias, que poderiam ter ficado presas ao passado, no subespaço da feira é explicada por Costa (2003, p. 95):

São os objetos dos meios pretéritos ainda presentes na Feira que contam a história desse espaço rugoso, porém muito mais do que símbolos, as rugosidades apresentam funcionalidades no momento presente, atendendo as necessidades dos diversos grupos sociais, motivo pelo qual a presença de tais rugosidades se justifica. Mesmo diante da emergência de um meio técnico-científico e informacional, os grupos sociais vivem tempos sociais diferentes. Daí a lamparina a querosene ainda ser artigo de consumo para alguns, enquanto que para outros é peça folclórica que lembra um passado distante.

Quanto à conceituação, a feira livre pode ser configurada conforme sua conotação, inclinar-se tanto para o econômico como para o sociocultural. Como apresenta Mota *et al* (2012, p. 4), "a feira livre é um espaço polissêmico, em que vidas se cruzam, convivem e experimentam um cotidiano de diversidades".

Para Menezes (2005), a feira é um lugar composto de uma caoticidade de traços, cores, sons, sotaques, roupas, cheiros, volumes, movimentos, enfim uma representação dos signos da cidade antiga e moderna, todos dispostos em seu território articulado.

Nesse sentido, a arte popular nordestina passou também a figurar na feira por meio da comercialização de objetos de cerâmica figurativa e argila. Essas manifestações culturais nos levam a considerar a relação já estabelecida no passado entre tradições artísticas e a feira, embora estejamos estudando esse fenômeno na contemporaneidade. Para Bakhtin (1987), a feira também é o lugar da venda de obras literárias de vários gêneros, do vocabulário, às falas, jargões na praça pública, onde acontecia a feira. Sendo assim, não podemos prescindir da ideia de que a feira dos dias atuais reflete a dinâmica do seu espaço e tempo e, como uma manifestação da cultura popular, é uma criação espontânea do povo. Muitas vezes, a memória da feira é convertida em tradição cristalizada no tempo e no espaço e reduzida a ponto turístico, onde se adquirem os produtos da terra e/ou regionais. Não obstante, a feira absorve as ideologias dominantes e as contradições das classes oprimidas.

Conforme Canclini (1983), a redefinição do que seja cultura popular hoje perpassa por estudos e pesquisas que privilegiam a produção, a circulação e o consumo. Dessa maneira, fica evidente a necessidade de um aprofundamento das questões relativas à dimensão cultural que, no nosso sentir, não se restringe apenas ao econômico.

A compreensão e reconhecimento da feira como lugar de produção de saberes, apresenta contribuições que devem ser ressaltadas na promoção dos direitos subjetivos e coletivos, a partir do acolhimento e reconhecimento da diversidade cultural em universos como as cidades. A feira, como dimensão do espaço vivido por trabalhadores ocupados na atividade de comercializar alimentos e os objetos de modo autônomo, é vista como lugar de relações socioculturais, interações e significados, sendo essa, ponto de encontro entre realidades e experiências de homens vindos de mundos distintos; espaço intermediário entre produtores e consumidores, sempre caracterizada pelo movimento, seu barulho e agitação.

A feira é um espaço ainda mais repleto de espontaneidade, de alegria ao encontrar alguém querido, mas que não há oportunidade de vê-lo durante a semana. É o lugar de pessoas

que circulam para paquerar, como também daqueles que estão andando sem a pretensão de nada comprar. A facilidade de chegar ao centro da pequena cidade – se comparado, a dificuldade de chegar ao centro de uma cidade média ou grande – contribui para que a ida a feira se torne também uma oportunidade de passeio, isto é, de lazer. De acordo Almeida, (2009, p.18):

A dinâmica espacial da feira evidencia-se como lugar dos encontros e desencontros, de tessituras várias, das conversas fiadas e também, daquelas com propósito, das sociabilidades, compras, vendas, trocas, sejam elas econômicas ou socioculturais, engendradas pelos feirantes e fregueses constituindo assim, uma trama de relações na feira livre.

O espaço comercial não é constituído apenas por comerciários, feirantes e fregueses ou estabelecimentos e bancas da feira. Esses são pertencentes, mas o que o estrutura são as relações sociais tecidas em cada ponto de venda. Assim, as formas comerciais e lugares de consumo possuem práticas sociais que lhes são próprias. A feira, por exemplo, é o lugar da ‘pechincha’. É onde se pode esperar a baixa de preços de acordo com o avanço das horas ao longo do dia. É o lugar que o freguês sente a liberdade de pedir um ‘agrado’. E, por vezes, o próprio feirante já faz isso, espontaneamente.

São essas práticas – dentre outras que não foram mencionadas – que fazem da feira o que ela é: uma forma comercial que abriga práticas de consumo que dificilmente se conseguirá obter em outras formas comerciais.

Para Charlot (2005, p. 40):

A feira livre constitui-se um espaço privilegiado onde são vivenciados, exercitados e atualizados os elementos que compõem este modo de ser sertanejo, inconfundível no seu falar característico, no gestual e no trajar próprio, bem como, nos seus hábitos tradicionais de consumo, estabelecendo aí uma espécie de território da cultura sertaneja, que se irradiava para sua comunidade.

Frente a essa exposição, Jesus e Dolzani (2008) diz, que a feira se projeta como um espaço de resistência cultural. Subtrair a feira do espaço urbano, a nosso ver, é um empobrecimento cultural, é uma visão homogeneizante das formas comerciais modernas.

Se a feira pode ser considerada como um espaço de articulação entre as vivências, saberes e expressões culturais da comunidade onde está inserida, a abordagem cultural pode nos ajudar a compreender criticamente a dinâmica desses espaços vividos, abordando suas identidades sociais, relações e conflitos. Na interação das pessoas com seus lugares cotidianos,

os sujeitos e seus lugares são indissociáveis, configurando a expressão empírica e subjetiva da totalidade do espaço cotidiano (HAESBAERT, 2017; HALLEY, 2015).

Dantas (2007) coloca que a feira, por mais diversificado, que possa ser o seu significado, é local de abastecimento, mas também de reunião, de encontro, de periodicidade semanal. Então, pode-se dizer que mesmo as feiras livres, em geral serem muito parecidas em alguns aspectos as tornam peculiares e únicas, e devido a isso surge a relevância cultural de cada feira. Nessa análise, as feiras livres quando reconhecidas por sua importância histórica podem vir a ser consideradas patrimônio histórico cultural. Assim sendo, não há como dissociar cultura de identidade local, assim como falar de feira de forma plena sem falar das relações culturais presentes que (re)significam o espaço. A esse processo de modificação da relação com o espaço, cabe salientar que as feiras podem ser consideradas patrimônios culturais do Brasil.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 16, inclui o patrimônio cultural como um direito cultural, fazendo ampla referência aos diversos grupos sociais que formam a nação brasileira.

Dos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais [...] Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver (BRASIL, 2001, p. 62 e 63).

Ainda em seu aspecto legal, podemos citar o Dec. nº 3.551/2001, que cria o segundo, instrumento nacional de proteção ao patrimônio cultural, o registro, além de instituir o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, “visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio” (BRASIL, 2001). Percebe-se assim como a legislação dá subsídio para a ampliação da noção de patrimônio.

A feira livre enquanto instituição de relações socioculturais pode-se enquadrar como patrimônio imaterial, uma vez que, apresenta referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, incluindo os de caráter imaterial, como os lugares, monumentos históricos, cultura entre outras riquezas. Transformar esses espaços é fortalecer as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver desse espaço, valorizando-a os aspectos históricos e identitários, resguardados pela Constituição Federal.

Nos § 1º e 2º da Constituição Federal de 1988, o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem (BRASIL, 2001, p. 62 e 63).

Destaca ainda a importância e determina a parceria entre o Poder Público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural, com o fulcro de realizar ações integradas mediante articulação técnica, política e financeira entre agentes públicos e privados. Contudo, a gestão do patrimônio e da documentação permanecem sob responsabilidade da administração pública.

Organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, o Sistema Nacional de Cultura (IPHAN, 2022) institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais, a partir da gestão participativa.

Se a feira já se apresenta como um patrimônio independente de seu registro, podemos nos perguntar, qual a necessidade do mesmo. Conforme o IPHAN (2022) uma das consequências mais diretas da patrimonialização diz respeito a visibilidade do bem que – quando registrado ou tombado – recebe um título legitimado por um campo de conhecimento legítimo, passando a adentrar em um mercado de consumo cultural.

Compreender o lugar ocupado pela feira na cidade segundo Santos (2010) é motivada, pelo interesse de chamar atenção dos feirantes e usuários para a importância de repensá-la para reintegrá-la ao imaginário da cidade, através de um diálogo de saberes para a continuidade do seu processo de resignificação identitária, pois as feiras são lugares privilegiados onde se desenvolve uma série de interações sociais, práticas no espaço público e expressões culturais na construção do espaço urbano. A feira como um “lugar de memória” a posiciona acima das intervenções materiais. Para Nora (1993), a feira apesar do material reveste-se de uma áurea simbólica e é um objeto de ritual.

Independente de intervenções materiais na feira de Capim Grosso, o lugar está repleto de lembranças para além dos registros históricos.

### **3. POLÍTICA URBANA E A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NA ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS LIVRES: APONTAMENTOS TEÓRICOS, LEGAIS E A FEIRA LIVRE LOCAL**

Iniciamos este capítulo com a análise do espaço enquanto categoria de construção do conhecimento geográfico, para entendermos as relações que permeia o contexto urbano, para, em seguida, adentrarmos o recorte que compreende o planejamento e a gestão das feiras livres no espaço urbano.

#### **3.1 O ESPAÇO URBANO COMO PONTO DE PARTIDA**

O espaço geográfico, fruto das relações sociais nele existente, tem sua produção resultante de um processo dinâmico que se altera a todo o momento. Assim, recorremos a Santos (1994, p. 111): “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Observa-se na fala do autor que o conceito de espaço é central em sua análise como ponto de partida de análise das relações sociais, sempre provisório, entre o conteúdo social e as formas espaciais do passado. Para o autor, o espaço é o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos, esse construto tem um papel privilegiado, uma vez que “ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam” (SANTOS, 1994, p. 122).

Nessa lógica, o autor diz que, o espaço precisa ser considerado como totalidade, ou seja, conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente.

Saquet (2015) diz que o espaço é construído de maneira processual e dinâmica, constantemente reformulado e envolvendo, necessariamente, os órgãos do poder e as classes sociais dominantes. Isso significa, para o autor, que a produção do espaço constitui-se uma contínua luta entre os grupos sociais, que também envolve as forças produtivas.

Corrêa (2011) entende o espaço urbano como fruto das relações que se realizam e que se realizaram no passado e que marcam o presente, é o lugar onde as diferentes classes sociais vivem e se reproduzem. Segundo autor, o espaço urbano é um espaço fragmentado e articulado onde cada uma das partes mantém relações espaciais entre si, mas com intensidade variável.



Esse espaço mutável é um reflexo de sua sociedade, sendo um conjunto de símbolos e campo de lutas, no qual a sociedade aparece em suas dimensões, materializada nas formas espaciais.

O espaço urbano advém de diferentes relações que começaram no passado e continuam existindo no presente, sendo esse espaço humano, porque o homem constrói e reproduz através de diferentes classes sociais. Para uma melhor compreensão desse espaço, destaca-se a cidade, essa, indissociável do comércio terciário, pois é uma atividade pertence à essência do urbano.

Segundo Santos (1978), a cidade seria a unidade de base da organização urbana que responde às necessidades primárias e imediatas da população local, ou seja, um espaço de revelação. De acordo Jesus (1997), é na cidade que são determinados os arranjos socioprodutivos em consequência do planejamento urbano desenvolvido pelas bases políticas que se articulam através das lógicas socioeconômica. Essas relações que são de cunho social e integram, ainda que diferentemente, os diversos pontos da cidade, tornando o espaço fragmentado e articulado. Conforme o autor, a cidade se caracteriza por ser um complexo sistema de territorialidades, com participação dos mais diversos agentes nos processos de produção e reprodução da vida através das suas ações sobre o espaço urbano.

Para além dessa discussão, compreende-se a cidade como espaço urbano, palco da atividade humana, produto social e histórico, fragmentado e articulado entre si, resultado da atividade de uma série de gerações que, através de seu trabalho social acumulado, age sobre ele, modificando-o, transformando-o, humanizando-o, tornando-o cada vez mais distanciado do meio natural (JESUS, 1997; SANTOS, 1979).

Na vastidão do espaço urbanizado, multiplicam-se as formas de produção e de apropriação dos espaços. Nesse processo, destacam-se o fenômeno das feiras livres, fruto desse desenvolvimento, por meio das trocas e vendas de mercadorias para atender as necessidades básicas. Para entendê-la, faz-se necessário compreendermos os mecanismos que organizam a feira livre à luz da posição dessa atividade no processo de urbanização dos países subdesenvolvidos. Conforme Jesus e Dolzani (2008), a feira livre representa uma experiência peculiar de sociabilidade e de uso da rua e que luta para persistir na paisagem urbana.

Além da circulação das pessoas, as que expõem e as que compram, há circulação de mercadorias diversas que atuam na dinâmica socioeconômica dos expositores e da economia da própria cidade. Segundo Jesus (1997, p. 79), “a cidade moderna é um inconstante mosaico de espaços de sociabilidade”.

Enquanto espaço econômico, a feira também pode ser vista como um espaço a partir das relações de poder. Por ser fruto de múltiplas relações sociais, o território também está sujeito ao processo de construção-destruição-reconstrução. Nessa perspectiva, “novos territórios são formados na medida em que outros desaparecem e voltam a se formar novamente” (SANTOS, 2006, p. 329).

Diante dessa análise, a feira livre apresenta-se como elemento social e cultural no contexto urbano. Assim sendo, neste estudo, a ligação histórica entre a feira e a cidade confere a ela um papel além do econômico, um papel simbólico, através do qual a feira passou a integrar as representações sociais da cidade, tornando-se um elemento importante da identidade nordestina, bem como da cidade capim-grossense.

Ao considerar a abordagem econômica e cultural para o estudo da feira como um fenômeno urbano, preocupa-nos observar a dinâmica de uso e produção do espaço público da cidade, mais precisamente a praça como o local próprio das festas e das feiras – espaço e tempo do comércio livre, buscando analisar de que forma a dimensão social e cultural da produção econômica funciona para comunicar a cultura regional.

De acordo Jesus e Dolzani (2008), a feira livre representa uma experiência peculiar de sociabilidade e de uso da rua, uma tradição cidadina tornada obsoleta pela expansão do automóvel e do moderno varejo, mas que luta para persistir na paisagem urbana. Além da circulação das pessoas nas feiras, as que expõe, e as que compram, há circulação de mercadorias diversas que atuam na dinâmica socioeconômica dos expositores e da economia da própria cidade.

Para Dantas (2007), as feiras são espaços de intensa interação humana, canais de troca comercial e de movimentação econômica, se colocam como meios produtores e organizadores do espaço, atuando na re-territorialização de atores e espaços urbanos. Assim, o território é desvelado como suporte material que permite a existência e o fortalecimento dos feirantes na produção do espaço urbano.

Nas novas configurações do espaço urbano globalizado, as feiras livres tendem a ser uma alternativa tanto para o comércio de mercadorias, quanto local de manifestações culturais e de lazer. Sendo assim, as feiras ganham novos significados de acordo com a apropriação que a população faz do espaço delas.

No processo de ocupação das feiras livres nas cidades, Santos (2006), apresenta as horizontalidades e as verticalidades, as quais promovem uma nova construção do espaço urbano

com um novo funcionamento. Para o autor, as horizontalidades são representadas pelos lugares contíguos, ou seja vizinhos, e as verticalidades seriam as relações dos pontos distantes entre si, ligados por formas e processos sociais. Observa-se assim, uma relação intrínseca com a feira, na medida em que ocorrem as interligações com os lugares circunvizinhos.

A feira representa para o município um evento de grande importância comercial, que altera a rotina do meio. No dia em que acontece a feira livre, observa-se intensa circulação de veículos e pessoas de variadas localidades circunvizinhas ou distantes que se deslocam até a cidade com o intuito de comprar ou negociar algum produto na cidade e na feira.

Por conseguinte, a feira representa também uma alternativa para o desenvolvimento local e regional, contribuindo com a variedade e a melhoria na oferta de alimentos à população urbana. São lugares privilegiados onde se desenvolvem uma série de interações sociais, práticas no espaço público e expressões identitárias na construção da cidade.

Na medida em que temos uma sociedade cada vez mais urbanizada, a feira também passa por tais mudanças, não somente como adequação ou atualização, mas também como inacabamento, ou, ainda, como perpétua metamorfose. A apropriação do espaço público denota um tipo de uso do espaço que, segundo Dallabrida (2020), atravessa as barreiras do planejamento urbano e surge em meio à festa, à reunião ou a qualquer evento que resulte em aglomeração: cria um espaço singular e veste o setor hegemônico com uma enorme heterogeneidade.

Frente a esse debate, as feiras livres existentes no espaço urbano chamam a atenção do poder público. Elas carecem de políticas públicas mais eficazes e de um olhar mais atento dos gestores, no sentido de garantir seu funcionamento e permanência desse fenômeno no espaço urbano, frente às modernizações do mundo contemporâneo.

Para tanto, faz-se necessário a relação direta entre poder público e os grupos que envolvem a sociedade civil, dentre eles, feirantes e usuários da feira. Esses interesses múltiplos contribuem para a observação de encontros e desencontros que envolvem os usos do espaço público, no debate ligado às transformações constantes nos usos dos espaços da feira, cujos diferentes usos dos comerciantes, feirantes, usuários e visitantes indicam a existência de conflitos, inerentes no processo de planejamento e gestão territorial do espaço urbano.

### 3.2 PLANEJAMENTO TERRITORIAL VERSUS GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA NOS MUNICÍPIOS

Para Tasca (2011), o planejamento pode ser compreendido enquanto uma forma de ação do Estado sobre o território, demonstrando a prática desse através de projetos e suas implicações sobre os espaços físicos e sociais, contribuindo para a consolidação de mudanças na dinâmica socioespacial. Para Ferrari Junior (2004), planejamento pode ser entendido como um processo de trabalho permanente, que tem por objetivo final a sistematização dos meios a serem utilizados para atingir uma meta, que contribui para a melhoria de uma determinada situação.

O investimento em infraestrutura tecnológica interna é um pressuposto para o desenvolvimento das cidades. É essencial que os gestores locais tenham acesso às tecnologias de ponta, internet e mecanismos de comunicação novos e atuais, para o melhor funcionamento da máquina pública. Igualmente, é fundamental que haja investimentos no aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento e sistematização de dados públicos e indicadores, para o melhor desenvolvimento das políticas públicas. Sistemas inteligentes, *softwares*, plataformas, bases de dados, mapas e outros, são alguns dos elementos centrais que devem ser considerados quando destacamos as ferramentas de planejamento. Esse conjunto de ações internas garante que a gestão pública se modernize e aprofunde sua capacidade tecnológica de administrar a cidade. O que possibilita, diretamente, proporcionar melhores serviços públicos à população e fortalecer a transparência no município.

Dessa maneira, faz-se necessário a integração entre planejar e gerir as ações. Uma maneira possível de se perceber as relações entre planejamento e gestão é entendê-los a partir de uma dinâmica temporal. O planejamento pode estar associado ao ato de pensar a partir de uma lógica futura e a uma intencionalidade de organizar as ações e as propostas de forma a atingir objetivos e prioridades.

Casagrande e Souza (2013, p. 6) pontua,

O planejamento pode ser compreendido como uma ação estabelecida de desenvolvimento, em que, através de diagnósticos, como o recenseamento realizado pelo IBGE, da realidade de cada município ou região, são geradas políticas públicas para suprir a necessidade de cada local. Essas políticas são investidas em setores como saúde, educação, habitação, transportes, turismo, etc. Outra função do planejamento é promover a gestão do território, com o objetivo de evitar elevados índices de concentração de renda e a intensificação da desigualdade social e da pobreza.

O planejamento é uma ação do poder público que, através de legislação específica, estuda um determinado território para planejar a sua ocupação futura. Nesse planejamento, busca-se encontrar as qualidades e os problemas presentes a fim de definir qual a melhor forma de ocupação da área, visando ao interesse público. No entanto, é sabido que quando se fala de planejamento se refere também a um entendimento de gestão para que se chegue à eficiência e aos objetivos que tal planejamento tem como parâmetros.

O termo gestão, originária da palavra *gerere*, de origem latina, significa dirigir, conduzir ou governar e está associada a um conjunto complexo de ações e de instrumentos (um deles pode ser o planejamento) que fundamenta a tomada de decisões por meio de uma administração mais próxima do que deve ser gerido. De acordo Becker (2012), a gestão pode ser entendida como uma ação de administração, de controle sobre algo e que possibilita alcançar melhores resultados concretos a partir de políticas públicas, instrumentos, instâncias e normas. No entanto, gestão é um conceito mais complexo e não deve ser entendido apenas pela apropriação a partir de um conjunto de prioridades da administração pública em diferentes momentos políticos e institucionais. De acordo a autora, a gestão segue uma finalidade econômica e um princípio da realidade e perpassa nas relações de poder, isto é, a absorção de conflitos, necessários à consecução de seus objetivos.

A partir desse binômio temporal, Souza (2004), destaca que:

[...] planejar sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno [...] tentar simular os desdobramentos de um processo com o objetivo de melhor precaver-se dos prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. De sua parte, gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas. [...] Planejamento e gestão são distintos e complementares (p 46).

O planejamento e a gestão são, portanto, conceitos intrinsecamente associados à racionalidade e às ações humanas coletivas, principalmente àquelas orientadas pelos poderes instituídos e que se materializam de forma muito direta nos processos de produção do espaço geográfico. Para tanto, é essencial evitar a dissociação entre planejamento e gestão. Por isso, independentemente de como os termos são aplicados, considera-se que não é possível um planejamento eficaz que não tenha suporte em instrumentos e práticas da gestão, bem como a gestão sem planejamento não seria uma ação eficiente. As prioridades de gestão precedem às de planejamento, todavia, estiveram associados a formas e a prioridades técnicas e sociais diferentes ao longo da história.

O planejamento e a gestão do território, para Dallabrida (2020), trata-se, de um processo conflituoso, pois têm o desafio de mediar interesses e visões diferenciadas. Reafirma-se a possibilidade de que tais processos se amparem na aceção sobre governança territorial, compreendendo as ações de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais, numa perspectiva colaborativa e democrática.

Planejamento e gestão são compreendidos neste trabalho de forma indissociável como um processo de concertação social e tomada de decisão, envolvendo atores sociais, econômicos e agentes governamentais. Nessa direção, ganha ênfase o conceito de planejamento territorial<sup>25</sup> que se mostra numa escala da gestão, uma plataforma advinda da própria estrutura e tem como objetivo identificar e solucionar problemas de um determinado recorte territorial.

A partir dessas definições são estabelecidas metas de investimento e infraestrutura para a viabilização do projeto elaborado. A etapa de planejamento segundo Dallabrida (2020) pode abarcar várias tarefas, como levantamento de dados geográficos, políticos e geológicos, diagnósticos da realidade, levantamento de problemas e várias alternativas de soluções, avaliação de custos e benefícios, a existência de políticas específicas para determinado tipo de ocupação, incluindo incentivos de outras esferas do poder público.

As políticas públicas são entendidas por um conjunto de procedimentos normativos e técnicos, carregados de fundamentos políticos e ideológicos que norteiam à ação dos governos que agem em nome do Estado, a partir de demandas específicos de determinados grupos sociais (SILVA, 2018).

Santos (2010), ressalta que as políticas públicas podem ser ou não ações que norteiam as relações entre o poder público e a sociedade, por isso, devem ser analisadas com olhar crítico tanto pelos governantes, como principalmente pela sociedade, para não desvirtuar seu maior objetivo: ações e projetos em prol dos cidadãos, em especial àqueles que não têm acesso a condições de vida digna. A vista disso, no que tange ao conceito, para autor, o mais importante é a sua finalidade, que perpassa pela relação do mercado com o Estado.

Assim sendo, fomenta todas as ações que implicarão em um (re)ordenamento territorial e seus agentes envolvidos, uma vez, condiciona o modelo territorial e os padrões de desenvolvimento, e a implementação dos planos e políticas públicas de base territorial podem

---

<sup>25</sup> Aplicado à lógica urbana, o planejamento territorial esteve por muito tempo associado às práticas modernas e modernizantes de ordenamento das cidades.

levar a uma valorização do espaço público municipal. Sendo assim, o fundamento do planejamento territorial é a gestão dos mais diversos recursos.

O planejamento, apesar de contraditório e permeado de interesses, pode ser um eixo norteador para a tomada de decisões em nível de gestão. Da mesma forma, a gestão pode entender o planejamento como ferramenta ou instrumento para a efetividade de suas ações. Para Guzmán (2013), planejar é atuar no presente com uma visão de futuro, buscando os meios para obter as mudanças desejadas e possíveis.

Para Becker (2012), o planejamento torna-se uma estratégia de (re)ordenamento do território, um instrumento técnico e centralizado de intervenção estatal por ordenar esse, segundo a política e a estratégia estabelecida. Por sua vez, a gestão das relações de poder são necessárias para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações.

O planejamento territorial tem por função a orientação para um planejamento integrado do espaço, contemplando uma ampla diversidade de elementos, sejam: físicos, humanos ou biológicos, que configuram os espaços. Entretanto, para que haja eficácia na tomada de decisão é de fundamental importância a ação do Estado<sup>26</sup>, no sentido de poder público frente às políticas de planejamento e gestão do espaço urbano.

De acordo Ferrari Junior (2004) o planejamento das cidades engloba concepções, planos e programas de gestão de políticas pública, por meio de ações que permitam maior harmonia entre intervenções no território urbano e o atendimento às necessidades específicas da população. Para isso, é necessário identificar as vocações locais e regionais de um território e estabelecer as regras de ocupação de solo e as políticas de desenvolvimento municipal no curto, médio e longo prazos, buscando sempre a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a preservação dos recursos naturais. As estratégias de planejamento urbano devem almejar a transformação das cidades e a inclusão da população nas tomadas de decisão sobre o futuro do lugar onde residem.

A eficiência das políticas públicas depende da capacidade de aprendizagem dos setores. Segundo Ferrão (2011), o fundamento do planejamento territorial é a gestão dos mais

---

<sup>26</sup> A partir de Cardoso Junior (2000) o Estado é compreendido a partir de nesse estudo, como instância institucional agregadora do território brasileiro, o governo municipal como uma das instituições que compõe o Estado para que este seja eficaz e efetivo em atividades de administração dos negócios públicos e suas ações são aquelas que alcançam todos os envolvidos no processo político, sendo entendida a participação popular como concretização da cidadania democrática e ativa.

diversos recursos. É desafiador lidar com a complexidade de agentes em suas realidades e diferentes formações territoriais, que são reveladoras da dimensão econômica e política do espaço urbano. Nessa abordagem, adota-se com mais ênfase, o termo gestão pública, pelo entendimento de que os diferentes significados a ela atribuídas condicionam variadas perspectivas e possibilidades para o planejamento territorial.

Dessa maneira, parte-se do entendimento de que uma proposta de planejamento territorial e gestão pública participativa precisa estar orientada em três pilares conforme Dallabrida (2020): ter o território e seu patrimônio como referência; assumir a acepção atribuída à governança territorial como método para orientar a ação coletiva direcionada ao planejamento; e estar estruturada considerando determinados eixos e variáveis relacionadas aos componentes do patrimônio territorial.

Conforme pontua o autor, em muitas cidades, convivem, lado a lado, variadas formas de apropriação do espaço público, tendo em vista usos hegemônicos e não hegemônicos, que devem ser considerados em nossas análises e investigações acadêmicas, nos quais coexistem e interagem uma pluralidade de trajetórias e práticas cotidianas. Nesse sentido, as cidades são reflexos de uma série de processos históricos e sociais, governo e gestão que determinam o tipo de desenvolvimento e transformação do espaço geográfico, em razão das políticas públicas que satisfaçam as necessidades da população, como moradia, segurança, cultura, geração de emprego e renda.

Para se chegar a uma gestão de excelência, deve se atribuir valor ao agente mais interessado nesse processo: a comunidade local. Para isso, é importante, o planejamento participativo, que, segundo Dallabrida (2020), surgiu como uma resposta aos problemas enfrentados pelas várias escalas de organização e possibilidade aos diversos atores que compunha os níveis de atribuições e atuações na sociedade.

O planejamento participativo como aproximação da realidade local na gestão pública, tem fortalecimento como política institucional no Brasil no início da década de 1980, como afirmação de uma forma de fazer política e gestão pública diferente da executada durante o período da Ditadura Militar, que teve uma forte centralidade técnica e estatal. Segundo Cradoso Junior (2000) a inserção da sociedade civil nos processos decisórios é fortalecida com o Movimento pela Reforma Urbana, após 1983, com a Lei de Desenvolvimento Urbano e posteriormente com a Constituição de 1988.



A Constituição de 1988, que representou um grande avanço no longo caminho de construção da cidadania, repercutiu positivamente no cenário político e social, tendo em vista as demandas dos movimentos de cunho popular para ampliação dos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas, ainda que em um contexto de crise econômica e forte recessão.

A gestão participativa, de acordo Cardoso Junior (2000), deve ser entendida em um contexto amplo que vai da revalorização do saber popular e a consequente crítica ao saber técnico, à valorização dos municípios no processo de gestão territorial. A participação social nos processos de decisão das políticas públicas, em especial nas territoriais e de gestão do território, pode ser entendida como uma possibilidade de ampliação do processo democrático representativo, que ampliada afirma-se como política em diversos níveis e em diferentes modelos democráticos, pois é uma possibilidade normativa e institucional para a inovação cultural e a inclusão social de grupos que não se percebiam representados nos processos de decisão.

Compreender os processos de participação popular no planejamento territorial dos municípios, a partir do conhecimento produzido com as pessoas comuns, pode levar a desvelar espaços onde existem esforços de diálogo e interação. Entender a função política de tais grupos possibilita legitimar todas as vozes, proporcionando novos saberes e novas soluções, e estratégias diferentes das convencionais, inibindo o impacto que modelos e tecnologias importadas têm na vida das pessoas.

Todavia, sabe-se que chegar a um denominador comum acerca de padrão de planejamento é algo inviável frente à tantas especificidades, variáveis sociais e sobretudo, a valorização do espaço no ponto de vista dos gestores, contudo organizar o pensamento e os métodos que trabalham o planejamento do território é muito oportuno, pois ajudará em análises futuras sobre conceitos de organização e formação do espaço geográfico.

Ademais, infere-se que o planejamento e a gestão caminham juntos na difícil tarefa de alcançar um efetivo gerenciamento dos diversos problemas existentes nas cidades. Partindo dessa premissa, é um desafio para qualquer administrador público fazer cumprir a gestão pública em sua efetiva função social. Para Santos (2006), é por meio de cada formação social que se cria e recria, em permanência, uma ordem espacial de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela.

Avançar nos estudos sobre a planejamento e gestão, desvendar seus novos processos de formação e configuração, ou até iniciar uma avaliação mais profunda sobre o tema é de essencial providência para acompanharmos toda a dinâmica envolvida e, sobretudo, detectar as ações sociais e qual sua participação ao longo de todo histórico de implicação científica na abordagem das ciências que subsidiam essa análise.

Planejar a cidade resultará em mais qualidade de vida e permitirá à gestão municipal antecipar como medidas de intervenção, bem como traçar políticas públicas que previnam esses problemas e realçar os pontos fortes do município. Para isso, é primordial que o planejamento integre todas as áreas da administração municipal e seja fundamentado em indicadores, dados e estudos sobre o conjunto do território (áreas urbana, de transição e rural), de modo que as questões socioeconômica, política, ambiental e cultural sejam transversais para as políticas de curto, médio e longo prazos do município.

Malgrado a relação conflituosa da feira com o espaço urbano, esse, ao buscar enquadrar aquela em consonância com a norma urbana, encontra o embate de interesses, por vezes, entre os comerciantes fixos ou, ainda, pela ocupação do espaço público, pois essa configuração de comércio terciário promove grande fluxo por várias ruas em áreas centrais, fazendo com que o espaço da feira seja questionado. Essa situação levou algumas cidades nordestinas à instalação de centros de comércio popular voltados exclusivamente para esse fim.

No processo de gestão pública da feira livre, a gestão ambiental sustentável torna-se fundamental na condução de um novo pensamento que precisa ser acompanhado por mudanças de percepções e novas práticas: da expansão para a conservação, da quantidade para a qualidade, da dominação para a parceria, da gestão reativa para a proativa. Dentro desse contexto, faz-se necessário a adoção de política de gestão pública sustentável, na qual sejam incorporados os aspectos sociais, ambientais e econômicos nas atividades e rotinas da Administração Pública por meio do desenvolvimento do Plano de Gestão Sustentável. Nesse sentido, espera-se que o poder público torne-se o principal indutor de transformações para o estabelecimento de um novo modelo de sustentabilidade.

A gestão sustentável parte da premissa de que a Administração Pública deve priorizar a transparência, a honestidade e a competência para buscar bons resultados operacionais com foco na sustentabilidade. Assim, apresenta consonância com os Objetivos Globais do Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Agenda 2030, desenvolvida em 2015 por 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), visa impulsionar universalmente o desenvolvimento econômico, o compromisso social e a conservação

ambiental e que correspondem no âmbito municipal indicadores que fundamentam o diagnóstico e planejamento das gestões municipais.

A busca pelo desenvolvimento sustentável efetivo e viável demanda que sejam implementadas gestões bem planejadas, com visão de futuro, capacidade de antecipação e de governança sobre as transformações econômicas, sociais e ambientais locais. Em virtude dessa complexidade, cresce a percepção de que as gestões precisam se modernizar. Nessa análise, o planejamento urbano fundamentado em estudos consistentes e na participação social é o caminho sólido para o desenvolvimento sustentável das cidades.

O objetivo primordial é que o município tenha instrumentos para buscar o desenvolvimento em harmonia com a preservação ambiental, de forma que os recursos naturais sejam utilizados de maneira racional e renovável e, ao mesmo tempo, promover os necessários avanços sociais. Dessa forma, implementar uma gestão responsável, participativa e eficiente que envolva as etapas de planejamento, execução e avaliação, ou seja, gestão eficiente é obter êxito na realização dos objetivos que contemplem os interesses comuns. Assim, o planejamento participativo estrutura a visão de desenvolvimento no curto, médio e longo prazos, a execução é a forma de atingi-lo, assim como a avaliação contínua permite aprimorar as ações.

No entanto, a implementação dos ODS é um desafio que busca uma parceria com a participação ativa de atores sociais, incluindo governos, sociedade civil e setor privado. Apesar da natureza global e de serem universalmente aplicáveis, os ODS dialogam com as políticas e ações nos campos regional e local. Reafirmando seu comprometimento com a responsabilidade socioambiental e a gestão transparente.

Os gestores públicos têm, ainda, a responsabilidade de criar mecanismos de participação e transparência que, de um lado, incluam a população nas estruturas de tomada de decisão sobre o aporte dos recursos financeiros e, de outro, permitam o acompanhamento da gestão orçamentária, tanto em relação à origem do recurso quanto às diretrizes para o empenho do mesmo. Uma economia local dinâmica e sustentável permite o aproveitamento eficiente e inteligente das vocações regionais e das características do território, e incorpora inovações e incentiva tendências que entendemos por Economia Local, Criativa e Sustentável buscam mitigar o impacto ambiental e a utilização de recursos naturais não renováveis. O relatório mundial sobre o setor público da ONU (2015), mostra que houve evolução da visão convencional de “Administração Pública”, antes tradicionalmente centralizada, para uma visão mais democrática, com participação direta dos atores interessados, no sentido de governança.

### 3.3 POLÍTICA URBANA COMO INDUTOR NA GESTÃO DA FEIRA LIVRE

As feiras livres, comércio caracterizado pelas vendas de rua, são um complexo de relações econômicas e sociais que ocorrem dentro de um determinado espaço público, acoplado à lógica do espaço urbano. Apresentam relevância irrefutável, principalmente no Nordeste brasileiro, como condição de sobrevivência para grande parcela dos trabalhadores autônomos que labutam todos os dias para sobreviver do comércio na feira.

Isso evidencia a feira como dimensão do espaço vivido por trabalhadores ocupados na atividade de comercializar alimentos e os objetos de modo autônomo, cansativo rito de desmontar a estrutura das barracas, dobrar a lona, recolher, conferir e reembalar os produtos, pondo-os, novamente, a caminho para outra cidade, outro público.

Uma feira constitui-se no município um espaço que se caracteriza através de uma função social, na qual muda a organização da cidade, e que representa uma das mais antigas e resistentes modalidades do comércio varejista, cabendo ao poder público adotar mecanismos de gestão desses locais, uma vez que, segundo Santos (2013), o crescimento desse tipo de comércio envolve gerenciamento, disciplina, fiscalização e cobrança de taxas, sob a responsabilidade da gestão pública municipal. Isso implica em afirmar que a existência da feira livre na cidade, sobretudo por ser realizada em via pública, “tende a reforçar a luta pelo direito à cidade ou de, pelo menos, pequenas frações desse espaço” (SANTOS, 2013, p. 47).

Visto como local de concentração econômica e populacional em diversos municípios brasileiros, as feiras livres geridas pelas prefeituras, caso que também se expressa na feira livre de Capim Grosso, chamam às autoridades a se empenharem em promover políticas públicas de planejamento e gerenciamento desse fenômeno.

Ao considerarmos os aspectos que envolvem as feiras livres, constatamos que as mesmas são espaços utilizados direta e indiretamente pelos feirantes, gestores públicos e a população que a visita, havendo apropriações do espaço de diferentes maneiras por cada um dos agentes. Para os feirantes, é um território comercial; para os gestores, forma de turismo e de movimentar a economia da cidade, para os visitantes são territórios de lazer, entretenimento e cultura.

Em todo país, existe abundante legislação que regulamenta o funcionamento das feiras livres. Geralmente, essas leis estão no âmbito do poder municipal e regularizam sobre implantação, licenciamento, grupos de comércio, critérios de aceitação de feirantes, localização, dias e horários de funcionamento, cobranças e/ou isenção de taxas, práticas

comerciais, exigências sanitárias. Segundo Capistrano *et al* (2004), apesar da existência de leis e decretos, a maioria das normas exigidas não estão sendo obedecidas, uma vez que os órgãos fiscalizadores não priorizam as feiras.

A feira é uma questão socioeconômica relevante e atende a diferentes grupos sociais. Nessa lógica do capital, diversos municípios brasileiros ainda apresentam em suas feiras, ausência de planejamento, precarização dos espaços públicos, infraestrutura inadequada, falta de acesso a novas tecnologias de comercialização, políticas de créditos específicas para os feirantes, reconhecimento e valorização desses locais como patrimônios imateriais. Esses elementos passam a ser desafiadores para o poder público no processo de tornar as feiras livres, em espaços economicamente atraentes, sustentáveis e capazes de competir com a expansão do circuito superior.

Entendido sob diferentes olhares, as feiras livres são tratadas ora como locais agradáveis, ora como espaços desinteressantes aos indivíduos. Esse conjunto de adjetivações nos faz refletir sobre os principais aspectos que condicionam as pessoas a pensarem acerca das feiras livres, em especial, as nordestinas.

Se, por um lado, as feiras estão associadas tanto a sua estrutura econômica, quanto ao seu modo de atuação e organização nos espaços urbanos, que seguem indiferente ao processo de modernização e de globalização como foco de resistência de tradições locais e das manifestações populares, prodigioso encontro do caos com a criatividade. Por outro, à primeira vista, é um lugar de aparente desarrumação, estigmatizada como um comércio anti-higiênico<sup>27</sup>, ultrapassado e incompatível com as novas exigências do consumo moderno.

A reinvenção da feira a partir da incorporação de práticas higiênicas, da capacitação gerencial e da união entre os feirantes, certamente irá atrair novos clientes, especialmente aqueles de melhor poder aquisitivo. No entanto, a feira necessita proteger os seus aspectos folclóricos e culturais, principal fator de diferenciação, pois existe uma clientela fiel, que a frequenta sem incomodar-se com seus mais graves problemas, em busca de produtos mais naturais e artesanais, pelos preços populares, pelo burburinho dos transeuntes e comerciantes, pela variedade de produtos, pela possibilidade da pechincha, pelos encontros.

O conforto, a segurança e o direito do consumidor também são, muitas vezes, negligenciados. Este é o caso, por exemplo, da pesagem dos produtos, que normalmente é

---

<sup>27</sup> Convém ressaltar que os problemas higiênicos que tanto afetam as feiras livres não são exclusividade do Nordeste.

realizada em balanças antigas, sem aferição dos órgãos responsáveis, fato que pode repercutir em prejuízo para o comprador. Diante de tal cenário, a feira tem operado à revelia dos órgãos fiscalizadores, facilitando o desrespeito à legislação vigente. Por sua vez, geralmente não é contemplada nas políticas públicas e quase inexistem programas de apoio e incentivo. Ribeiro *et al* (2005), comentam que embora as feiras sejam importantes para a agricultura familiar, consumidores, para o comércio e a cultura local, raramente merecem atenção por parte dos agentes políticos de desenvolvimento.

A falta de incentivo repercute na dinâmica dos empreendimentos, com os feirantes trabalhando sem capacitação técnica e gerencial. Para Jesus e Dolzani (2008), a falta de incentivo público, gerenciamento e fiscalização inexistente ou precária em contraposição às modernizações sucessivas dos supermercados, tem contribuído para uma efetiva diminuição desse comércio em número de feira e quantidade de feirantes.

Para Lima (2006), gestão é a capacidade de fazer o que precisa ser feito. Gerir os espaços públicos, sobretudo os espaços de apropriação coletiva, como é o caso das feiras livres, obedece aos ditames do período meio técnico-científico-informacional, cuja reafirmação do Estado enquanto “promotor do bem comum” e do mercado econômico coloca em evidência as questões que envolvem o território urbano, pondo em relevo os grupos socioespaciais mais excluídos da economia urbana.

De acordo Dantas (2007), o Estado visando estender a todos os espaços, controle e fiscalização, ao adotar sua racionalidade, a do idêntico e repetitivo. Com isto, ele não vai tentar resolver os problemas existentes, mas estabelecer e consolida circulação através da lógica formalista e funcionalista de intervenção no espaço.

O comércio ambulante, representado pelas feiras livres, se dá pelo uso pautado na apropriação privada do espaço público com fins à comercialização, dado que vai gerar uma série de conflitos inter e intra usos que levam o Estado a intervir, visando impor sua racionalidade através da normatização do uso do espaço público, com a implementação de políticas de urbanização, que contemplem, direta ou indiretamente, a tentativa de regulamentação e fixação da atividade na área central. Assim, a partir da lógica do centro enquanto *locus* do consumo e no intuito de implementar intervenção no sentido de modificar a destinação social da feira livre do município presente na área central, o Estado poderá dá margem a conflitos que resultarão do tipo de ocupação desse espaço na cidade.

Segundo Santos (2004), a intervenção do Estado na economia pode ser feita através das políticas públicas de investimento. Nessa perspectiva, é importante clarificar a relação com feira livre, apontada como parte do setor informal pelos gestores municipais, e entendida, neste trabalho, como parte do circuito inferior da economia urbana. É notório, para o autor, que há o interesse do Estado, levando em conta a economia urbana como uma totalidade sem estruturas, a formalização do mercado. Essa forma de controle e uso do espaço caracteriza-se pela projeção das relações de poder, uma vez que a apropriação carrega um sentido, no qual está inscrito a intencionalidade política de sua ação.

É inegável que a atividade com a feira livre carregue em sua realização estratégias de controle do território. Os feirantes, visto enquanto sujeitos que (re)produzem o espaço urbano, disputam territórios com o poder público municipal, na busca de sua (re)afirmação no contexto de produção do espaço da cidade. Assim sendo, é necessário entender o que se passa nas relações que só a utilização dos elementos do conceito de território podem dar: as relações de poder que existem no espaço urbano, que envolvem grupos sócioespaciais diversos.

A feira livre por ocupar uma área de encontro, apropria-se do espaço público para a troca. Nesse processo, ao ocupar os logradouros públicos do centro de Capim Grosso, visando sua reprodução enquanto atividade terciária e dos que nela se inserem, transforma-se em apropriação privada do espaço público. Nesse processo, o Estado vai adquirir um papel importantíssimo, pois, conforme sua razão ordenadora, ele interfere, através do planejamento urbano, na produção do espaço de circulação. Tal intervenção visa a criação de condições propícias para a sua reprodução, produzindo seu próprio espaço, através de integração e/ou devastação de espaços antigos. Entretanto, ao falar-se da utilização do espaço enquanto instrumento privilegiado na intervenção do Estado, não se deve esquecer a proposição defendida por Lefebvre (1985), ao considerar que a produção do espaço, não contempla como passivo inerte, por ser o espaço produzido, mas, como instrumento e não continente que contém indiferente ao conteúdo.

Frente ao exposto, é imprescindível a implantação de políticas públicas voltadas para os espaços em que acontecem as feiras livres, as quais podem levar a uma valorização econômica, social e cultural dessas áreas urbanas. Pode ser citados como exemplo de instrumento de execução da política urbana o plano diretor municipal, que deve ser elaborado com a participação efetiva da sociedade, considerando as especificidades em cada contexto, para a partir daí promover uma gestão pública mais eficiente e democrática da cidade.

Dessa forma, o poder local assumiu as principais responsabilidades pela promoção do bem-estar social através de políticas públicas. Aos municípios cabe também a responsabilidade de promover políticas participativas que envolvam a sociedade na tomada de decisão. Uma característica importante das posturas municipais é o seu caráter normativo, descritivo e ao mesmo tempo sujeito a interpretações variadas. A aplicação da lei vai depender não só do que é determinado em termos do permitido e proibido, mas em grande medida da interpretação subjetiva da fiscalização.

Portanto, o poder público deve combinar o uso dos instrumentos urbanísticos com instrumentos tributários e administrativos para que os gastos públicos sirvam ao desenvolvimento da cidade e privilegiem as áreas geralmente desconsideradas no processo de urbanização e ocupação do território. Sendo assim, deve distribuir de maneira mais isonômica os investimentos públicos em prol do bem comum.

### 3.3.1 ESTATUTO DA CIDADE: PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA URBANA

A Constituição Brasileira de 1988 conforme Casemiro (2008) diz em seu artigo 182 que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes.

A regulamentação da política urbana, prevista na carta magna brasileira, ocorreu em 2001, mediante a aprovação da Lei nº 10.257/2001<sup>28</sup>, denominada de Estatuto da Cidade, e regulamentou uma série de instrumentos urbanísticos, além de operacionalizar a aplicação do referido artigo como frente mais importante para a luta e pela reforma urbana e credibilidade de eventuais planos diretores. Para Zanon (2019), a CF estabeleceu um novo marco referencial, início de uma visão do planejamento, que traz, o plano diretor como instrumento fundamental da política urbana.

A implantação do planejamento e gestão urbana no Brasil pode ser dividida em três fases, conforme Ultramari e Rezende (2006): a primeira, na década de 1970, marcada pelo

---

<sup>28</sup> O Estatuto das Cidades, Lei 10.257/2001, no cap. I art. 2º, cita: a política urbana tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes [...]. No inciso XII, estabelece como uma das diretrizes das políticas de desenvolvimento urbano a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico (BRASIL, 2001).



compromisso com o fornecimento de infraestruturas e serviços urbanos; a segunda, na década de 1980, além da infraestrutura e serviços, preocupação com o social e a disputa pelo solo urbano, fazendo do gestor um agente de desenvolvimento; e, a terceira, durante a década de 1990, marcada pelo surgimento da preocupação ambiental, buscando o equilíbrio entre as necessidades dos munícipes com a proteção do meio ambiente. Esse documento, segundo Azevedo (2017), possibilitou as condições para que os municípios tivessem um norteador para o planejamento local e um importante condutor da política urbana, das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

Para Silva (2018), essa política pública estabeleceu um conjunto de instrumentos a ser utilizado na ordenação dos espaços. Conforme Azevedo (2017), há o estabelecimento de um conjunto de instrumentos para a condução da política urbana, voltados para garantir cidades justas, em que todos, pobres e ricos, desfrutem dos benefícios da urbanização.

Conforme Peters (2010), a administração pública compreende tanto aos que trabalham para o governo quanto as suas atividades. É essencial para a governança efetiva e para o fornecimento dos serviços públicos e a expertise da burocracia pode ser crucial para a qualidade das políticas públicas. Sendo assim, a gestão pública está embebida pela sociedade que a circula, sendo uma explicitação do interesse coletivo e sua legitimidade em grande medida decorre da habilidade em perseguir esse interesse. Daí a ligação entre sociedade, gestão e de forma mais genérica, com o Estado.

Para a elaboração de um planejamento urbano moderno, a gestão das cidades precisa adotar uma abordagem sistêmica pautada na sustentabilidade, que seja capaz de captar as relações entre os diferentes campos que interagem no município: econômico, cultural, social, ecológico, tecnológico, tributário, demográfico, etc. O plano deverá envolver os diversos órgãos municipais relacionados a esses temas e realizar uma análise integrada das informações. Dessa forma, o planejamento estratégico baseado na perspectiva sistêmica e participativa deve considerar, assim, a execução dos projetos sob uma visão de curto, médio e longo prazos, a fim de assegurar a continuidade dos programas, especialmente das obras de infraestrutura, normalmente mais demoradas.

Dentre os instrumentos normativos, destaca na esfera municipal a elaboração e implantação do plano diretor, que deve estabelecer comitadamente com o plano plurianual<sup>29</sup>, metas a ser monitoradas publicamente ao longo do tempo.

### 3.3.2 O PLANO DIRETOR MUNICIPAL E A FEIRA LIVRE

Conforme dispõe o Estatuto da Cidade, o plano diretor deve abranger todo o território do município, estabelecer limites às atividades desempenhadas pelo particular e pelo poder público, buscar a eficácia da gestão pública municipal nas esferas ambiental, social, de infraestrutura, econômica e cultural. Segundo essa política pública, “o plano diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano” (BRASIL, 2001, p. 40).

Conforme Villaça (2005, p. 2), o plano diretor:

Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal, [...] acrescenta que o planejamento urbano é basicamente a ação do Estado sobre a organização do espaço intra-urbano.

O parágrafo primeiro destaca que esse plano, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para as cidades com mais de 20.000 (vinte mil habitantes), é o instrumento básico da política de urbana, é um norteador para o desenvolvimento e expansão urbana, em um processo de planejamento participativo.

Seu principal objetivo é oferecer condições para legislar sobre assuntos de interesse local, ao possibilitar uma compreensão dos fatores políticos, econômicos e territoriais, bem como, sobre a necessidade de ser realizado o planejamento territorial para o desenvolvimento municipal e garantir a função social e o bem estar dos cidadãos (BRASIL, 2001).

---

<sup>29</sup> Determinado pela Constituição Federal, o Plano Plurianual especifica os gastos anuais da administração municipal que serão destinados a obras e projetos estabelecidos no plano de ação governamental ou no Plano Diretor. O Plano Plurianual deve ser elaborado no primeiro ano da gestão eleita, abrangendo o período de quatro anos da gestão municipal, com vigência a partir do segundo ano da administração, até o primeiro ano da gestão posterior.

Em seu artigo primeiro afirma que as políticas, diretrizes, normas, planos, programas, orçamentos anuais e plurianuais deverão atender ao estabelecido nessa Lei, e nas Leis que integram o Plano Diretor Municipal. Para tanto, se utiliza de instrumentos, como a Lei do Perímetro Urbano; Lei do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano; Lei do Parcelamento do Solo Urbano; Código de Obras e Edificações. Esses marcos regulatórios são elementos importantes na condução da política urbana que contemple todas as áreas das cidades.

O plano diretor passa a integrar fatores políticos, econômicos, financeiros, sociais e territoriais, sendo um espaço de debate sobre as estratégias de intervenção na cidade, no qual a participação direta dos cidadãos passou a ser obrigatória, devendo ser estimulada pelo poder público. Esse marco regulatório funciona como base para organização e articulação dos demais instrumentos de política urbana disponibilizados no Estatuto da Cidade. A implementação deve estar associada à elaboração dos demais instrumentos municipais, como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual (BETTES, 2009).

A integração do plano diretor a outros instrumentos possibilita maior estruturação e controle sobre as ações e programas adotados, a fim de obter pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Nesse interim, é imprescindível constar diretrizes de política urbana nos planos diretores municipais, no que tange aos espaços das cidades em que acontecem as feiras livres, por se tratar, muitas vezes, de áreas importantes para a economia local.

No entanto, a força conferida ao plano diretor sobre a função social da propriedade, se dá através das penalidades e que constituem os grandes avanços do Estatuto da Cidade. Essa política pública, mesmo depois de muitos anos de lutas, de sua aprovação, continua “letra morta” no tocante à implementação do art. 182 na cidade de Capim Grosso.

Destaca-se que, o planejamento tornou-se o instrumento técnico e centralizado de intervenção estatal por ordenar o território segundo a política e a estratégia estabelecida. Por sua vez, a gestão das relações de poder necessárias para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações.

Para Villaça (2005), são quatro as ilusões que estruturam seu argumento: a do plano de obras, a do zoneamento, a da participação popular e a do plano diretor. Para o autor, a última e grande ilusão é o próprio plano. A ilusão, síntese de todas as outras. Uma das mais gritantes e tristes evidências da ilusão representada, não só pelos dispositivos referentes a investimentos

(obras) contidas nos planos diretores e regionais, mas por esses próprios documentos, é a maneira como eles foram totalmente ignorados. Em essência, a ilusão desses planos decorre do abismo que separa o seu discurso da prática da administração municipal e da desigualdade que caracteriza nossa realidade política e econômica.

O que chama a atenção nos planos diretores em geral, segundo Villaça (2005), é o fato dele conseguir, com incrível facilidade, a adesão de significativas lideranças sociais e que, à primeira vista, não teriam interesse nessa adesão. Ele esconde interesses, sim, mas isso não é nada claro. Cria-se em torno dele uma verdade socialmente aceita, que junto com muitas outras constitui a ideologia dominante com a qual, segundo o autor, a sociedade toda está cegamente encharcada sem ter consciência disso, uma vez que o plano diretor está diretamente relacionado com o poder político.

As propostas do plano diretor são de duas categorias: aquelas que cabem à Prefeitura executar, em sua maioria obras e serviços, mas também medidas administrativas, e aquelas que cabem ao setor privado obedecer, o controle do uso e ocupação do solo, principalmente o zoneamento. Segundo Villaça (2005), as primeiras não tem qualquer validade ou efeito. São mero cardápio. Não são – nem podem ser – impositivas a qualquer prefeito. As segundas, ao contrário, são compulsórias, são lei, e como tal tem que ser cumpridas por todos. Só que elas dizem respeito aos problemas e interesses de uma pequena minoria da população e a uma minúscula parcela da cidade. Segundo o autor, na construção do plano diretor nem sempre leva em consideração o interesse da maioria da população, muito menos nada que oriente o futuro ou o destino da maior parte da cidade, pois o processo não reconhece o planejamento a ser mais importante que o plano.

Diante disso, cabe-nos entender o conjunto de medidas proposto pelo plano diretor que busca reverter a tendência à concentração dos benefícios do desenvolvimento nas mãos de poucos (equivalência entre poder econômico e poder político), por meio da adoção de políticas públicas que tenham por objetivo a inclusão social daqueles deixados à margem no processo recente. Todavia, nunca, na esfera do planejamento urbano brasileiro, o devaneio ousou se afastar tanto da realidade.

No entanto, não se pretende atacar o planejamento em tese e muito menos o planejamento urbano. O que se pretende é apontar as ilusões do plano diretor. As críticas feitas ao planejamento urbano não cabem a esse tipo de planejamento governamental, dada a enorme diferença entre ambos.

O planejamento urbano no Brasil, segundo Villaça (2005), representado pelo plano diretor, está a exigir uma revisão radical, ou seja, pela raiz. Todos os seus pressupostos precisam ser questionados, sem exceção. A partir desse questionamento, é fundamental que o conteúdo do plano diretor e seus métodos sejam redefinidos de baixo para cima, a maioria deve recusar o plano pautado pela minoria.

Planejar significa a formulação sistemática de objetivos e ações alternativas que implicarão em decisões futuras. Sendo assim, se faz necessário a adoção do planejamento estratégico das ações a serem executadas a partir da realidade vivenciada e de exequibilidade. De acordo Villaça (2005), a análise dos debates e audiências públicas fundamenta-se neste desnível e no poder político que brota desse setor da cidade para a tomada de decisões públicas, considerando o interesse da maioria. O destino do planejamento urbano, conforme o autor, está ligado aos avanços da consciência de classe, da organização do poder político das classes populares. Portanto, deve-se recusar participar do debate de um plano pautado pela minoria. O debate deve vir de baixo para cima e não ser um evento ao qual a maioria comparece convidada pela minoria. Os problemas e suas prioridades devem ser definidos pela maioria e essa, deve recusar qualquer constrangimento por não entender de planejamento urbano.

Nenhum dos aspectos positivos isenta o plano diretor de seu caráter alienado e alienante, perverso e eminentemente antissocial. Não isenta o plano de sua função de atuar no sentido de ocultar as reais causas dos problemas urbanos de grande parte da população e assim atuar no sentido de ajudar a anestesiá-los tanto as mentes da maioria popular, como as das elites.

Frente ao exposto, na esfera municipal, ao debruçar-se na legislação pertinente, percebeu-se que o plano diretor, instituído pela Lei nº 380, em 13 de dezembro de 2017, em seu art. 5º das disposições preliminares, diz que “o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município de Capim Grosso, sob o aspecto físico, social, econômico e administrativo, visando a orientação da atuação do poder público e da iniciativa privada (CAPIM GROSSO, 2017d, p. 2.), bem como, o atendimento às aspirações da comunidade, por ser a principal referência normalizadora das ações do governo em busca do crescimento e progresso do município e as relações entre o cidadão, as instituições e o meio físico.

No plano diretor de Capim Grosso são apresentados os principais objetivos classificados em: gerais, urbanísticos e institucionais (Quadro 2).

<b>Quadro 2 - Objetivos do Plano Diretor Municipal, Capim Grosso, 2017</b>		
<b>OBJETIVOS GERAIS</b>	<b>OBJETIVOS URBANÍSTICOS</b>	<b>OBJETIVOS INSTITUCIONAIS</b>
Garantir o bem-estar do cidadão e a melhoria da qualidade de vida.	Reorganizar a estrutura urbana, adequando-a segundo seu crescimento e justa distribuição dos equipamentos e serviços públicos.	Estreitar as relações com a sociedade civil organizada e com as representações dos setores produtivos, para melhor aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento de interesse da comunidade.
Promover o desenvolvimento das funções sociais da cidade segundo princípios de eficácia, equidade e eficiência nas ações públicas e privadas no meio urbano.	Utilizar instrumentos redistributivos de renda e da terra, e controle público sobre o uso e ocupação do espaço da cidade, para uma urbanização socialmente justa e sustentável.	Orientar o Poder Público na gestão do território, considerando a inter-relação entre fatores naturais e antrópicos, pela definição de macrozoneamento e pela indicação de alternativas de descentralização de equipamentos e serviços para atender de modo equilibrado as demandas sociais.
Garantir um desenvolvimento sustentável, considerando as condições ambientais concretas e utilizando adequadamente as potencialidades do meio natural e cultural da região e do Município.	Garantir a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico.	Manter e aperfeiçoar a unidade territorial do Município, ampliando os meios para o aproveitamento racional da infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, para facilitar a diversificação e melhorar a competitividade das atividades produtivas, urbanas e rurais.
Assegurar que a ação pública do Poder Executivo e do Poder Legislativo ocorra de forma planejada e participativa.	Desenvolver projetos que contribuam diretamente para a melhoria da qualidade ambiental e urbanística na sede do Município.	Definir diretrizes e ações para aquelas áreas do Município que estão sob interferência direta do processo de urbanização.

**Fonte:** Capim Grosso, 2017d

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

A partir da análise do quadro 2, infere-se que tais objetivos são passíveis de exequibilidade, porém, muitos desses não foram observados no campo pesquisado e nem se referem especificamente à área da feira livre do município. Evidencia-se, assim, que a feira não tem notoriedade em nenhum dos artigos nesse marco regulatório, o que expõe-se a invisibilidade da feira na organização espacial da cidade, abordada como mais uma área de ocupação urbana.

Sabe-se que para eficácia desse planejamento o plano diretor deve retratar os anseios e necessidades da população local por meio da participação e do diálogo com as diversas esferas

de governo e iniciativa privada, possibilitando a criação, construção e manutenção de uma gestão pública decorrente dessa interação com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento e planejamento municipal. A rápida urbanização que acompanhamos nos municípios, junto com a idealização da civilização como promessa de vida na cidade, em contraposição à vida no campo “esquecida” e “atrasada”, associados à desigualdade e exclusão sociais, promovem investimentos, mas também discriminações sociais e tensões (ALENCAR, 2010, p. 63).

Por conseguinte, os pequenos municípios no Brasil apresentam perfil rural e o Estatuto da Cidade, de acordo com a diretriz prevista no inciso VII do artigo 2º, alerta que se deve promover a “integração e a complementaridade entre atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do município e do território sob sua área de influência” (BRASIL, 2001, s/p), ou seja, o plano diretor não pode se ater apenas ao desenvolvimento urbano, mas observar a dinâmica social e econômica municipal.

Nesse sentido, o gestor público e a população conhecem as singularidades do seu município e sabem como agir de acordo com as necessidades locais, carecendo, por sua vez, da parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro.

O plano diretor local pontua a funcionalidade social da cidade que será garantida pela integração de ações públicas e privadas; gestão democrática participativa e descentralizada; promoção da qualidade de vida e do ambiente; observância das diretrizes de desenvolvimento, e sua articulação com seu contexto regional; cooperação, diversificação e atratividade, visando o enriquecimento cultural da cidade; utilização de instrumentos redistributivos da renda e da terra e controle público sobre o uso e a ocupação do espaço da cidade. Todavia, diante dos achados e análises, não é perceptível essa garantia social no espaço da feira livre.

No entanto, o plano diretor de Capim Grosso possui cinco eixos estratégicos, além de objetivos que norteiam suas ações, dentre eles o de proteção ao patrimônio histórico e cultural em busca do bem-estar da população e do município, bem como da função social da cidade, que é o direito que todos os cidadãos possuem de usufruírem dos espaços, bens e equipamentos públicos existentes no município, em que para o plano diretor municipal cumprir com as funções sociais é necessário garantir a preservação, proteção e recuperação do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico (CAPIM GROSSO, 2017d).

Na prática, o plano diretor como instrumento urbano é construído de maneira alheia à realidade local, atravancando um desenvolvimento socioambiental sustentável em identidade

local, o que se revela incoerente, visto ser o plano diretor uma proposta de caráter participativo, possibilitando que todos os sujeitos sociais sejam observados e apreciados, assegurando a função social e o bem-estar dos cidadãos. Esse marco regulatório de desenvolvimento é o instrumento de operacionalização do Estatuto na esfera local e possui todos os elementos e instrumentos formais necessários para o efetivo diálogo com a população para oferecer o real desenvolvimento municipal respeitando as peculiaridades locais. Entretanto, para Villaça (2005) essa é uma das ilusões do plano diretor.

O desenvolvimento de sociedades sustentáveis exige o estabelecimento de novos parâmetros para o crescimento econômico. E, diferentemente do passado, não é mais possível obtê-lo a qualquer custo. Desse modo, compreende-se que a eficiência e a produtividade devem estar diretamente vinculadas às metas de desempenho de uma economia com responsabilidade socioambiental em todos os elos e dimensões de sua cadeia produtiva. O fortalecimento do mundo do trabalho é fundamental para a construção de uma sociedade justa e equitativa.

A valorização dos trabalhadores deve estar associado, ao desenvolvimento econômico para outro fator que merece destaque, refere-se a baixa inserção no mercado formal de trabalho, a fragilidade de leis trabalhistas, a vulnerabilidade social de determinados grupos, entre outras especificidades, exigem que os gestores atentem de forma especial para segmentos da sociedade como as mulheres e pessoas com deficiência.

Entretanto, faz-se necessário a participação democrática da sociedade, através de audiências públicas, plebiscitos e referendos, com a participação dos diferentes grupos sociais, econômicos, políticos, religiosos que participam do dia a dia da cidade. No caso da feira livre, é importante a participação dos feirantes e consumidores nos processos decisórios das medidas e busca de resoluções dos problemas. Para Arruda (2013, p. 127):

Sabe-se que chegar a um denominador comum acerca de padrão de planejamento é algo utópico e inviável frente à tantas especificidades, variáveis sociais e sobretudo, a valoração do espaço no ponto de vista dos gestores, contudo organizar o pensamento e os métodos que trabalham o planejamento do território é muito oportuno, pois ajudará em análises futuras sobre conceitos de organização e formação do espaço geográfico.

Nessa abordagem, parte do entendimento de que o Estado promova espaços de construção e de condições para a participação coletiva e autônoma, permitindo uma relação que entenda a liberdade de negociação entre os vários atores sociais à medida que gera a sensação de interdependência que envolva Estado e sociedade.



O Estado é compreendido nesta pesquisa como a forma como a sociedade se organiza politicamente, ou seja, o ordenamento jurídico que regula a convivência dos habitantes do país, o governo municipal como uma das instituições políticas e administrativas que colocam em prática as leis e suas ações alcancem todos os envolvidos no processo político, tendo a participação popular como concretização da cidadania democrática e ativa. Nesse aspecto, expõe-se a invisibilidade da feira livre no Plano Diretor de Capim Grosso.

Ao articular a ocupação dos espaços da cidade, muitos dos planos diretores ocultam regulamentações sobre a feira livre. Assim sendo, cabe ao poder público organizar esses espaços dinâmicos que são alterados ao longo tempo e refletem as relações tanto de dominação quanto de resistências, contradições e conflitos de uma sociedade capitalista.

A partir das discussões e análise da legislação sobre o plano diretor municipal e averiguação da realidade local através do estudo de campo, verificou-se que essa lei é de extrema importância para promover o desenvolvimento das cidades, tornando-as mais inclusivas, seguras, resiliente, atrativas e economicamente sustentáveis, para tanto, faz-se necessário, um planejamento territorial eficaz e participativo.

### 3.4 CONDUÇÃO DA POLÍTICA URBANA NA FEIRA LIVRE DE CAPIM GROSSO

Conforme já discutido, a Lei nº 380/17, sobre plano diretor municipal, documento que trata sobre organização da cidade, não preconiza marcos regulatórios referente a feira livre na área urbana, o que evidencia a omissão do poder público local em regulamentar e gerenciar os investimentos para esse espaço da cidade.

No entanto, ao investigar os códigos sanitário e de postura (CAPIM GROSSO, 2017c, e), encontrou-se alguns artigos que tratam sobre a atividade das feiras livres, porém essas legislações objetivam impor uma ordem a esses espaços, sem considerar aspectos identitários socioculturais e suas características peculiares. A pretensão de promover tais ações soa bem diferente de promover a harmonização e diversidade dos usos do espaço público.

O Código de Postura contém determinações de disciplinamento dos comportamentos, condutas e procedimentos dos cidadãos no município (CAPIM GROSSO, 2017e). Dentre elas, no tocante a área especialmente da feira livre, serão planejadas e, para a sua oficialização, a Prefeitura Municipal organizará planta cadastral e estabelecerá a sua localização, número

máximo de feirantes e de barracas de cada especialidade. Todavia, a planta cadastral não foi encontrada nos arquivos da prefeitura.

As instalações estruturais da feira devem possibilitar uma melhor organização do espaço, proporcionando modificações que favorecerão alterações na dinâmica urbana, no intuito de melhorar a circulação de veículos e pessoas. Partindo dessa premissa, o Código de Postura estabelece as relações entre o Poder Público e as pessoas físicas e jurídicas no município, contendo as medidas de polícia administrativa local em matéria de higiene, segurança, ordem pública, funcionamento de estabelecimentos e exercício de atividades. Compete à Administração municipal, através de seus agentes, zelar pela aplicabilidade desse Código.

A intervenção da Prefeitura deverá redefinir o uso do espaço público da feira livre, a partir da regulamentação das áreas de uso para o comércio ambulantes. De acordo o Código de Postura, as normas gerais para o exercício do comércio ambulante e instalações removíveis, considera-se:

I - comércio ambulante, a venda de produtos realizada diretamente ao consumidor, executada por pessoas físicas ou jurídicas, em equipamentos móveis; II - ambulante: a pessoa física, maior, regularmente autorizada pelas autoridades municipais, que exerce atividade comercial sem estabelecimento fixo; III - praças, vias e logradouros públicos: os bens públicos de uso comum, abertos à frequência coletiva, cuja manutenção e conservação pertencem ao poder público; IV - área de venda, ponto de localização ou área de atuação do ambulante, o local que o ambulante utiliza para o exercício da modalidade de comércio, previamente determinada pela autoridade municipal competente (CAPIM GROSSO, 2017e, p. 4).

Conforme a lei, os feirantes, pessoas físicas ou jurídicas, respondem civilmente pelos atos de seus empregados, auxiliares e prepostos quanto à observância das leis e regulamentos municipais, bem como da legislação trabalhista. Além das exigências previstas no Capítulo II, durante o horário das feiras os feirantes deverão obedecer às seguintes determinações: “Os comerciantes de produtos alimentícios, deverão usar avental e gorro ou toca; cumprir rigorosamente o horário de início e término das feiras; e manter, em local visível ao público, a licença de funcionamento” (CAPIM GROSSO, 2017e, p. 16).

São deveres dos ambulantes:

Renovar anualmente sua licença, por meio de requerimento dirigido à Prefeitura Municipal, efetuando o pagamento do preço público correspondente; Utilizar e conservar seus equipamentos e instalações rigorosamente dentro das especificações técnicas descritas neste Código ou determinadas pelos órgãos competentes; Respeitar o horário de trabalho estabelecido pela Prefeitura Municipal, conforme o tipo de

atividade; Acatar as ordens e instruções emanadas da autoridade competente; A fixar sobre as mercadorias, de modo bem visível, a indicação de seu preço, observado o tabelamento vigente quando for o caso (CAPIM GROSSO, 2017e, p. 9 e 10).

O comércio ambulante fixado, via de regra, é o resultado da inserção do comércio ambulante ao modelo de cidade baseado no formalismo e no funcionalismo. O desenvolvimento de sua atividade passa a ser admitido pelo Poder Público Municipal a não trazer, problemas ao livre fluxo de transeuntes que deslocam-se pelas ruas e praça do centro.

Demonstra-se, através dessa intervenção, a priorização do espaço de circulação, o qual leva à mudança de natureza do comércio ambulante, tanto no que se refere à situação da ilegalidade, quanto à forma de apropriação do solo urbano. Os contrastes entre os tipos de diversidade de uso do espaço público, bem com o movimento de vida, ao apreender o processo de constituição da cidade moderna, que aponta a sua transformação em “lócus” de consumo e de seu consumo enquanto imagem, portanto, gerador de fluxos e refluxos de pessoas na área central - fluxos e refluxos determinantes e determinados do comércio ambulante e de outros tipos de uso presentes nas áreas centrais.

Ao construir equipamentos públicos para que o feirante exerça sua atividade, denota-se a passagem de uma apropriação privada do espaço público, para uma apropriação privada, via pagamento de alvará, de espaço privado. No espaço urbano ocorrem as feiras livres, que são espaços públicos de mobilidades comerciais e sociais repletos de simbologia, formas de comércio cuja dinâmica revelam territórios que foram modificados.

As feiras livres, muitas delas instaladas nos centros urbanos, ocupa, um território com características locais, econômicas e culturais diferentes. Nesse espaço, a organização é típica do circuito inferior, ou seja, considerada primitiva, onde os produtos são expostos em suportes improvisados ou no calçamento das ruas, com preços negociáveis entre feirante-vendedor e feirante-consumidor. Para Lima (2006, p. 5), “esse espaço é produzido para atender as demandas, e entender o ciclo do capital, como se processa o circuito produção, distribuição, troca (circulação) e consumo permitindo refletir sobre a funcionalidade das feiras livres nos tempos históricos do modo de produção capitalista”.

O Código de Postura municipal afirma que as feiras livres podem ser instaladas em vias ou logradouros públicos, onde haja a venda de gêneros alimentícios, produtos hortifrutigranjeiros e outros produtos destinados ao abastecimento público, sendo obrigatória a colocação de recipientes de recolhimento de lixo de, no mínimo, 60 (sessenta) litros, colocados em local visível e acessível ao público, na quantidade mínima de um recipiente por banca

instalada (CAPIM GROSSO, 2017e). Todavia, no espaço específico da feira, não se observou o cumprimento dessa exigência na prática.

Segundo a lei, os feirantes, artesãos, agricultores ou expositores devem manter permanentemente limpo o espaço ocupado, acondicionando corretamente o resíduo gerado em sacos plásticos, dispendo-os em locais e horários determinados para recolhimento após o encerramento das atividades, além de realizar a limpeza da área ocupada, fato esse ocorrido com frequência no espaço da feira.

No intuito de compreender os processos que cotidianamente são conduzidos a organização da feira livre, é importante identificar as regras gerais de seu funcionamento. Nesse contexto, o Código de Postura enfatiza que as feiras livres localizadas em logradouros públicos são destinadas à venda a varejo de produtos hortifrutigranjeiros, floricultura e artigos manufaturados (CAPIM GROSSO, 2017e).

A Prefeitura Municipal poderá, a seu critério, criar novas feiras ou transferi-las de local. De acordo o Código de Postura, não será permitida a localização de feiras livres nas proximidades de hospitais, estabelecimentos escolares, templos religiosos, áreas de interesse turístico e na zona central do perímetro urbano da sede. Entretanto, a feira local acontece na área de maior circulação do fluxo urbano, o que torna um aspecto positivo para sua dinâmica.

No que se refere à autorização da feira no espaço público, o Código de Postura destaca:

Quanto ao local: a) Fixo ou Localizado: aquele no qual o ambulante recebe a permissão de uso de área definida e exerce sua atividade de forma contínua no logradouro, praça, via pública ou passeio; b) Itinerante: aquele não fixo, porém em áreas definidas, no qual o ambulante recebe a permissão de atuação nos locais de maior aglomeração temporária de pessoas, tais como reuniões e eventos esportivos, recreativos e outros; c) Móvel: quando o ambulante recebe licença para atuar em locais de aglomerações temporárias. Quanto à permanência: a) Esporádico ou Temporário: aquele no qual o ambulante exerce suas atividades por períodos definidos, tais como: época de safra de frutas, de festas nacionais ou regionais, entre outras; b) Por Tempo Determinado: aquele no qual o ambulante efetua por tempo determinado a atividade numa mesma área (CAPIM GROSSO, 2017e, p. 6).

No contexto local, na área de localização da feira será proibida a entrada e a permanência de veículos no período de seu funcionamento, para carga e descarga de mercadorias ou utensílios, ou por outro motivo qualquer, com exceção dos veículos refrigeradores, geradores de energia ou atendimento médico. No entanto, foi constatado no espaço durante a realização da feira, automóveis e motocicletas com mercadorias, o que aumenta os transtornos e dificuldades na mobilidade dos transeuntes na feira.

No que tange, os veículos utilizados pelos feirantes para carga e descarga, deverão estacionar em local pré-determinado pelo órgão competente, porém, na feira investigada, não há área reservada, específica para esses trabalhadores.

Para comercializar os produtos em barracas de metragem especial, os feirantes deverão solicitar sua autorização ao órgão competente da Prefeitura, que seguirá:

I - Hortifrúti - barraca de no máximo dezesseis (16) metros lineares, para a venda de frutas, verduras, legumes, raízes e tubérculos; II - Ovos, Aves Abatidas - barracas de no máximo seis (06) metros lineares, para a venda de ovos frescos inspecionados e aves abatidas resfriadas e inspecionadas; III - Pescados - barracas de no máximo seis (06) metros lineares, para a venda de pescados resfriados de toda espécie; IV- Produtos Lácteos e Frios em geral - barracas de no máximo dezoito (18) metros lineares, para a venda de queijos e frios em geral; V- Merceria - barraca de no máximo seis (06) metros lineares, para a venda de produtos da cesta básica, especiarias e condimentos, produtos de limpeza, peixes secos, frutas secas; VI - Doces e Salgados - barracas de no máximo seis (06) metros lineares, para a venda de bolachas e biscoitos doces e salgados, doces e conservas caseiras, balas; VII - Mel e Produtos Naturais - barraca de no máximo três (03) metros lineares, para a venda de mel de abelha, geleia, própolis inspecionados, ervas medicinais; VIII - Pastéis, Sucos e Refrigerantes - barraca de no máximo quatro (04) metros lineares, para a venda de pastéis, lanches, sucos e refrigerantes; IX - Flores e Folhagens, Artesanatos, Bijuterias e Brinquedos - barraca de no máximo quatro (04) metros lineares, para a venda de flores naturais, folhagens, mudas de pequeno porte, arranjos, tapetes, colares, anéis, pulseiras; X - Calçados - barraca de no máximo seis (06) metros lineares, para a venda de calçados em geral; XI - Roupas - barraca de no máximo oito (08) metros lineares, para a venda de roupas feitas em geral para cama, mesa e banho; XII - Utilidades Domésticas - barracas de no máximo oito (08) metros lineares, para a venda de recipientes em plástico, alumínio, ferro fundido, peças de fogão, pequenas ferragens, ferramentas e miudezas em geral. Parágrafo único - As metragens anteriormente concedidas permanecerão como estão (CAPIM GROSSO, 2017e, p. 17).

Quanto à exigência dos alimentos semiacabados ou acabados deverão ser manuseados com pegadores ou instrumentos apropriados, sem contato manual, o que na feira local, essa medida não é perceptível. No que se refere aos equipamentos deverão atender às exigências, em face da modalidade de comércio de frutas, hortaliças e ovos, ser confeccionados em material liso, resistente e impermeável, admitindo-se o uso de madeira impermeabilizada ou outro material equivalente.

Destaca-se que, para a implantação da feira livre a Prefeitura deverá providenciar a instalação de sanitários públicos no espaço. Porém, no caso específico, a quantidade dos sanitários existentes não atendem à demanda e grandiosidade da feira, sendo necessário a sua ampliação.

Outro marco regulatório municipal que traz elementos referente a feira livre é a Lei nº 381 (CAPIM GROSSO, 2017c), que instituiu o Código Sanitário, e tem como funções:

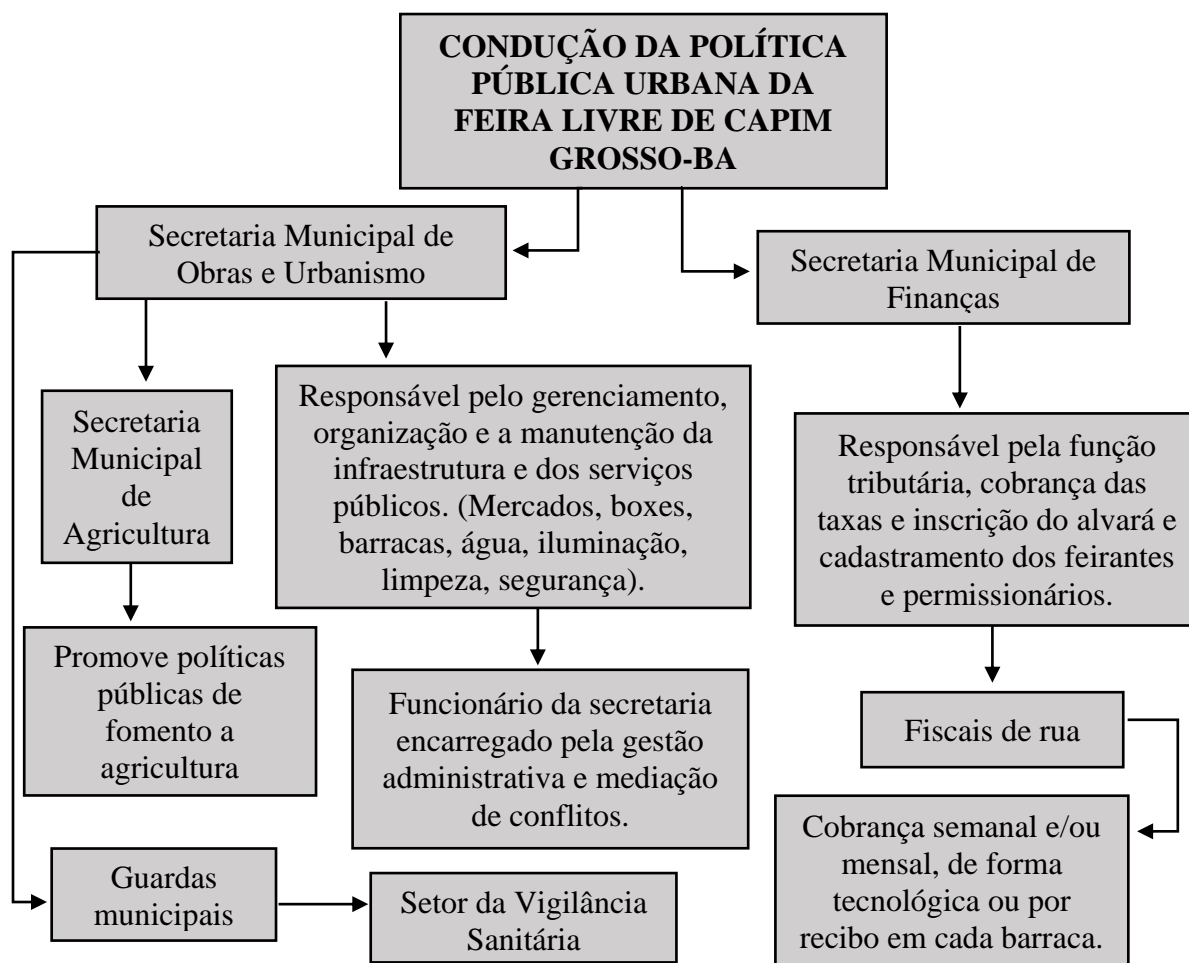
I – Planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, gerir e executar os serviços públicos de saúde; II – Definir as instâncias e mecanismos de controle e fiscalização inerentes à vigilância sanitária; III – Exercer vigilâncias em drogarias, postos de medicamentos e unidades volantes; bares, restaurantes, lanchonetes, feiras livres, mercados, supermercados e outros locais onde se fabrique, produzam, manipule, exponha a venda, efetive o consumo, transporte, guarde, armazene ou deposite alimentos destinados ao consumo humano, qualquer que seja o seu estado, origem e procedência; XVII – Exercer vigilância sanitária nos açougues; participar da fiscalização e inspeção nos locais de abate de animais e aves, peixarias e outros, evitando ou impedindo a distribuição de carnes impróprias para o consumo humano, observando e fazendo observar as normas federais e estaduais supletivas (CAPIM GROSSO, 2017c, p 2).

Os métodos e normas estabelecidos pelo Ministério da Saúde, conforme a lei serão observados pelo município para efeito da realização da análise fiscal. Para tanto, as autoridades da vigilância sanitária observarão os seguintes aspectos: “I. Controle de possíveis contaminações microbiológicas, químicas e radioativas, principalmente com respeito a certos produtos animais, em particular o leite, a carne e o pescado” (CAPIM GROSSO, 2017c, p. 17).

Nesse sentido, além das demais disposições desse Código e legislação sanitária pertinente, que lhe são aplicáveis, as feiras livres de comidas típicas e comércio ambulante de alimentos, deverão seguir a norma: “Todos os alimentos à venda deverão estar agrupados de acordo com sua natureza e protegidos das ações dos raios solares, chuvas e outras intempéries, ficando terminantemente proibido colocá-los diretamente sobre o solo” (CAPIM GROSSO, 2017c, p. 19).

Diante dessa exposição, enfatiza-se que todos os dispositivos da legislação municipal estão condicionados a lei maior, a do Plano Diretor do município. Sendo, assim, se a feira cumprir todas as exigências de organização impostas nos Códigos municipais de Postura e Sanitário para seu funcionamento, certamente deixará de ser feira livre com suas características e peculiaridades.

Quanto à organização (Organograma 1), apresenta-se como ocorre a condução da política pública urbana no espaço da feira capim-grossense pelo Poder Público municipal.

**Organograma 1:** Condução da política pública urbana da feira livre de Capim Grosso, 2022.

**Fonte:** Capim Grosso, 2017a, f; Pesquisa de campo, 2022

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

A partir do organograma 1, pode se observar que está a cargo da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo a definição de normas, gerenciamento e manutenção da infraestrutura da feira livre de Capim Grosso. Para isso, utiliza-se da legislação municipal, dentre elas, a lei nº 382, parcelamento do solo urbano, e a lei nº 379, Código de Postura (CAPIM GROSSO, 2017b, e), que expõem regulamentos sobre a feira livre e definem o conjunto de regras referentes à instalação, tipos e grupos de mercadorias que pode ser comercializados e regras de higiene.

É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, a organização e posicionamento das barracas, limpeza, iluminação, abastecimento de água, pavimentação e sinalização das vias e logradouros públicos que atendem a feira. Para isso, conta com a participação direta da Secretaria Municipal de Agricultura na promoção de políticas públicas de fomento à agricultura familiar, dos guardas municipais na segurança e organização do espaço, assim como o setor da Vigilância Sanitária, através da fiscalização dos alimentos.

Segundo a legislação municipal, a gestão local poderá credenciar um coordenador também feirante, sem qualquer vínculo empregatício e sem remuneração, para desempenhar as seguintes funções:

I - Reunir-se com os feirantes de sua feira e com o órgão competente da Prefeitura Municipal, para relatar os problemas encontrados e propor as possíveis soluções; II - Opinar sobre solicitações para mudança de ramo de atividade, aumento ou diminuição de bancas, assim como sobre a criação de novas feiras ou qualquer outro assunto para o qual seja solicitado (CAPIM GROSSO, 2017f, p. 15).

Entretanto, na esfera local, a administração pública dispõe de um funcionário público ligado à Secretaria de Obras e Urbanismo para exercer a função de administrador/coordenador, encarregado pela gestão administrativa. Cabe a esse servidor público a organização das barracas e mediação dos conflitos existentes durante a feira livre.

As barracas, dentro do planejamento elaborado pela Prefeitura, serão localizadas em grupo do mesmo gênero de comércio, de modo a facilitar aos consumidores a verificação dos preços, porém, essa organização não acontece na feira local. Para a implantação de feiras livres, a Prefeitura deverá providenciar a instalação no local de sanitários públicos. No entanto, a quantidade dos sanitários existentes são insuficientes para a grandiosidade da feira em estudo.

No que se refere a fiscalização e tributação, cabe à Secretaria Municipal de Finanças, que tem a responsabilidade de formular e executar as funções de administração financeira, tributária e orçamentária do município. Para tanto, se utiliza da Lei Municipal nº 387/2017a, que estabelece o Novo Código Tributário e de Rendas, e fixa os impostos, dentre eles: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); Taxa de Licença de Localização (TLL). Esse último aponta o controle do ordenamento das atividades urbanas, higiene, segurança pública.

Dentre as funções que cabe a Secretaria de Finança no âmbito da feira livre, refere-se ao cadastro e desligamento dos feirantes, deliberação do termo de concessão dos espaços públicos (boxes nos mercados municipais), cobrança das taxas com periodicidade semanal e mensal, inscrição e expedição do alvará de funcionamento dos boxes permissionados anualmente, além de reavaliar o termo de uso após um período de 5 anos, conforme preconiza a lei supracitada anteriormente (CAPIM GROSSO, 2017a).

De acordo o Código de Postural (CAPIM GROSSO, 2017e), os interessados em exercer o comércio nas feiras livres desse município deverão, além de cumprir as demais



exigências previstas no Código de Postura, instruir seu pedido de requerimento, com ficha de cadastro de identificação junto ao órgão fiscalizador da Prefeitura.

A licença concedida para o comércio em feira livre é individual e intransferível, não será concedida a licença a cônjuges de feirantes, sócios de pessoa física ou jurídica ou de produtores rurais que estejam exercendo a atividade. De acordo a lei (CAPIM GROSSO, 2017e), a licença para a instalação de bancas será precedida de estudos prévios quanto ao local, efetuados pela Prefeitura Municipal após consulta à Secretaria de Planejamento, Obras e Urbanismo. No que tange as penalidades, os permissionários que deixarem de comparecer por quatro (04) feiras consecutivas ou 12 (doze) feiras no ano sem apresentar justificativas incorrerão em: a) advertência; b) multas variáveis e; c) cassação de licença.

Com base no Código de Postura (Capim Grosso, 2017e), será considerada clandestina a ocupação do solo em vias e logradouros públicos, com instalações removíveis destinadas ao comércio, sem que seja concedida previamente licença pela Prefeitura Municipal, que fica autorizada a apreender a mercadoria. Os feirantes são obrigados a manter sobre as mercadorias indicações dos respectivos preços, de modo a serem visíveis com facilidade pelo público (CAPIM GROSSO, 2017e), fato esse que não ocorre na feira pesquisada.

Segundo a lei nº 379 (CAPIM GROSSO, 2017e), as feiras livres funcionarão nos locais e dias designados pela Prefeitura Municipal, das 5:00 às 18:00 horas. No entanto, na prática, os horários nem sempre são respeitados, iniciando mais cedo e finalizando outras vezes antes, outras vezes, posteriormente ao horário estabelecido.

Em consonância com o Código Tributário e de Rendas é obrigatório o pagamento de taxas e impostos conforme cálculo da tabela de receitas, no valor anual que vai de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) a R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) por alvará de funcionamento (CAPIM GROSSO, 2017a).

Os valores dos impostos e taxas (Quadro 3) cobrados semanalmente variam de R\$ 3,00 a R\$ 50,00, de acordo tipo de estrutura e localização geográfica, por dois fiscais de rua que passam nas barracas. O pagamento pode ser feito por meio de recibo impresso ou de forma eletrônica. Já a taxa mensal pode ser paga no Setor de Tributos, órgão da Secretaria de Finanças, nos correspondentes bancários ou virtualmente. Além dessa função, esse setor realiza inspeções esporádicas, na busca de feirantes clandestinos ou de infrações.

<b>Quadro 3 - Demonstrativo das taxas cobradas pela Secretaria Municipal de Finanças, Capim Grosso, 2022</b>					
<b>Item</b>	<b>Local</b>	<b>Horário de funcionamento</b>	<b>Valor (Taxa)</b>	<b>Quando</b>	<b>Itens inclusos</b>
1	Mercado de Cereais	Todos os dias, das 6:00h até às 17:00h.	Entre R\$ 20,00 e R\$ 25,00	Mensal	Local demarcado no piso e <sup>30</sup> taxas de água e energia
2	Mercado de Carnes	Todos os dias, das 5:00h às 13:00h, exceto na segunda-feira que abre às 03:00h.	R\$ 50,00	Mensal	Boxe e Taxas de água e energia <sup>31</sup>
3	Mercado de Peixes e ovíparos	Todos os dias, das 5:00h às 13:00h, exceto na segunda-feira que abre às 04:00h e fecha às 17:00h.	R\$ 50,00	Mensal	Taxa de água <sup>32</sup>
4	Espaço do feirante	Todos os dias, das 6:00h às 13:00h, exceto na segunda-feira das 05:00h às 17:00h.	R\$ 20,00 (barracas com 6m de cumprimento) R\$ 10,00 (3 metros)	Semanal	Barraca padronizada e estrutura da barraca. Espaço demarcado.
6	Espaço entre os mercados	Todos os dias, das 6:00h às 13:00h, exceto na segunda-feira das 05:00h às 17:00h.	Entre R\$ 3,00 e R\$ 15,00	Semanal	Espaço demarcado
7	Vias públicas	Segunda-feira das 4:30h às 17:00h	Entre R\$ 3,00 e R\$ 10,00	Diária	Espaço demarcado <sup>33</sup>

**Fonte:** Capim Grosso, 2017a; Pesquisa de Campo, 2022

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

<sup>30</sup> Disponibilizado pela prefeitura municipal.

<sup>31</sup> Responsável associação dos feirantes.

<sup>32</sup> Pagamento da taxa de energia cada permissionário.

<sup>33</sup> Alguns feirantes chegam a pagar R\$ 20,00 pela montagem semanal das barracas.

São arrecadados uma quantia de aproximadamente R\$ 8.000,00 (oito mil reais) com a atividade da feira mensalmente, conforme relatórios expedidos pela Secretaria Municipal de Finanças, comparativos referentes ao meses de Janeiro/2019 e Junho/2022, antes e pós pandemia (Anexo A). Observa-se que os valores não sofreram tanta discrepância, visto que a feira livre é uma atividade de periodicidade semanal, o que faz variar sua arrecadação financeira a cada segunda-feira.

De acordo o Código Tributário (CAPIM GROSSO, 2017a), as receitas provenientes dos impostos e taxas sob a incumbência da Secretaria Municipal de Finanças tanto da feira livre, quanto da cidade, de modo geral, serão aplicadas em investimentos na manutenção da máquina pública e outras demandas financeiras, de forma a garantir a oferta dos serviços essenciais ao cidadão como limpeza, iluminação, segurança, melhorias na infraestrutura dos espaços e a constante melhoria na prestação desses serviços.

### 3.5 O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA NA (RE)ORGANIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE CAPIM-GROSSENSE

No processo de organização, funcionamento e gestão da feira livre, compreende-se fragilidades na infraestrutura que comprometem a circulação de pessoas, mercadorias e transportes. Organizar uma feira livre requer da administração pública controle por meio da gestão, fiscalização, intervenção e prestação dos problemas internos, além de considerar a participação ativa dos sujeitos envolvidos nesses ambientes. Este espaço de enorme contribuição para a sociedade nos municípios, tanto em termos econômicos quanto sociais e culturais, deve ser tratado com mais atenção por parte do poder público, pois se configura no desenvolvimento de toda uma sociedade.

Assim sendo, com objetivo de mensurar possíveis encaminhamentos para o reordenamento desse espaço, buscou-se analisar o discurso da gestão pública local para identificar a importância, os entraves e a forma de gerenciamento da feira do município de Capim Grosso. As inferências levantadas são apresentadas a seguir.

Para a gestão local<sup>34</sup>, desde o princípio do município, a feira livre tem um papel extremamente importante que é contribuir não só com o subsídio da cadeia alimentar, mas

---

<sup>34</sup> Entrevistado 01. Entrevista realizada em 22 de dezembro de 2022. Entrevistador: Gredison de Novais Reis. Perfil do entrevistado em Apêndice H.

principalmente com a relevância socioeconômica, que acaba favorecendo o desenvolvimento da cidade. “Partimos do entendimento que o comércio é uma das principais fontes de renda do nosso município, e dentre dele, a feira livre como importante atividade”<sup>35</sup>. Essa percepção ratifica o pensamento dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Segundo a gestão<sup>36</sup>, a feira interage como os outros espaços da cidade a partir do comércio, o qual tenta se adequar a esse evento que também se estende durante a semana, pois a feira tem uma particularidade, ser considerada segundos dados da Bacia do Jacuípe, ser a maior feira de toda nossa região, e isso acaba trazendo uma importância grandiosa para o crescimento não só do município, mas também no entorno.

Nesse sentido, para a gestão, é de responsabilidade da esfera municipal a promoção de políticas públicas direcionadas desde a acessibilidade às condições mínimas de funcionamento dos equipamentos públicos para que a feira livre possa ocorrer e transcorrer com as devidas condições.

Para isso, faz-se necessário pensar sobre a necessidade ou não de mudança da feira de seu local atual, bem como realizar um planejamento com a participação da sociedade civil, para readequação do espaço público, tendo em vista que mudar a feira estaria gerando perdas econômicas e sociais<sup>37</sup>.

De acordo o discurso oficial do poder público municipal<sup>38</sup>, a gestão da feira livre acontece em regime de parceria, uma cadeia de vários setores e serviços que precisam estar alinhados para que a feira possa ocorrer. A administração tem como grandes parceiras a Secretaria de Agricultura que promove políticas públicas de agricultura familiar, a Secretaria de Finanças e Tributos, que realiza cobrança das taxas, através dos fiscais, a Guarda Municipal que promove a segurança e contribuir também com a organização da feira, além da participação da vigilância sanitária na fiscalização e controle dos alimentos. No entanto, não há um setor específico no gerenciamento da feira, o que cabe a Secretaria de Obras e Urbanismo essa responsabilidade.

---

<sup>35</sup> Entrevistado 01. Entrevista realizada em 22 de dezembro de 2022. Entrevistador: Gredison de Novais Reis. Perfil do entrevistado em Apêndice H.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> Idem.

Quanto à existência de políticas públicas direcionadas a feira livre, a gestão<sup>39</sup> diz que, existem e a gestão de Capim Grosso compreende isso, e que considera importante para feira livre, para isso, busca fazer e tornar possível sua efetivação.

Temos como exemplo, política pública voltada para a produção dos alimentos derivados da agricultura familiar, os quais, precisam ter o seu espaço garantido. Temos também, a vigilância sanitária que atua para evitar que produtos sem as condições sanitárias necessárias venham ser comercializados e conseqüentemente de forma irregular, trazer danos para a saúde das pessoas. Essas medidas são políticas públicas necessárias<sup>40</sup>.

Frente a essa análise, quando perguntados sobre a existência de lei/marco legal que regula o funcionamento da feira livre, e se no município de Capim Grosso existe o plano diretor e como essa atividade é retratada, o respondente relata o seguinte:

O município possui sim, o plano diretor desde o ano de 2017. Ele existe para poder contemplar o funcionamento e organização da cidade, e entre esses espaços, a feira livre que é tratada como importante área urbana. Entretanto, confesso que no momento, me foge a lembrança dos artigos que trata diretamente sobre a feira livre<sup>41</sup>.

Percebe-se no discurso da gestão que o espaço onde ocorre a feira livre é um local de suma importância economicamente para o município, porém, ainda é tratado como mais uma área existente no perímetro urbano.

Outro aspecto relevante no gerenciamento da feira se refere a formalização e regularização dos direitos trabalhistas dos feirantes. Nesse sentido, a gestão<sup>42</sup> compreende que esse processo demanda de programas existentes já trabalhado via Secretaria de Agricultura. A Prefeitura, por sua vez, tem parceria no município com alguns órgãos que contribuem para capacitação, incentivo financeiro como, Cred Amigo, que é uma ferramenta para que os comerciantes possam adquirir condições financeiras de investir no seu próprio comércio, e assim buscar melhorias. “A secretaria de agricultura trabalha com essas propostas, o que faz com que muitos comerciantes da feira em nossa cidade se apropriem desses mecanismos”<sup>43</sup>.

---

<sup>39</sup> Entrevistado 01. Entrevista realizada em 22 de dezembro de 2022. Entrevistador: Gredison de Novais Reis. Perfil do entrevistado em Apêndice H.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Idem.

O discurso da gestão local evidencia que atividade da feira é importante para a economia do município, porém, não se percebeu no campo investigado, preocupação em regularizar ou incentivar a formalização dessa categoria de trabalhadores, os feirantes.

Diante dessa abordagem, baseado em Becker (2012) infere-se que, enquanto espaço de comercialização econômica, a feira precisa de um olhar mais atento da gestão pública no intuito de criar e implementar políticas públicas, buscar melhorias dos serviços oferecidos, além de contribuir efetivamente para a permanência desse evento semanal no espaço público da cidade.

Sendo assim, faz-se necessário a inclusão de políticas públicas e legislação municipal específica voltadas para a área da cidade em que acontece a feira livre, principalmente nas questões direcionadas ao gerenciamento e regulamentações, no intuito de valorizar as condições econômicas quanto as relações sociais, culturais e identitárias desse importante espaço urbano.

Diante disso, questionado sobre o futuro da feira livre capim-grossense, a gestão municipal diz que:

Há muitos anos, já se pensa no espaço onde a feira livre acontece, na qual precisa de uma adequação pois os problemas eles vão surgindo, e a gente vai se deparando com todos os tipos de situações, assim sendo, a gestão compreende que a feira livre local precisa realmente passar por um processo de requalificação, principalmente estruturante, para que possamos proporcionar aos feirantes, soluções melhores de trabalho. Sabemos que isso, não é possível ser feito somente por parte da gestão municipal. É um investimento com altos custos, que demanda de parcerias com o governo do Estado para que, assim como acontece em vários outros municípios, busquemos melhorias para esse espaço<sup>44</sup>.

No discurso da gestão municipal, planeja-se a readequação da feira, ou possível abertura de um novo espaço, pela grandiosidade e importância que é a feira livre de Capim Grosso para toda região. Entretanto, é importante levar em consideração os aspectos tanto positivos quanto negativos que uma possível mudança acarretaria ao município.

Para Miranda (2009), a falta de espaço para expansão, os engarrafamentos e a falta de infraestrutura levaram à discussão de como se daria a melhor maneira de requalificar a feira. Portanto, nessa análise, ressalta-se que não é preciso necessariamente ocorrer uma mudança de local da feira livre para melhorar as condições estruturais desses espaços.

---

<sup>44</sup> Entrevistado 01. Entrevista realizada em 22 de dezembro de 2022. Entrevistador: Gredison de Novais Reis. Perfil do entrevistado em Apêndice H.

## **4. FEIRA LIVRE DE CAPIM GROSSO: PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS SUJEITOS, ESPECIFICIDADES, QUESTÕES SIMBÓLICAS, PROBLEMAS ESTRUTURAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

### **4.1 OS SUJEITOS DA PESQUISA**

As feiras livres envolvem inúmeros sujeitos que diretamente realizam movimentos como feirantes, consumidores/usuários, trabalhadores avulsos e gestão municipal. Entre os trabalhadores que participam ativamente nas feiras livres, destacam-se os feirantes/vendedores/comerciantes e os usuários/consumidores/fregueses.

Compreender o fenômeno da feira livre demanda novas leituras desse evento, a partir da mobilidade de pessoas e mercadorias. Nesse sentido, convém afirmar que essa mobilidade espacial de trabalhadores/feirantes e usuários envolve muito mais elementos do que um simples fato de ir e vir do trabalho ou a feira, pois entendemos como mobilidade espacial<sup>45</sup> um processo dinâmico que envolve fatores econômicos, sociais e culturais.

Dessa forma, a caracterização dos feirantes e usuários na feira de Capim Grosso para esta pesquisa edificou-se mediante aplicação de questionários e teve o intuito de coletar um conjunto de informações particulares como sexo, idade, faixa etária, origem e escolaridade, bem como, motivações, frequência, produtos adquiridos na feira dentre outras.

#### **4.1.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS FEIRANTES**

Entendido como categoria de sujeitos que se deslocam para esses espaços de comercialização, os feirantes utilizam boxes nos mercados públicos ou barracas cobertas de lona e vendem no varejo, hortifrúti, carnes, peixes, cereais, itens de vestuário, higiene, calçados, brinquedos, dentre outros produtos, considerados trabalhadores do mercado

---

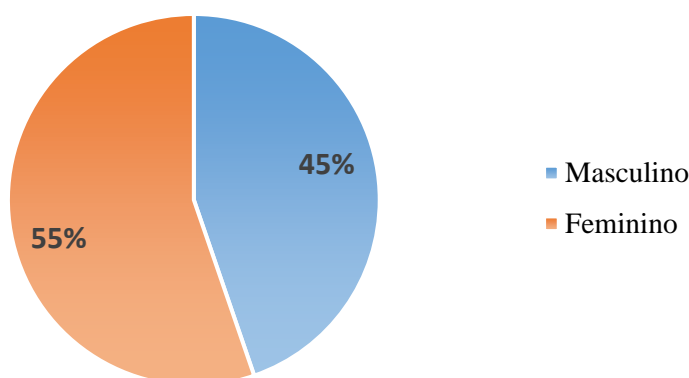
<sup>45</sup> A reflexão sobre os significados e efeitos da mobilidade espacial da população, como salientaram Pacheco e Patarra (1997), passaram por uma significativa alteração após análise da realidade dos países de industrialização tardia. A dinâmica de acumulação de capital, a herança histórica e a estrutura social devem ser consideradas chaves ao entendimento acerca da mobilidade espacial da população e da força de trabalho para a indústria em expansão ou como resposta às situações de estagnação frente à concentração crescente dos polos dinâmicos. Se o modo como são organizados os elementos do espaço pode ser visto como um resultado histórico da atuação dos atores sociais, os fluxos de informação, capitais e pessoas, por exemplo, permitem e alimentam o dinamismo das formas e funções dos aspectos que compõem e caracterizam o espaço.

informal<sup>46</sup>, realizam a mobilidade para o trabalho e participam do processo de circulação de mercadoria, sendo protagonistas do comércio nos pequenos, médios e grandes centros urbanos.

Para Mott (1975) e Jesus (2008), o deslocamento de pessoas e de bens sempre foi uma particularidade das feiras livres que, interpretadas como lugares de relações sociais, econômicas e culturais, envolvem pessoas, mercadorias e informações. Ao comercializar algum produto interagem com o sistema produtivo, participa, da etapa de circulação da mercadoria e personaliza, um consumo diversificado.

Assim sendo, do universo pesquisado (Gráfico 1), foram entrevistados 34 homens (45%) e 42 mulheres (55%), que representa, a predominância da participação feminina nos postos de trabalho no espaço da feira livre de Capim Grosso, o que indica ser a mulher a chefe de família em seus lares.

**Gráfico 1: Sexo dos feirantes entrevistados, Capim Grosso, 2022**



**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

Outro aspecto que merece destaque é a predominância de feirantes do sexo masculino nos mercados públicos e do sexo feminino nas barracas de frutas e verduras espalhadas pela feira. Além disso, observa-se trabalho envolvendo membro familiar (pai, mãe, filhos, irmãos).

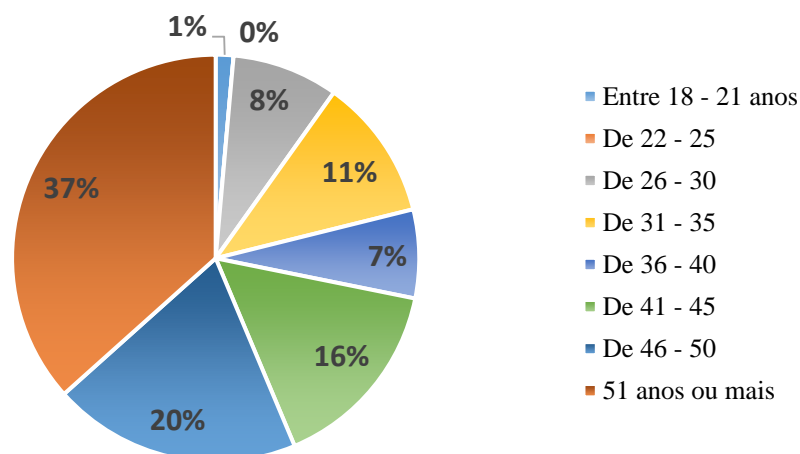
Quanto à faixa etária (Gráfico 2), é composta em sua maioria por feirantes entre 26 a 50 anos, que juntos representam (62%), o que denota predomínio dos trabalhadores no comércio

<sup>46</sup> O trabalho informal pode ser conceituado como aquele não regulamentado pelo ordenamento legal do trabalho no país, sobre o qual, inclusive, a sociedade construiu sua política de seguridade social. Em termos operacionais, o desafio de conceituar e categorizar o trabalho informal se torna tanto maior porque os novos e diversificados arranjos produtivos tornam ainda mais complexas as interconexões entre o formal e o informal, e isso quase põe por terra as abordagens dualistas (COSTA, 2010).



da feira a idade adulta. Porém, foram encontrados sujeitos na acima de 51 anos<sup>47</sup>, o que representa (37%). Além de feirantes jovens com idade entre 18 e 21anos, na busca de experiência profissional.

**Gráfico 2: Faixa etária dos feirantes entrevistados, Capim Grosso, 2022**



**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

Um dado importante levantado se refere à natalidade dos feirantes, os quais migraram de municípios como Quixabeira, São José do Jacuípe, Capela do Alto Alegre, Várzea do Poço, Jacobina, Feira de Santana, Aracaju, Pernambuco e São Paulo, e que atualmente residem na sede capim-grossense.

No que tange ao local de moradia dos trabalhadores que frequentam a feira livre de Capim Grosso (Quadro 4), predominam feirantes da sede do município, com 83% do total, com destaque para os bairros: Sacramento 25,3%, esse bairro concentra maior parte da localização da feira, e Jardim Formosa, com 15,8% dos feirantes. Todavia, foram entrevistados, feirantes residentes na zona rural do município, das cidades circunvizinhas, além de municípios distantes, como Ponto Novo e Mirangaba, o que representou 16% dos entrevistados.

<sup>47</sup> Registrou-se sujeitos entre 58 a 76 anos, alguns já aposentados devido as necessidades de sobrevivência, mas também aqueles que não perdem o prazer e a satisfação de trabalhar na feira, apesar das dificuldades enfrentadas diariamente.

<b>Quadro 4 - Endereço dos feirantes entrevistados que trabalham na feira, Capim Grosso, 2022</b>		
<b>CAPIM GROSSO</b>		<b>OUTROS MUNICÍPIOS</b>
<b>SEDE/BAIRROS</b>	<b>ZONA RURAL</b>	
Centro, Estação da Luz, Jardim Araujo, Jardim Formosa, José Mendes, Novo Horizonte, Novo Oeste, Oliveira, Planaltino, Sacramento, São Luiz e Vicente Ferreira	Rio do Peixe	Ponto Novo; Mirangaba; Quixabeira: (Sede, povoados de Baixa Grande e Ramal); São José dos Jacuípe (Sede e distrito de Itatiaia); Várzea da Roça

**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

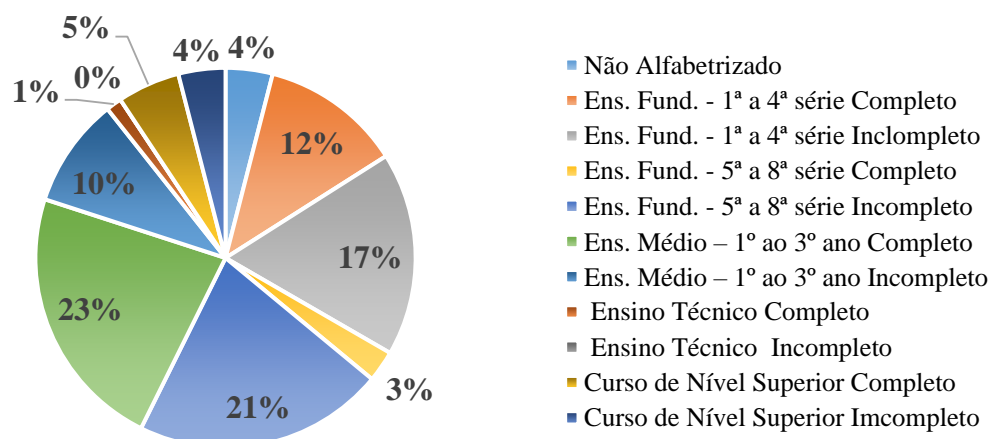
Por meio de fontes orais, registrou-se também trabalhadores ambulantes do bairro KM<sup>2</sup>, de Pernambuco que residem na sede, bem como feirantes de Itaberaba, Mairi, Morro do Chapéu, Queimadas, Santa Luz, Valente, e do estado do Pará, que vêm à cidade trabalhar no dia da feira. Essa frequência e diversidade de feirantes para Capim Grosso às segundas-feiras indica haver mobilidade de trabalhadores que passam a atuar na feira livre, o que reforça o papel de influência dessa na região e na absorção de trabalhadores provenientes dos mais variados municípios baianos e de outras unidades da federação. A atividade comercial desenvolvida pelos feirantes cria linhas e pontos de confluências sobre o território através das feiras livres.

No que tange aos anos de escolaridade dos feirantes (Gráfico 3), temos uma amostragem bastante diversificada, com sujeitos não alfabetizados (4%), ensino fundamental incompleto (38%), completo (15%), ensino médio completo (23%) e incompleto (10%), ensino técnico completo (1%) e nível superior completo (5%) e incompleto (4%).

Estabelecendo-se uma parcela maior que conseguiu concluir o Nível Médio e Ensino Superior ou estava em curso, em sua maioria abrange o sexo feminino. Dentre os feirantes de escolaridade de nível superior, destacam-se profissionais da área de Enfermagem, Serviço Social e Letras Vernáculas, todas afastadas do mercado formal, além de estudantes de Psicologia, Administração e Engenharia Agrônoma, com cursos trancados, devidos a situação econômica. Já aqueles que não concluíram o Ensino Fundamental verificamos um número considerável de feirantes, em sua maioria, homens de todas as faixas etárias. Essa não

continuação dos estudos é consequência, dentre tantos outros motivos, do cansaço da carga excessiva de trabalho após a feira.

**Gráfico 3: Nível de escolaridade dos feirantes entrevistados, Capim Grosso, 2022**



**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

Na atualidade, as feiras livres exercem sua importância por serem geradores de renda para muitas pessoas que não possuem grandes oportunidades de trabalho. Elas representam a única fonte de renda para vários pequenos e médios produtores e comerciantes, uma vez que não conseguem competir com os grandes.

Enquanto mercado de trabalho, estima-se que a feira livre é uma oportunidade de emprego e renda para várias pessoas fora do mercado formal. Dentre aqueles que já trabalharam no setor de serviços, registra-se a ocorrência de feirantes que atuaram como professores, assistente social, enfermeira, entre outras, e hoje estão operando como feirantes.

Nessa discussão, perguntados sobre as motivações que levam a trabalhar na feira livre de Capim Grosso (Tabela 1), principalmente no dia da segunda-feira 76% dos respondentes apontaram ser a feira a única fonte principal de renda e 24% complementam os seus proventos.

<b>Tabela 1 - Motivações para trabalhar como feirante, Capim Grosso, 2022</b>		
<b>Motivação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Complementação da renda	18	24
Fonte principal da renda	58	76%
<b>TOTAL</b>	<b>76</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

A feira torna-se uma alternativa para se ocupar produtivamente e obter uma renda. No outro extremo, estão os grupos mais idosos e com maior tempo de trabalho. Com baixa escolaridade, precisam e continuam trabalhando na feira para se sustentar e, em alguns casos, registram toda uma trajetória de vida dedicada ao trabalho como feirante. Há, ainda, aqueles que não sabem ler nem escrever e que, quando necessário, arriscam a assinatura do seu nome.

As condições de trabalho nas feiras são consideradas precárias, caracterizado pela baixa remuneração. Dos entrevistados, 76% dos feirantes afirmaram não realizar nenhuma outra atividade, para além da feira livre e muitos deles trabalham no espaço da feira capim-grossense a semana inteira. Ressalta-se que mais de 95% dos entrevistados apontaram não possuir carteira assinada, por sua vez, não pagam a previdência social, deixando de garantir os direitos trabalhistas e de saúde, principalmente o público feminino. Dentre os feirantes fixos, encontrou-se indivíduos aposentados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Micros Empreendedores Individuais (MEI). Em face a exposição da situação laboral e na ausência de leis específicas na esfera municipal que regule, essa atividade dos profissionais que atuam na feira, percebe-se da necessidade urgente do poder público local, na promoção e efetivação de políticas pública para a garantia do direito aos benefícios sociais e assistenciais, dentre eles, a aposentadoria, auxílio maternidade e seguro desemprego, conforme preconiza a legislação federal brasileira.

Dos motivos que levam os feirantes a permanecerem com a atividade na feira, encontram-se tradição, familiaridade, flexibilidade de tempo, além de dificuldades em se enquadrar no mercado formal. Dos entrevistados, 83% indicaram que muitas das vezes não conseguem retirar ou receber nem 1 (um) salário mínimo<sup>48</sup> mensal, pois depende, de cada mês, 15% entre 1 e 2 salários e apenas 2% conseguem retirar acima de 3 salários mínimos mensais.

Quando indagados se exerceram outro ofício ou ocupação antes de trabalhar como feirante em Capim Grosso, relataram sua trajetória profissional, relacionando-a antigos empregos, em sua maioria, no setor do comércio e serviços, antes de ir para a barraca da feira. As ocupações foram as mais diversas, como açougueiro, ajudante de cozinha, ajudante de pedreiro, de padeiro, empregada doméstica, diarista, vendedora, cabeleireira, professora, técnico de enfermagem, motorista por conta própria.

---

<sup>48</sup> Salário mínimo de 1.212,00 (Hum mil, duzentos e doze reais) piso salarial vigente no país em 2022.

Paralelamente ao trabalho na feira, 24% dos respondentes realizam nos demais dias de folga, outras ocupações para complementar a renda, como diarista/faxina, ajudante de padaria, proprietária de restaurante em sua cidade de origem, gari, cabeleireiro, vendedor ambulante, manicure, professora de reforço escolar, representante de vendas, agricultor, aposentados, motoristas de transporte terceirizado, motoristas de veículos para transporte de pessoas e mercadorias nos dias de feira. Identificamos, também, pessoas na condição de servidor público, que trabalham no comércio da feira para melhorar seus proventos.

Apesar do cenário descrito, 92% dos feirantes afirmaram ter aptidão para o comércio e gostar de estar e trabalhar na feira livre local. Em muitos deles, suas histórias foram marcadas pelo comércio na feira, comum ao trabalho familiar e ingressaram na vida profissional como vendedores ambulantes e comerciantes.

No que tange ao tempo em que atua como feirante em Capim Grosso (36%), mencionaram estar há mais de 21 anos. Frisa-se que entrevistou trabalhadores com mais de 40 anos na função, apesar de alguns já se encontrar aposentados e jovens feirantes com menos de um ano de experiência.

Dos respondentes, 76% atuam apenas na feira local praticamente todos os dias da semana. Entretanto, 24% dos feirantes trabalham nas feiras em outros municípios como: Gavião, Capela, Jacobina (Junco e Paraíso), Miguel Calmon, Nova Fátima, Ponto Novo, Queimadas, Quixabeira, São José do Jacuípe, Serrolândia e Várzea do Poço durante a semana.

A movimentação da população é uma característica inter-relacionada aos feirantes, pois eles se deslocam para os mercados periódicos e levam consigo produtos diversificados desde a escala nacional, passando pela regional até a local, promovendo o fluxo e o consumo nos lugares onde ocorrem as feiras livres.

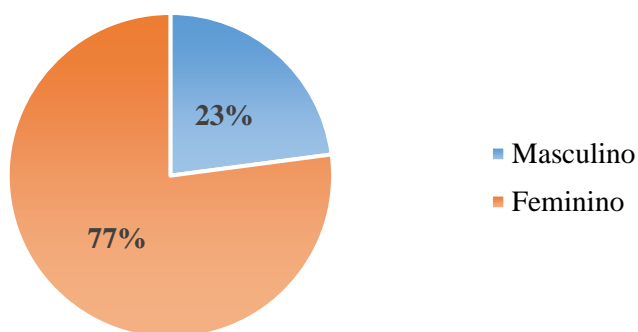
#### 4.1.2 OS USUÁRIOS DA FEIRA

Entendido, como categoria de indivíduos (fregueses ou consumidores) que circulam pela feira no intuito de adquirir produtos de primeira necessidade e se distinguem em função do poder aquisitivo e a sua procedência, urbana dos moradores da cidade ou, do campo dos moradores de sítio localizados nas zonas rurais das cidades do entorno, e visitantes de outras localidades ou turistas. Os perfis dos usuários que circulam pela feira são plurais, tanto quanto a diversidade de produtos expostos.

A caracterização dos usuários da feira de Capim Grosso edificou-se também mediante aplicação de questionários visando coletar um conjunto de informações particulares. No levantamento dos dados, foram destacados os seguintes aspectos: sexo, idade, origem, frequência ao espaço da feira, aquisição de produtos e motivações que os levam a comprar e frequentar esse espaço.

Foram entrevistados 48 usuários, conforme critérios pré-estabelecidos. Desse total, (77%) mulheres e (23%) homens (Gráfico 4), o que representou maioria do público feminino na realização das compras na feira. Os dados levantados, indicam maior envolvimento e participação da mulher nos espaços de atuação e atividades diárias.

**Gráfico 4: Sexo dos usuários entrevistados, Capim Grosso, 2022**

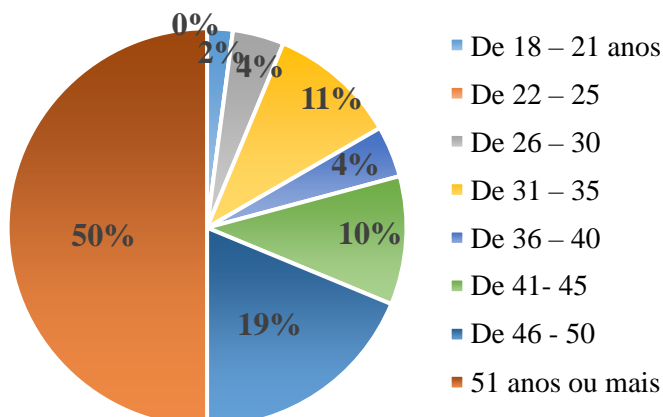


**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

Quanto a idade (Gráfico 5), os respondentes, em sua maioria, foram da faixa etária acima dos 46 anos, dentre esses, idosos superior a 60 anos, que não perdem o costume de ir à feira realizar suas compras.

**Gráfico 5: Faixa etária dos usuários entrevistados, Capim Grosso, 2022**

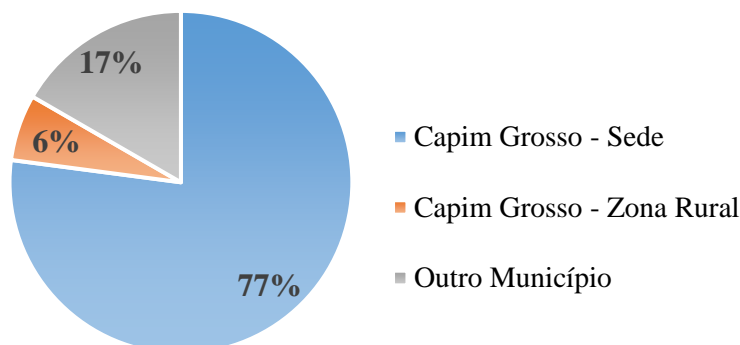


**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

No que se refere a origem dos usuários (Gráfico 6), a feira livre de Capim Grosso é bastante diversificada e atrai um grande público semanal. Dos entrevistados, a maioria (77%) são pessoas residentes dos mais variados bairros da sede do município. Entretanto, responderam à pesquisa moradores da zona rural capim-grossense e de outros municípios, o que reforça a importância da feira livre no âmbito Local e Regional.

**Gráfico 6: Origem dos usuários entrevistados, Capim Grosso, 2022**



**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

Através do quadro 5, pode-se verificar a distribuição e localização geográfica dos respondentes da pesquisa, o que evidencia a diversidade da feira livre local.

<b>Quadro 5 - Origem dos usuários entrevistados, Capim Grosso, 2022</b>		
<b>CAPIM GROSSO</b>		<b>OUTROS MUNICÍPIOS</b>
<b>SEDE</b>	<b>ZONA RURAL</b>	
<b>Bairros</b>	<b>Fazendas e Povoado</b>	
Água Nova, Centro, Estação da Luz, Jardim Araújo, Jardim Formosa, Nova Avenida, Novo Horizonte, Novo Oeste, Oliveira, Planaltino, Sacramento, São Luiz e Vicente Ferreira	Fazendas: Mata do Estado, Tigre, Várzea Suja  Povoado: Melancias	Ponto Novo: Povoado de Barracas  Quixabeira: Povoados de Alto do Capim, Baixa Grande, Ramal, Fazenda Pimenteira  São José dos Jacuípe: Sede e distrito de Itatiaia

**Fonte:** Pesquisa de Campo

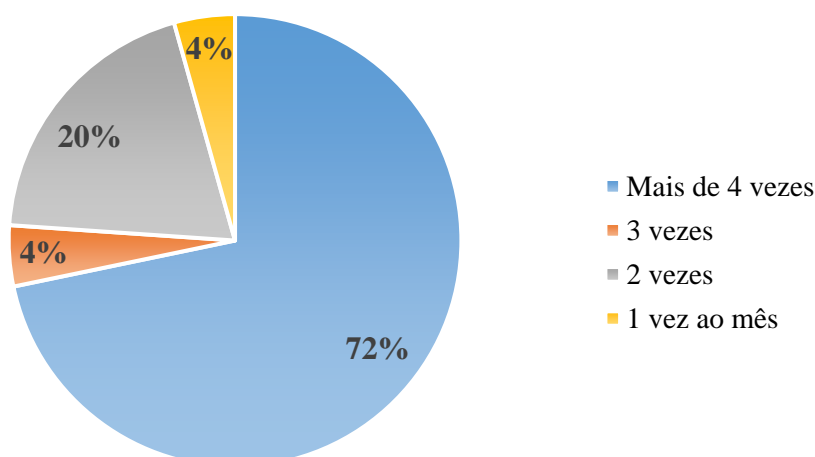
**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

Durante a pesquisa de campo, identificou-se, por meio de fontes orais, usuários oriundos do distrito de Pedras Altas, povoados do Peixe e Caiçara, além de fazendas e comunidades do município de Capim Grosso, assim como usuários/consumidores de Jacobina (distritos do Junco e Paraíso), Gavião, Nova Fátima, Queimadas (povoado do Pereira), Santa Luz (povoado Riacho da Onça), Baixa Grande, Pintadas, Várzea da Roça, Caem (distrito de Piabas), Caldeirão Grande (Vila Cardoso/Km 30), Mairi, diversos moradores das fazendas e pequenas localidades que vêm à cidade às segundas-feiras e costumam frequentar a feira livre, principalmente pela manhã, para fazer a sua feira semanal ou quinzenal. Essa movimentação é destacada por Santos (1994), ao abordar a relevância das redes geográficas na construção do espaço.

Quanto à frequência daqueles que vêm à feira de Capim Grosso (Gráfico 7) às segundas-feiras, (72%) dos usuários responderam que frequentam semanalmente a feira livre, (20%) duas vezes, outros (4%) uma vez ao mês, devido as ocupações com o trabalho ou ausência de transportes coletivos nas localidades com destino à feira.

O estudo desvela a preponderância de usuários que vão às feiras constantemente; que frequentam há mais de 30 anos, que possuem preferência de bancas devido ao atendimento e dizem não se importar de pagar um valor maior por um produto, pela certeza da qualidade e procedência do alimento. Essa prática reafirma os debates de Jesus e Dolzani (2008), quando retratam sobre a importância da feira livre na formação de relações socioculturais.

**Gráfico 7: Frequência dos usuários entrevistados na feira livre às segundas-feiras, Capim Grosso, 2022**



**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis



Outro aspecto a ser considerado é a grande variedade de produtos encontrados nas feiras livres. Assim, quando questionados sobre quais produtos (Tabela 2), que adquirem com maior frequência na feira local, (100%) dos usuários indicaram comprar principalmente frutas e verduras, (75%) carnes e peixes e (81,2%) outros como: beijus, tapioca, doces em geral, galinha e ovos caipira.

<b>Tabela 2 – Produtos adquiridos pelos usuários na feira livre, Capim Grosso - BA, 2022</b>		
<b>Aquisição</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Frutas e verduras	48	100%
Carnes e peixes	36	75%
Roupas	18	37,5%
Utensílios domésticos	17	35,4%
Outros <sup>49</sup>	39	81,2%
<b>Total</b>	<b>158</b>	

**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

Essa diversidade de produtos encontrados nas feiras livres reafirma o que Almeida (2009), Jesus e Dolzani (2008) e Mott (1975), já pontuavam em seus estudos, sobre o papel exercido pelas feiras.

Portanto, os dados levantados na pesquisa de campo ratificam ainda a importância da feira livre e a permanência desse evento no espaço urbano cidadão, apesar dos problemas estruturais, concorrência dos produtos, higiene e segurança oferecido pelos supermercados.

#### 4.2 ESPECIFICIDADES E AS QUESTÕES SIMBÓLICAS DA FEIRA LIVRE

A feira livre é um espaço onde é possível encontrar-se de tudo, desde produtos oriundo do campo a objetos e elementos que retratam a cultura e as origens de seu povo. Partindo dessa premissa, as feiras livres em cada município traz, em seu contexto especificidades que dão a elas vida própria, com características peculiares, muitas vezes não encontradas em outros lugares.

<sup>49</sup> São adquiridos também feijão de corda, andu e mangalô debulhados na hora, biscoitos, rapadura, farinha, queijo, requeijão, manteiga, plantas, caldo de cana, pastel, acarajé, peças de moto, bicicleta, de fogão, esteiras, chapéus, materiais de couro, artesanatos, milho assado e cozido, ouricuri cozido e *in natura*, sapatos, relógios, etc.

Nessa análise, na feira livre local é possível adquirir artigos e objetos de referências culturais, como artesanatos em cerâmica, argila, madeira, couro, palha, tecido, bem como conhecer artesãos na ativa, sambadores, repentistas e cantores em apresentações artísticas durante a feira.

Nas diversas barracas são oferecidos café da manhã e almoço com comidas típicas (rabada, mocotó, sarapatel, buchada, peixe frito, carne assada), encontra-se acarajé, caldo-de-cana, pastel, requeijão, cocadas, doces dentre esses, destaca-se o beiju que em algumas localidades é denominado de tapioca assada, como demonstrado na foto 21.

**Foto 21:** Beijus comercializados no dia da feira livre, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis

**Fonte:** Pesquisa de Campo

É possível também degustar frutas frescas nas barracas, adquirir café e temperos moídos na hora, conforme o desejo do freguês, conseguir produtos com preços mais acessíveis se comparado aos supermercados; comprar frutas e verduras comercializadas nas modalidades pequenas bacias, redinhas, saquinhos ou no quilo; obter alimentos orgânicos e/ou *in natura* provenientes da propriedade dos feirantes, trazidos do mesmo dia diretamente da zona rural para a feira. Novo aspecto trazido para a feira após a pandemia foi a possibilidade de realização de compras no sistema *delivery*, com pagamento por meio eletrônico, via pix, cartões de crédito e débito.

Se encontra na feira também sacolas biodegradáveis disponibilizadas pelos feirantes, produtos oriundos da propriedade do feirante, algumas bancas com produtos separados de

acordo o tipo de alimento, objetos rústicos para exposição de verduras e frutas (Foto 22), bem como uma infinidade de produtos da escala local até objetos importados.

**Foto 22:** Produtos em exposição à venda no dia da feira livre, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis

**Fonte:** Pesquisa de Campo

No espaço da feira municipal encontra carregadores, categoria de trabalhadores que atuam na descarga das mercadorias que são levadas para feira, muitos deles realizam o trabalho diariamente. Os usuários/consumidores podem utilizar serviços de frete disponibilizados por diversas pessoas (homens e mulheres) que usam carrinhos de mão como meio de transporte para levar as compras até as residências ou nos pontos de embarque/desembarque por um valor irrisório (precarização do trabalho) encontrados em vários locais na praça da feira.

Em Capim Grosso, outras feiras são abrigadas fora do recorte espacial, a exemplo da feira de roupas, denominada de “Shop Chão” e, a feira do rolo<sup>50</sup> que possuem intenso movimento populacional no dia da feira.

Importante salientar que, entre o dia 20 e 10 do mês subsequente há um maior movimento de pessoas na feira, isso ocorre devido ser ao período dos pagamentos de programas

---

<sup>50</sup> A feira do rolo se caracteriza como produtos segunda mão, são comercializados, havendo trocas não monetárias de um produto por outro, envolvendo bens dos mais diversos como relógios, rádios, bicicletas, dentre outros.

sociais do governo, salários dos funcionários públicos estaduais e municipais, trabalhadores do comércio local e aposentados.

Quanto aos aspectos que diferencia, a feira livre de Capim Grosso em relação as demais feiras da região (Tabela 3), a maioria dos feirantes apesar de grande parte ser residentes na sede do município, destacou a partir de seus conhecimentos sobre outras feiras, a diversidade de produtos (28%), o espaço adequado/infraestrutura do local (24%) e a qualidade e preço dos alimentos como aspectos preponderantes.

<b>Tabela 3 - Aspectos diferenciais da feira livre, Capim Grosso, 2022</b>						
<b>Item</b>	<b>Espaço adequado/ infraestrutura</b>	<b>Diversidade de produtos</b>	<b>Qualidade e preço dos produtos</b>	<b>Organização e segurança</b>	<b>Higiene</b>	<b>Limpeza e cuidado com o meio ambiente</b>
Discordo Completamente	02	-	-	05	05	08
Discordo Parcialmente	02	-	01	14	15	16
Indiferente	01	-	01	04	08	-
Concordo Parcialmente	40	11	28	32	28	6
Concordo Completamente	31	65	46	21	20	46
<b>TOTAL</b>	<b>76</b>	<b>76</b>	<b>76</b>	<b>76</b>	<b>76</b>	<b>76</b>

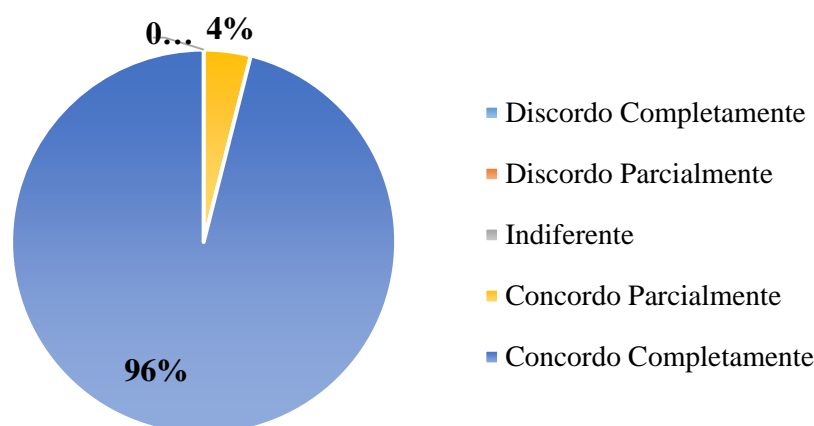
**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

Indagados sobre a origem dos hortifrúteis comercializados em suas bancas na feira livre, 80% dos feirantes afirmaram adquirir na Central Estadual de Abastecimento (CEASA) de Juazeiro ou em Jacobina, 11% compram os produtos diretamente com os revendedores nos caminhões estacionados no espaço da feira semanalmente. Entretanto, 9% dos feirantes apontaram comercializar alimentos originários de suas pequenas propriedades rurais e que envolve, o trabalho familiar.

Nessa análise, questionados sobre a importância da feira livre, 96% dos respondentes a considera, ser um elemento fundamental que corrobora o desenvolvimento da economia de Capim Grosso e região (Gráfico 8).

**Gráfico 8: Grau de importância da feira livre para o desenvolvimento econômico de Capim Grosso, 2022**



**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

Essa importância da feira livre local é reforçada por meio da fala da entrevistada, ao afirmar que:

A feira é muito importante porque aquece economia e fortalecesse o comércio. O município funciona a partir da feira. É ela que faz e traz o movimento. Se não fosse a existência da feira, Capim Grosso era mais fraco economicamente. Porque aqui tem famílias que sobrevivem dessa atividade. Se não houvesse a feira, muita gente estaria desempregada sem o pão na mesa de suas famílias, além do mais, a feira de Capim Grosso é uma referência e importante em toda região. É a melhor feira por aqui por perto.<sup>51</sup>

Nessa perspectiva, uma outra entrevistada usuária da feira, diz que:

A feira de Capim Grosso contribui muito com a economia, se destaca das demais feiras, porque é todo dia. Aqui os produtos tem qualidade, preço mais barato, poder de escolha, produtos vindos da agricultura familiar, posto de trabalho para muita gente, cultura, relações pessoais, confiança, amizade. Desde criança é tradição vim a feira toda semana e, eu amo estar nesse lugar, pois a feira é vida. É uma festa semanal, um dia, além de fazer compras, é dia de diversão, de encontro com família e amigos. É um evento social que promove a troca de conhecimentos e interações pois, têm calor humano, amizade e confiança.<sup>52</sup>

<sup>51</sup> Entrevistada 38. Questionário aplicado em 20 de junho de 2022. Entrevistador: Gredison de Novais Reis. Perfil do entrevistado em Apêndice F.

<sup>52</sup> Entrevistada 33. Questionário aplicado em 11 de julho de 2022. Entrevistador: Gredison de Novais Reis. Perfil do entrevistado em Apêndice G.

Através dos relatos, apreende-se que a feira livre capim-grossense é de grande importância para a população local, pois ela oferece grande parte dos alimentos necessários à sobrevivência, com preços abaixo dos encontrados nos supermercados, garante ainda, o sustento de famílias que dependem dela para sobreviver e fortalece, os vínculos socioculturais. Tendo em vista o valor das feiras livres para os feirantes e para os usuários, entende-se que esses espaços necessitam de incentivos para promovam os seus fortalecimentos, além de possibilitar sua continuidade no tempo e espaço.

A feira livre é um fenômeno urbano e social e caracteriza-se como um local de compras, vendas, alimentação, mas também, como lugar do encontro e do lazer para muitas pessoas da cidade local e das circunvizinhas. Nessa análise, a partir dos depoimentos dos sujeitos, é notório o papel exercido pela feira livre ao longo do tempo.

Em entrevista, um usuário da feira pontua que:

O dia da feira é um dia especial para reencontrar os familiares e amigos. É uma tradição vim a feira. Venho cedo fazer a feira toda segunda há mais de 40 anos. Você encontra de tudo aqui, de produtos com preços mais acessíveis, qualidade, opção, comodidade, rapidez no atendimento, produtos orgânicos, confiança em poder deixar suas compras com os feirantes, almoço nas barracas e até apresentações culturais. A região toda é atraída pela feira de Capim Grosso, ela é diferente e muito boa. Vêm pessoas das mais variadas localidades para comprar e resolver as coisas aqui na cidade. Não pode acabar jamais. Se não fosse a feira, o município era mais sofrido<sup>53</sup>.

O relato da entrevistada evidencia a importância da feira livre tanto no âmbito local, quanto regional, e que esse fenômeno vai além do ato de comprar. Na percepção dos usuários, a feira livre representa um espaço de interação social que mantém relações sociais e culturais, que se perpetuam ao longo do tempo, além de criar laços de pertencimento e identidade. Essa percepção corrobora com os estudos de Dantas (2007) quando relata a importância da feira e seus simbolismos culturais e identitários.

A feira é uma forma comercial que atrai e concentra pessoas, capitais, mercadorias, simbolismos e cultura no espaço urbano, um local com perpétua metamorfose ao longo do tempo. Dessa forma, esse evento é uma relevante atividade que promove tanto o desenvolvimento econômico quanto social de um município pois nela, as pessoas se encontram, trocam informações, fazem articulações políticas ou simplesmente se divertem.

---

<sup>53</sup> Entrevistada 33. Entrevista realizada em 11 de julho de 2022. Entrevistador: Gredison de Novais Reis. Perfil do entrevistado em Apêndice G.

#### 4.3 PROBLEMAS ESTRUTURAIS DA FEIRA CAPIM-GROSSENSE

As feiras livres são formadas por uma reunião pública de compradores e vendedores, que se encontram em intervalos regulares em um determinado lugar, nem sempre autorizadas pelo poder público<sup>54</sup>. Nesse sentido, considerando que as modificações no espaço urbano ocorrem constantemente, a feira livre enquanto local dinâmico também necessita de melhorias estruturarias para seu funcionamento.

Frente a isso, nos faz pensar a organização imposta à feira livre pelos órgãos administrativos públicos. Para que haja um melhor aproveitamento das atividades do feirante prescinde-se um planejamento, fiscalização e gerenciamento dos problemas existentes nesses espaços, o qual este tipo de comércio não seria possível. Para Jesus e Dolzani (2008), torna-se impossível a efetivação de qualquer atividade, sem antes haver um planejamento, capaz de contemplar as mais diversas áreas urbanas.

Diante desse processo, é de suma importância a existência de legislação direcionada para a feira livre, no intuito de promover políticas públicas que atendam as condições mínimas para seu funcionamento e manutenção. Infere-se que no contexto local não há na legislação municipal, marcos regulatórios voltados especificamente para a feira livre. Seu funcionamento, está atrelado as normas dos Códigos de Postura e Sanitário.

A feira livre capim-grossense assim como diversas feiras brasileiras apresenta problemas estruturais que necessitam de intervenção do poder público. Assim sendo, quando perguntados, qual a avaliação fariam referente aos problemas estruturais que mais afligem no espaço da feira de Capim Grosso (Tabela 4), 84% dos feirantes respondentes concordaram completamente ou parcial sobre a existência dos problemas que afetam diretamente a feira.

Os mais intensos foram a infraestrutura inadequada (29%), limpeza e insegurança (25%) e falta de organização (21%) como as questões mais difíceis de serem enfrentadas e resolvidas.

---

<sup>54</sup> No caso em estudo, a feira é autorizada pelo gestão municipal e exige o pagamento de taxas financeiras por uso e ocupação do solo urbano.

<b>Tabela 4 - Avaliação dos problemas estruturais existentes na feira livre, Capim Grosso, 2022</b>				
<b>Problemas</b>	<b>Falta de Organização</b>	<b>Limpeza</b>	<b>Infraestrutura</b>	<b>Insegurança</b>
Discordo Completamente	04	01	01	01
Discordo Parcialmente	01	02	-	03
Indiferente	07	02	02	07
Concordo Parcialmente	26	25	19	20
Concordo Completamente	38	46	54	45
<b>TOTAL</b>	<b>76</b>	<b>76</b>	<b>76</b>	<b>76</b>

**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

As condições físicas do piso da praça e vias no entorno (Foto 23) em que acontece a feira livre, são pavimentadas com tipo paralelepípedo, apresentam fendas, declives e desníveis com alto risco de acidentes, principalmente para idosos e indivíduos com deficiência física.

**Foto 23:** Pavimentação em paralelepípedo na praça José Prado Alves, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis

**Fonte:** Pesquisa de Campo

Nesse interim, questionados aos usuários sobre os problemas estruturais que permeiam o espaço da feira livre de Capim Grosso (Tabela 5), 100% dos respondentes entrevistados afirmaram concordar completamente ou parcial da existência dos problemas, os quais



prejudicam o desenvolvimento da feira. Os mais intensos foram a pavimentação inadequada (91,6%), infraestrutura (89,5%) e limpeza (83,3%) como as questões mais difíceis de serem sanadas.

**Tabela 5 - Percepção dos usuários sobre os problemas existentes no espaço da feira livre, Capim Grosso, 2022**

Motivação	Frequência	Porcentagem
Limpeza	40	83,3
Infraestrutura	43	89,5
Insegurança	20	41,6
Pavimentação inadequada	44	91,6
Não tem problema	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>147</b>	

**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Elaboração:** Gredison de Novais Reis

No quesito infraestrutura física foram apontados tanto pelos feirantes quanto usuários, a deterioração principalmente dos mercados públicos usados na feira e as condições das barracas que estão danificadas ou sem condições de uso (Foto 24).

**FOTO 24:** Barraca armada para comercialização de produtos na feira, Capim Grosso, 2022



**Foto:** Gredison de Novais Reis

**Fonte:** Pesquisa de Campo

Na praça onde ocorre a feira, as barracas concentradas no espaço do feirante e entre os mercados públicos, por questões de insegurança do local, no final do expediente, são envolvidas diariamente com lonas e amarradas com cordas, na tentativa de proteger seus pertences.

Outro quesito observado, refere-se a ausência de vagas de estacionamento nas proximidades dos mercados públicos disponíveis para os veículos dos feirantes, em especial, no dia da segunda-feira, uma vez que algumas vias de acesso são interditadas com sinalizadores e presença da guarda municipal.

Em relação ao aspecto ambiental, relacionam a ausência de árvores, pouca preocupação com o reaproveitamento dos resíduos sólidos, ausência de coleta seletiva, entre outros. Nesse sentido, é sabido que a atividade da feira é geradora de resíduos sólidos, o que exige dos órgãos públicos o gerenciamento desses materiais, pois minimiza os problemas ambientais e, conseqüentemente, melhoram a qualidade de vida da população e promove o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a feira livre deve estar voltada para atender a agenda 2030, no que se refere à redução do impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à gestão de resíduos municipais como aponta, Azevedo (2017).

Quanto aos itens higiene e limpeza apontados pelos entrevistados, os aspectos mais intensos e que precisam de resolução urgente, foram as condições sanitárias dos banheiros (87,5%); limpeza do espaço da feira (83,3%), e insegurança<sup>55</sup> (41,6%). A presença desses problemas nos leva a questionar sobre a ausência de ações públicas voltadas para tais segmentos por parte da gestão municipal, no intuito de tornar o espaço da feira livre mais atraente, sustentável e seguro.

A situação em que se encontra a atual feira livre municipal é reforçada através do relato de um feirante:

O calçamento é ruim para quem tem mobilidade reduzida, deveria ser antiderrapante e atender a acessibilidade. Sou portador de necessidade especial. Venho para a feira vender produtos orgânicos da propriedade familiar para complementar a renda, todo domingo e segunda-feira. No espaço da feira, deveria ter mais fiscalização, falta estacionamento exclusivo para os feirantes. Nos mercado de carnes e de peixes e ovíparos temos o perigo da energia, pois os fios ficam à vista. Precisa ter mais segurança e guardas municipais neste espaço, porque trabalhamos com armas brancas para cortar as carnes. Então a prevenção é a melhor solução.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> Nota-se que observou-se a presença da guarda municipal em pontos estratégicos de acesso a feira, nos dias de segunda-feira, no período matutino para organizar o trânsito. Nos demais dias, encontrou-se esses, circulando pelo vias próximas à feira.

<sup>56</sup> Entrevistado 27. Questionário aplicado em 11 de julho de 2022. Entrevistador: Gredison de Novais Reis. Perfil do entrevistado em Apêndice F.

No depoimento do entrevistado, pode-se observar deficiência ou ausência de políticas públicas de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, como, por exemplo, instalação de sanitários adaptados nos equipamentos públicos, além de ausência de reparos e manutenção preventiva. Enfatiza-se que a feira livre local ainda não cumpre legalmente a legislação acerca dos direitos dessa população, apesar de existir algumas rampas de acesso no espaço.

Inferese também que a organização atual da feira livre de Capim Grosso necessita de ações efetivas voltadas para melhorar a gestão administrativa e manutenção desse espaço socioeconômico. Essa necessidade é apontada por uma feirante entrevistada “a feira precisa ser mais organizada, ter mais áreas com cobertura, melhorar as condições físicas dos mercados públicos e das barracas, aumentar a altura e o espaço entre elas.”<sup>57</sup>

Para a respondente, no início, a feira só atendia os moradores locais, atualmente, a feira está maior e atende Capim Grosso e toda região. Deveria ter mais guardas municipais ou policiais, pois é um espaço que precisa ter mais segurança. Além de mais sinalização e fiscalização durante a feira.

O espaço da feira de Capim Grosso, conforme percepção do usuário já apresentou mudanças significativas em diversos aspectos “na infraestrutura por exemplo como a cobertura metálica do espaço do feirante e barracas de ferro, porém, há sempre a melhorar, como o piso da praça e das ruas onde ocorre a feira, que deveria ser melhor ou trocar por piso antiderrapante e ecológico”.<sup>58</sup>

No que se refere a melhoria das feiras, percebe-se um foco na infraestrutura física do espaço onde ocorre a feira, pois os relatos dos usuários apontam a fragilidade e o imprevisto das barracas, precariedade de alguns equipamentos e sanitários públicos, calçamento das vias, ausência de segurança, coletores de lixo e acesso à água. Ressalta-se que, os problemas evidenciados durante a pesquisa são de responsabilidade do Poder Público e não dos feirantes e usuários. E que esses não podem ser elementos para expulsão ou extinção das feiras livres do espaço urbano pelas autoridades competentes.

Nessa perspectiva, questionado sobre quais problemas a gestão municipal tem enfrentando no espaço onde é realizada a feira livre da cidade, o respondente relacionou: a

---

<sup>57</sup> Entrevistada 32. Questionário aplicado em 20 de junho de 2022. Entrevistador: Gredison de Novais Reis. Perfil do entrevistado em Apêndice F.

<sup>58</sup> Entrevistado 09. Questionário aplicado em 20 de junho de 2022. Entrevistador: Gredison de Novais Reis. Perfil do entrevistado em Apêndice G.

infraestrutura física do espaço da feira livre; os mercados públicos, principalmente, de cereais e de carnes que precisam de reformas estruturais; as condições precárias de grande parte das barracas; a quantidade de fiscais e sanitários públicos que são insuficientes; o trânsito de veículos durante a feira, além de diversos bares e estabelecimentos de bebidas que são comercializadas no espaço da feira, que, gera aglomerado de pessoas, de maneira simultânea, o que contribui para aumentar os problemas de gerenciamento e conseqüentemente dificuldades no quesito organização.

Por mais que o poder público faça sua parte, proporcionando condições sanitárias, estruturantes, dentre outras, a população de um certo modo, evidentemente que uma pequena parte dela, contribui para aumentar os problemas que envolve a questão do trânsito, montagem de barracas de maneira desordenadas entre outras situações. Por ser uma feira grandiosa, os fiscais que são insuficientes, não tem condições de poder fiscalizar tudo, logo, os transtornos eles parecem de maneira natural.<sup>59</sup>

Diante da realidade relatada, faz-se necessário a gestão pública municipal adotar um planejamento capaz de identificar os problemas existentes no local em que ocorre a feira livre, traçar metas e medidas de intervenção para a partir daí solucioná-los, com maior eficácia, pois há sempre a necessidade de se pensar em políticas públicas voltadas para o planejamento urbano, uma vez que a cidade cresce, conseqüentemente, aumentam os problemas estruturais.

Nessa análise, ao questionar sobre uma possível mudança ou reorganização do espaço da feira atual, 95% dos feirantes respondentes discordaram totalmente de mudar a feira para outro espaço. Porém, consideram necessário e urgente uma reorganização do espaço, que irá trazer melhorias tanto para os feirantes quanto os consumidores. Enfatiza-se que, na visão desses sujeitos, o reordenamento seria a mudança da feira do local citadino, os quais são contrários a essa percepção. Uma feirante entrevistada relata que:

A feira local é tradição, é bem central, ponto de referência com grande movimentação de pessoas de vários lugares. É ela que traz movimento para os mercados e para as lojinhas. Por isso, não se deve mudar de local, pois perderia a essência que é nesse espaço integrante da cidade. Antes de qualquer atitude, deve-se haver diálogos com os feirantes.<sup>60</sup>

Frente ao exposto, mudar a feira livre de Capim Grosso do seu atual local de funcionamento, poderá trazer sérios problemas para a gestão pública, comerciantes e feirantes.

---

<sup>59</sup> Entrevistado 01. Entrevista realizada em 22 de dezembro de 2022. Entrevistador: Gredison de Novais Reis. Perfil do entrevistado em Apêndice H.

<sup>60</sup> Entrevistada 72. Questionário aplicado em 26 de julho de 2022. Entrevistador: Gredison de Novais Reis. Perfil do entrevistado em Apêndice F.

Dessa forma, cabe a gestão pública municipal adotar mecanismos de organização e de gestão da feira, sem perder a essência e suas características. Contudo, antes de qualquer mudança a ser planejada e executada, precisa dialogar com os sujeitos interessados na busca de melhores soluções. Entretanto, o que se percebeu na esfera local foi um distanciamento entre gestão municipal e os feirantes na resolução dos problemas enfrentados na feira capim-grossense.

Portanto, apesar das fragilidades estruturais, a feira local cumpre seu papel tanto econômico, através da efetivação dos acordos comerciais quanto sociocultural pois, a grande quantidade de produtos expostos, a presença de elementos regionais e o burburinho das pessoas no espaço citadino indica, uma feira cujas práticas eram mais espontâneas, sem a necessidade de ordenamento ou demarcação de espaços, à maneira que vemos atualmente.

#### 4.3.1 PARTICIPAÇÃO SOCIAL: QUE FEIRA QUEREMOS?

Entende-se que é de suma importância a participação da sociedade nos espaços de debate e na construção de políticas públicas a partir de diferentes saberes construídos pela prática social e pela subjetividade. É, exatamente essas características que se encontram suas principais contribuições e possibilidades para a construção de formas políticas mais harmônicas com as prioridades sociais. Todavia, para a efetivação da participação popular é necessária a consolidação de um movimento horizontal de diálogo entre o poder público e essas diferentes formas de conhecimento.

Assim sendo, a institucionalização de políticas participativas permitiu a formação de instituições com diferentes desenhos a partir da participação social, um instrumento poderoso para o controle social e para a governança nas políticas públicas. A população que participa do processo de formulação de uma demanda aproxima-se das discussões referentes à complexidade do que é discutido e ainda passa a reconhecer as variáveis e os esforços que foram necessários para a efetivação de uma política e para a tomada de uma decisão.

Como pontua Silva (2018) a participação popular nos processos de decisão apresenta uma direta associação com possibilidade de crescimento das comunidades e das pessoas. Através desse processo de formação pode-se permitir formas diferentes de articulação e de construção de autonomia para os indivíduos e mesmo para as instituições. Sendo assim, a participação popular, enquanto política pública, é a perspectiva de valorização das práticas cotidianas e dos conhecimentos dos grupos e dos indivíduos envolvidos em determinadas temáticas, projetos e intervenções. Envolvidas em seus lugares cotidianos e conhecedoras pela

experiência diária das práticas sociais, as pessoas e grupos de cada local possuem um potencial significativo de contribuição para o conhecimento da realidade de cada contexto social, principalmente dos grupos que não são normalmente ouvidos.

Justifica-se a participação social pelo entendimento de uma diversidade de conhecimentos igualmente importantes para a consolidação de políticas e de projetos públicos. Contudo, um dos principais riscos da participação ampliada nos processos de decisão é o não reconhecimento das diferenças e da legitimidade dos variados discursos. A construção de espaços de autonomia coletiva pressupõe também o desenvolvimento de sujeitos que, autônomos, defendem – no e através do grupo – seu ponto de vista, consciente de seus direitos e de suas responsabilidades para com a sociedade.

No entanto, para que haja melhores condições dos espaços urbanos a partir do planejamento territorial, faz-se necessário instigar a ocupação e participação popular nos debates e na tomada de decisão, no intuito de promover uma cidade mais eficiente e inclusiva para todos como aponta Lemos (2019) e Silva (2018). Ressalta-se que a participação social não é uma bondade, mas sim uma exigência legal na construção e efetivação das políticas públicas.

Entende-se que os diferentes significados a gestão atribuídos à participação social condicionam variadas perspectivas e possibilidades para o planejamento, a partir do engajamento da comunidade. Para isso, é preciso criar meios de participação dos sujeitos como escuta, debates, fóruns, comitês, associações, conselhos municipais, dentre outros. Entretanto, a gestão democrática necessita de instrumentos participativos, inclusive de planejamento, uma relação direta, pois é incoerente que a gestão se coloque enquanto participativa, ao mesmo tempo em que as instâncias e instrumentos de planejamento são decididos de forma centralizada.

Nessa abordagem, questionados se os feirantes já participaram ou participam de reuniões sobre a feira livre de Capim Grosso, a maioria, 70% dos feirantes respondentes, afirmaram nunca ter participado de encontros para discutir a feira. Todavia, 30% dos entrevistados apontaram que já participou porém, muitos deles só observaram e ouviram. Alguns respondentes que participaram das reuniões expuseram várias sugestões, dentre elas melhorar a infraestrutura do espaço, das barracas e as condições de trabalho, tornar o lugar mais seguro, disponibilizar mais zeladores para cuidar da limpeza, aumentar a quantidade de sanitários públicos que são insuficientes, construir cobertura para os demais feirantes entre os mercados, promover medidas para atender os deficientes físicos, entre outros.

Em entrevista, uma feirante relata que “raramente tem reunião da gestão municipal com os feirantes, e quando tem, a maioria só ouve e observa”.<sup>61</sup> Já outra feirante pontua que:

A gestão é boa para ouvir, porém demora muito para solucionar os problemas, já participei de algumas reuniões e sugeri melhorias no espaço, na segurança, uma vez que, todos os dias temos que cobrir com lona as mercadorias e amarrar com cordas para proteger, entretanto, as soluções demoram muito. Alguns produtos, temos que levar para casa, conservar na geladeira e trazer no outro dia, porque aqui não é seguro deixar um *freezer*. Nesta perspectiva, a feira livre local apresenta-se carente de políticas pública para suprir suas necessidades em relação à estrutura e segurança.<sup>62</sup>

Sendo assim, tanto os feirantes quanto usuários/consumidores da feira livre de Capim Grosso anseiam por uma feira que seja segura, inclusiva, dinâmica, atrativa, sustentável e resiliente, que seja capaz de mantê-la competitiva diante de um mercado formal que oferece uma infinidade de benefícios a sua clientela.

Nessa perspectiva, perguntado como se dá a participação dos feirantes nos temas relacionados a feira livre, a gestão<sup>63</sup> pontua que a atuação popular é a parte fundamental no processo de elaboração das políticas públicas, pois a participação dos feirantes nos debates torna-se elemento importante, para que eles percebam também, da necessidade de mudanças de hábitos, buscar melhorias para seu comércio e contribuir na construção das ações a serem efetivadas no espaço da feira livre. Entretanto, o que se percebeu na pesquisa de campo, é a centralização do poder público na tomada de decisão das ações direcionadas à feira, desconsiderando a participação ativa da sociedade civil, como aponta Villaça (2005), tão importante no processo de construção e fomento das políticas públicas.

Diante da realidade apresentada, encaminha-se ao poder público municipal, a partir da legislação vigente e reivindicações dos feirantes e usuários, algumas proposições em um documento denominado plano de ação para feiras livres (Apêndice A) que, se colocadas em práticas, dentro das possibilidades dos recursos financeiros do município, podem promover melhorias no espaço da feira livre, beneficiar as atividades desenvolvidas nesse local, contribuir com produtores rurais, melhorar o ambiente para os usuários/consumidores, feirantes e todos aqueles cuja sobrevivência depende do desenvolvimento da feira livre, bem como promover a valorização, permanência e divulgação dos elementos socioculturais que permeiam esse evento.

---

<sup>61</sup> Entrevistada 52. Questionário aplicado em 18 de julho de 2022. Entrevistador: Gredison de Novais Reis. Perfil do entrevistado em Apêndice F.

<sup>62</sup> Entrevistada 45. Questionário aplicado em 11 de julho de 2022. Entrevistador: Gredison de Novais Reis. Perfil do entrevistado em Apêndice F.

<sup>63</sup> Entrevistado 01. Entrevista realizada em 22 de dezembro de 2022. Entrevistador: Gredison de Novais Reis. Perfil do entrevistado em Apêndice H.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa consistiu em compreender as ações do poder público com vistas a política urbana de gerenciamento, reordenamento e manutenção da feira livre de Capim Grosso, quanto ao espaço econômico e sociocultural para diminuir a fragilidade ou mesmo a vulnerabilidade. Desta forma, os achados do estudo apontaram que as ações da gestão pública municipal têm se concentrado na resolução pontual dos problemas relacionados a feira, na medida em que ocorrem, por exemplo, reparos estruturais na pavimentação, limpeza e coleta do lixo. Os resultados também demonstraram não existir legislação específica direcionada a feira, o que indica essa ainda não ser pauta prioritária na política urbana, para garantir a manutenção e permanência da feira no espaço público.

No entanto, os resultados da pesquisa indicaram que a feira livre de Capim Grosso é um elemento importante que se insere e contribui com a dinâmica urbana da cidade, interage com os outros espaços urbanos, a partir de diversos ramos comerciais existentes em sua proximidade, o que atrai a circulação dos fluxos, reafirma a formação de centralidade e impulsiona a economia local e regional.

O estudo revela que a feira de Capim Grosso é de grande relevância para a população, frequentada por pessoas de diferentes localidades e de poder aquisitivo, oferece grande parte dos alimentos necessários à sobrevivência, com preços abaixo dos encontrados nos supermercados, além de garantir ainda, o sustento de famílias que dependem dela para sobreviver. Destaca-se que feira é marcada pela comercialização de alimentos agrícolas, produtos regionais, comércio de artigos diversos e objetos que ressaltam e fortalecem os vínculos socioculturais.

Assim, os achados da pesquisa demonstraram que a feira livre local, ainda não perdeu a característica da típica agitação que os feirantes fazem para atrair compradores, usando do colorido das barracas sortidas ou da sonoridade dos dizeres dos pregões. Essa característica, reforça essa asserção, contudo, chegamos à conclusão de que a metamorfose das feiras livres nordestinas não pode ser entendida apenas na esfera da comercialização.

Através das entrevistas com feirantes e usuários, a pesquisa indicou que o universo da feira não se limita à execução de transações comerciais nela, as tradições locais são reproduzidas e valorizadas por meio de manifestações culturais presentes no espaço investigado. Além da importância econômica, a feira de Capim Grosso possui acentuado valor histórico-cultural, tanto para a população do município, quanto aqueles que a frequentam



oriundos de várias localidades, pois se apresenta também como um importante lugar de práticas sociais, ou seja, um espaço de resistência, de identidade, que consegue se manter no espaço urbano, apesar de suas fragilidades.

Nessa análise, os resultados demonstraram que a feira local se insere em um espaço geográfico que atende a sua instalação e funcionamento, uma vez que dispõe de equipamentos públicos que contribuem para a manutenção desse evento semanal porém, apresenta problemas estruturais que necessitam de intervenção por parte da gestão pública, como a estrutura física de alguns mercados públicos e a pavimentação da praça e logradouros onde acontece a feira.

Outros problemas evidenciados no estudo destacam-se, ausência de calçadas ecológicas e arborização, precária sinalização informativa, quantidade insuficiente de sanitários públicos e de coletores de lixo, que têm dificultado o reaproveitamento dos resíduos sólidos após a feira. Ressalta-se que o ponto crítico do comércio da feira livre de Capim Grosso está relacionado a problemas higiênicos, fato que demanda capacitação dos feirantes pela gestão pública local para manipulação e descarte dos produtos comercializados na feira. Todavia, esse argumento não deve ser motivo de extinção ou retirada da feira livre dos espaços públicos na cidade.

Frente a esse cenário, no que se refere à condução da política urbana, o estudo revelou que, apesar do município possuir o plano diretor desde o ano de 2017, um dos instrumentos de planejamento estabelecido pelo Estatuto da Cidade para planejar e reorganizar o espaço urbano, na esfera local, não se observou nesse marco regulatório elementos regimentais sobre o direcionamento e posição da feira livre no espaço público urbano.

Quanto à atuação do poder público municipal na promoção do planejamento, gestão e participação social da feira livre, verificou através das análises, que os órgãos responsáveis pela gestão e organização dessa atividade ainda centralizam as tomadas de decisões acerca da elaboração e execução das ações no espaço da feira, sem a participação efetiva dos sujeitos, apesar de considerar importante o envolvimento da sociedade civil no processo de construção das políticas públicas. Entretanto, a entrevista com o poder público revelou que a gestão municipal, planeja futuramente a requalificação da feira, pelo tamanho e importância para Capim Grosso, e que já se discute entre os órgãos competentes, sem a participação dos sujeitos interessados até esse estudo, a abertura de um novo espaço para a feira livre, porém, tem analisado os prejuízos econômicos e sociais dessa possível mudança.

Diante do exposto, através da pesquisa documental constatou na legislação municipal, por meio do Código de Postura de Capim Grosso, artigos voltados para o funcionamento e reordenamento da feira livre. Entretanto, a efetivação desse marco regulatório no espaço da feira, poderá trazer prejuízos e enfraquecimento desse evento semanal, uma vez que a feira é livre.

Sendo assim, a partir das entrevistas com feirantes e usuários, sugerimos ao Poder Público municipal, inserção na legislação, regulamentações que direcionem melhorias estruturais e organizacionais no que se refere ao espaço urbano onde é realizada a feira livre, para que essa, seja mais atraente, dinâmica, sustentável e segura para todos que a frequenta.

Nesse processo, a participação da sociedade na elaboração e tomadas de decisão se torna elemento essencial. No entanto, os achados da pesquisa, demonstraram que os feirantes não têm espaço de participação nas discussões e projetos referentes à feira livre de Capim Grosso, uma vez que o planejamento dos projetos e ações direcionados a feira são decididos ainda de forma centralizada pela gestão. Dessa forma, compreende-se que é de responsabilidade do poder público municipal promover audiências e debates com a participação ativa da sociedade civil para garantir as prioridades da feira livre no espaço urbano, ações condizentes com a realidade local.

No que se refere ao perfil sociodemográfico dos feirantes, a pesquisa constatou que uma parte dos trabalhadores são cadastrados como ambulantes no setor de tributos da Prefeitura, contudo, uma parcela considerável desses profissionais exerce suas funções de forma esporádica na feira. São feirantes oriundos tanto da zona rural e urbana de Capim Grosso, quanto de outros municípios circunvizinhos. Do universo pesquisado, os resultados apontaram ser trabalhadores na faixa etária acima dos 26 anos de idade, recebem até um salário mínimo, maioria feminina e com níveis de escolaridade que vai do ensino básico ao superior.

Frente a esse contexto, quanto a contribuição das políticas públicas para a melhorias ao setor considerado informal, os dados obtidos indicaram um alto índice de feirantes que não possui nenhuma garantia acerca dos direitos trabalhistas. Para tanto, considerada a importância das políticas públicas na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, faz-se necessário a elaboração de medidas de incentivo e intervenção por parte do poder público local na promoção e efetivação de instrumentos normativos voltados para a formalização desses trabalhadores, para a garantia do direito à aposentadoria e benefícios sociais, conforme preconiza a legislação brasileira.

Apesar das adversidades que permeiam o campo investigado, os feirantes, por meio dos questionamentos quando das entrevistas, apontaram fragilidade no gerenciamento e organização da feira, porém, em sua maioria, são contrários a uma possível mudança desse evento de seu local atual, pois acarretaria prejuízos aos trabalhadores, enfraquecimento da feira livre, do comércio e das receitas do município. Entretanto, consideram necessária e urgente uma organização do espaço atual, através do reordenamento da feira, para beneficiar tanto para os trabalhadores, quanto aos consumidores.

Diante das análises e das hipóteses traçadas na pesquisa, a primeira confirma que o planejamento territorial, apesar de contraditório e impor limites, é importante um eixo norteador para a tomada de decisões em nível de gestão e na análise sistemática dos problemas enfrentados, porque propicia previamente o reconhecimento desses, direciona a tomada de decisão e possibilita as intervenções a ser executadas nos espaços públicos.

Em relação a segunda hipótese do estudo, não foi confirmado na sua totalidade, isso porque, a ficou constatado que apesar de uma pequena parcela dos feirantes participarem de reuniões esporádicas, ainda não há efetiva participação dos sujeitos envolvidos no processo de elaboração dos projetos e ações direcionados a gestão e funcionamento da feira livre, que tem ocorrido sem escuta e debates para discutir os problemas vivenciados pela comunidade, apesar de existir mecanismos que garanta essa participação da sociedade. Nesse sentido, é válido registrar que uma gestão pública participativa deve ser um mecanismo obrigatório a ser adotado pelos gestores públicos.

No processo investigativo do presente estudo de caso, a pesquisa apontou similaridade com outros trabalhos já produzidos por autores como Carybé (2014), que discutiu a dinâmica, variedade dos produtos oferecidos e a precariedade da prestação dos serviços na feira livre de São Joaquim na capital baiana, aspectos presentes nos achados deste estudo. Já a pesquisa realizada por Araújo (2020) revela diferenciação em relação a estrutura e setorização de acordo os produtos comercializados na feira de Caruaru, organização essa que não se verificou na feira livre de Capim Grosso.

Ressalta-se que a fundamentação teórica, referente os estudos sobre a feira livre, foi de grande importância para entender as relações econômicas, políticas, sociais e culturais preexistentes nesses espaços, bem como, os resultados obtidos contribuíram para o desenvolvimento da etapa empírica desta pesquisa.

Por isso, acreditamos que, com a leitura sobre a temática das feiras livres, conseguimos apontar elementos sobre o que elas representam para as cidades e a população. Ao mesmo tempo que, a partir dos elementos analisados, ampliamos os debates que fundamentam esse objeto geográfico.

Todavia, como a feira livre é montada e desmontada, ela também se transforma nesse processo, agregando mais elementos da dinâmica econômica, social e cultural, assim, o que realizamos foi a apreensão de um dado momento. Esta pesquisa buscou apresentar elementos que comprovam a importância da feira livre, que ultrapassa o viés econômico. Se observada sob outros aspectos, a feira livre revela-se um espaço de grande complexidade e fomentador de desenvolvimento local, principalmente na região do Nordeste brasileiro, função constatada na feira livre de Capim Grosso.

Nesse sentido, como contribuição e devolutiva, a pesquisa culmina com a concepção de produtos que têm o intuito de contribuir com a gestão pública municipal na condução da política urbana, através do plano de ação para a feira livre de Capim Grosso, respaldado na legislação pertinente e reivindicações dos feirantes e usuários, no âmbito da Gestão; Infraestrutura física; Social; Educação ambiental e Cultural, e um encarte de valorização identitária e cultural da feira livre, para divulgação desse evento econômico e sociocultural. As ações educativas podem ser implantadas através de cursos, oficinas, palestras e veiculação de cartilhas e distribuição de panfletos.

Enfatiza-se que as novas exigências do consumo moderno, a simplicidade e a precariedade das feiras livres podem ameaçar a sua sobrevivência. Comparando a modernidade dos grandes varejistas com as condições de trabalho das feiras, é inevitável percebê-la como modelo de comercialização ultrapassado e decadente. Nesse sentido, a feira livre deve ser protegida e resguardada como prática espacial de um povo. O assunto reclama uma discussão posterior sobre patrimonialização da feira como prática espacial, à medida que ela não pode ser sufocada e marginalizada.

Este trabalho não se encerra aqui, novas frentes e possibilidades de pesquisa poderão vir a surgir, ao mesmo tempo, que nos instigam a novos questionamentos como uma constante de produção do conhecimento. Portanto, recomenda-se novas produções referentes a feira livre voltadas para área tecnológica, patrimonial e de educação ambiental, como reaproveitamento dos resíduos sólidos da feira livre.

## 6. REFERÊNCIAS

ABDALA, M. C.; GONÇALVES, A. O. Na banca do 'seu' Pedro é tudo mais gostoso: Pessoalidade e sociabilidade na feira-livre. **Ponto Urbe (USP)**, 2013.

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALENCAR, A. M. de. A intervenção econômica do estado e o plano diretor dos municípios. 2 ed. **Revista de Estudos sobre área de Direito**. UniAnchieta, Jundiá- SP, 2010. p. 1-17.

ALMEIDA, S. P. N. de C. e. **Fazendo a feira: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG**. 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros - MG, 2009.

AMERICO, J.; REGO, H. A; ARRUDA, P.; CLEPS, G, D, G. Feiras livres na cidade de Uberlândia (MG): caracterização de um espaço diversificado de consumo. **Anais [...] do II SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2021.

ANDRADE, M. C. de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7 ed. **Revista aumentada**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina**. 3 ed. [S.l.]: São Paulo: Atlas, 1997.

ANDRADE, M. O. de. A feira de Campina Grande: tradição e identidade. **Revista Ciências da Sociedade**, Universidade Federal do Oeste do Paraná, vol. 4. n. 8, p. 1-19, 2020.

ARANTES, A. A. Introdução – Cultura e Cidadania. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, IPHAN, v. 24, 1996, 297 p.

ARANTES, O. B. F. Cultura da cidade, animação sem frase. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 24, p. 229-241, 1996.

ARAÚJO, A. O. **Redes e centralidade em Feira de Santana (BA): o Centro de Abastecimento e o comércio de feijão**. 2005. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

ARAÚJO, G. de A. F. **Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização: Um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007)**. 2011. 215 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2011.

ARRUDA, A. G. F. Planejamento territorial e ordenamento territorial: uma busca da compreensão usual e epistemológica na gestão do território. **Akrópolis**, Umuarama, v. 21, n. 2, p. 125 132, 2013.

AZEVEDO, F. F.; QUEIROZ, T. A. N. As feiras livres e suas (contra)racionalidades: periodização e tendências a partir de Natal-RN-Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, vol. XVIII, n. 1009, p. 1-18, 2013.

AZEVEDO T. C. **Tributação municipal como incentivo ao desenvolvimento sustentável nas cidades: o caso do “IPTU VERDE” de Salvador**. 2017. 299 f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2017.

AZEVEDO, T de. **O cotidiano e seus ritos: praia, namoro e ciclos da vida**. Recife: Massangana, 2004.

BAHIA. **Lei Estadual nº 4437/1985**, de 9 de maio de 1985. Assembleia Legislativa da Bahia. Disponível em: <https://www.ba.leg.br/lei>. Acesso em: 25 de ab.2021.

BAHIA. **Lei Estadual nº 4437/1985**, de 9 de maio de 1985. Assembleia Legislativa da Bahia. Disponível em: <https://www.ba.leg.br/lei>. Acesso em: 25 de ab.2021.

BAHIA. **Portal G1**. (2008). Disponível em: [www.g1.ba.com.br](http://www.g1.ba.com.br). Acesso em: 22 de nov. 2022.

BAHIA. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - (SEI)**. Territórios de Identidades, 2017. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/territoriosdeidentidades>. Acesso em: 22 de jun.2021.

BAKHTIN, M. O vocabulário da praça pública na obra de Rabelais. *In: A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC. p.125-170. 1987.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1- 11, 2008.

BARBOSA, J. T. A feira de Caruaru e seu lugar na cidade: usos e apropriações da feira por moradores e comerciantes no cotidiano do bairro do Vassoural, Caruaru-PE. **Anais [...] do XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA**. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

BARROS, A. J. S; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BECKER, B. K. A geografia e o resgate da geopolítica. **Espaço Aberto**. v. 2, n. 1, p. 117-150, 2012.

BERNARDINO, V. M. P. **A mobilidade da força do consumo nas feiras de Maringá - PR (Brasil) e de Leiria (Portugal): a resistência do setor no contexto do capitalismo global**. 2015. 261 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Maringá, Maringá - PR, 2015.

BETTES, C. C. **Gestão urbana responsável: a colaboração legal**. 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.

BONETI, L.W. **Políticas pública por dentro**. 4 ed. Ijuí - RS: Editora Unijuí, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte** – (DENIT, 2018). Disponível: <https://www.gov.br/dnit/pt-br>. Acesso em 20 de jul. 2022.

BRASIL. Lei nº. 10.257/2001. **Estatuto da Cidade**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Seção 1, p. 1-5.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente, 2012**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 05 de nov. 2022.

BRASIL. **Ministério do Planejamento**. Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento. Volume I - Estratégia 2008-2027. Brasília (DF), 2008.

BRAUDEL, F. Feira de Capuame. *In: Civilização material, economia e capitalismo*. Séculos XV-XVIII. São Paulo, vol. 2, p. 1-5, 1998.

BROMLEY, R. J. Os mercados periódicos dos países em desenvolvimento: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, IBGE, v. 42, p. 46-57, 1980.

CAPIM GROSSO. **Barragem de Pedras Altas**. Disponível em: <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2017/09/capim-grosso-barragem-de-pedras-altas-e-afetada-por-estiagem-e-opera-com-reserva-tecnica/barragem-de-pedras-altas-em-capim-grosso-1/>. Acesso em: 08 de jun. 2022.

CAPIM GROSSO. **Capim Grosso um povo uma história: a origem e sua feira**. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ldQAUQrF\\_Ss](https://www.youtube.com/watch?v=ldQAUQrF_Ss). Acesso em: 05 de jun. 2022.

CAPIM GROSSO. **História da origem de Capim Grosso na Bahia**. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/videos/tv-caatinga/historia-da-origem-de-capim-grosso-na-bahia>. Acesso em: 21 de out. 2022.

CAPIM GROSSO. **Histórico do município de Capim Grosso**. Disponível em: <http://www.ibamendes.com/2014/08/capim-grosso-sua-historia-e-seu-povo.html>. Acesso em: 27 de jun. 2022.

CAPIM GROSSO. **Lei Municipal nº 387/17a**. Institui o código tributário e de rendas município de Capim Grosso. Disponível em: <https://www.capimgrosso.ba.leg.br/lei>. Acesso em: 28 de Set. 2022.

CAPIM GROSSO. **Lei Municipal nº 382/2017b**. Parcelamento e uso do solo do município de Capim Grosso-BA. Disponível em: <https://www.capimgrosso.ba.leg.br/lei>. Acesso em: 28 de jun. 2022.

CAPIM GROSSO. **Lei Municipal nº 381/17c**. Institui o código sanitário do município de Capim Grosso. Disponível em: <https://www.capimgrosso.ba.leg.br/lei>. Acesso em: 29 de set. 2022.

CAPIM GROSSO. **Lei Municipal nº 380/2017d**. Institui o plano diretor, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no município de Capim Grosso-BA. Disponível em: <https://www.capimgrosso.ba.leg.br/lei>. Acesso em: 27 de ab. 2022.

CAPIM GROSSO. **Lei Municipal nº 379/17e**. Institui o código de postura do município de Capim Grosso. Disponível em: <https://www.capimgrosso.ba.leg.br/lei>. Acesso em: 28 de Set. 2022.

CAPIM GROSSO. **Lei Municipal nº 152/2017f**. Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo. Disponível em: <https://www.capimgrosso.ba.leg.br/lei>. Acesso em: 26 de jul. 2022.

CAPIM GROSSO. **Perfil do município de Capim Grosso**. Disponível em: <https://meumunicipio.org.br/perfil-municipio/2906873-Capim-Grosso-BA>. Acesso em: 27 de ab. 2022.

CAPIM GROSSO. **Secretaria Municipal de Finanças de Capim Grosso, 2022**. Disponível em: <https://www.capimgrosso.ba.leg.br>. Acesso em: 28 de ab. 2022.

CAPIM GROSSO. **Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo de Capim Grosso, 2022**. Disponível em: <https://www.capimgrosso.ba.leg.br/lei>. Acesso em: 29 de ab. 2022.

CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CAPISTRANO, D. L.; GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Feiras livres do município de São Paulo sob o ponto de vista legislativo e sanitário. **Revista Higiene Alimentar**. São Paulo, v. 18, n. 116/117, 2004.

CARDOSO, C. A. de A.; MAIA, D. S. Das feiras às festas: as cidades médias do interior do Nordeste. SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, p. 1-35, 2007.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o estado**. Brasília: IPEA, 2000.

CARDOSO, M. F. T. C. Feira de Caruaru. In: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Tipos e aspectos do Brasil. 10 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

CARLOS, A. F. A. **O Lugar no Mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARYBÉ. **A feira de Água de Meninos**. Salvador: GBDG Editorial Ltda, 2014.

CASAGRANDE, A. E.; SOUZA, E. B. C. de. **Do planejamento ao ordenamento territorial: estudo da região costa oeste do Paraná**. Curitiba – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 67-85, 2013.

CASIMIRO, L. M. S. M. Uma análise sobre o capítulo da política urbana na constituição de 1988. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**. Belo Horizonte, ano 7, n. 41, p. 18-32, 2008.



CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação de professores e globalização:** questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

COELHO, J. D. **Feiras livres de Cascavel e de Ocara:** caracterização, análise da renda e das formas de governança dos feirantes. 2008. 252 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CORREIA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2011.

CLEPS, G. D. G. **Estratégias de reprodução do capital e as novas espacialidades urbanas:** o comércio de auto-serviço em Uberlândia (MG). Rio Claro: UNESP, 2005. 317 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005.

COSTA, A. A. **Sucessões e coexistência do espaço campinense na sua inserção meio técnico-científico-informacional:** a feira livre de Campina Grande na interface desse processo. 2003. 245 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

COSTA, M. da S. **Trabalho informal:** um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, Jan./Abr. 2010.

COSTA, M. R. da. A circularidade dos feirantes e suas mercadorias entre as feiras livres na região metropolitana de Fortaleza. **Anais [...] do XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA.** Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2021.

DALLABRIDA, V. R. **Planejamento e gestão territorial:** aportes teórico metodológicos como referenciais no processo de desenvolvimento de municípios, regiões ou território. 2 ed. Universidade do Contestado, Florianópolis, 2020.

DANTAS, G. P. G. **Feira de Macaíba:** um estudo das transformações na dinâmica socioespacial (1970/2006). 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

FERRÃO, J. Governança e Ordenamento do Território. Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. **Prospectiva e Planejamento**, São Paulo, n. 17, p. 129-139, 2011.

FERRARI JUNIOR, J. C. Limites e potencialidades do planejamento urbano: discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, p. 1-14, 2004.

FERREIRA, R. **Relatos de Campina.** Esperança/PB, p. 1-19, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLE. **Imagens.** Disponível em: [www.google.com.br](http://www.google.com.br). Acesso em: 24 de out. 2022.

GONÇALVES, L. A. **A metamorfose da feira nordestina: a inserção da confecção popular.** São Paulo: Blucher, p. 1-14, 2019.

GUIMARAES, C. **A feira livre na celebração da cultura popular.** Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura - Universidade de São Paulo. p. 1-20, 2010.

GUZMÁN, A. R. P. Propuesta de un modelo de inteligencia territorial. **J. Technol. Manag. Innov.** v. 8, Special Issue ALTEC, Santiago, p. 73-86, 2013.

HAESBAERT, R. **Por amor aos lugares.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

HALLEY, B. M. **Água Fria: tramas de enredos de um bairro na cidade do Recife.** Recife: Novas Edições Acadêmicas, 2015, 2008p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Cidades.** (2019/2010). Disponível em: [www.ibge.gov.br/cidades](http://www.ibge.gov.br/cidades). Acesso em: 22 de dez. 2021.

IBAMENDES. **História de Capim Grosso, 2014.** Disponível em: <http://www.ibamendes.com/>. Acesso em: 25 de out. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Feira de Campina Grande.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/1601/>. Acesso em: 26 de set. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Dossiê Feira de Caruaru: inventário nacional de referência cultural,** p. 1-3, 2006.

JESUS, C. R. de. A popularização do centro. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais: Belo Horizonte, Brasil. **Caderno de Geografia,** v.25, n.44, p. 1-18, 2015.

JESUS, G. M.; DOLZANI, M. C. S. Feira Livre: Territorialidade Popular e Cultura na Metrópole Contemporânea. **Ateliê Geográfico,** Revista Eletrônica. Goiânia-GO. v.2, n.2, p. 72-87, 2008.

JESUS, G. M. **O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: conflitos, mudanças e persistências.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** São Paulo: Atlas, 1992.

LEFBVRE, H. **Espaço e política.** Barcelona, Ediciones Peninsula, 1985.

LEMOS, R. S. Planejamento e gestão territorial: reflexões a partir da modernidade, da ciência e da participação social. **Caderno de Geografia,** v.29, n.58, p. 1-20, 2019.

LEVIN, J. **Estatística Aplicada a Ciências Humanas.** 2 ed. São Paulo: Editora Harbra Ltda, 1987.

LIMA, E. D. **A relação campo-cidade em Feira de Santana, Bahia: a feira livre e a produção do espaço.** UFS, 2013.

- LIMA, M. F. Cidadania patrimonial. **Revista Antropológicas**. v. 26, p. 134-155, 2015.
- LIMA, P. D. B. **Excelência em gestão pública**. Recife: Fórum Nacional de Qualidade, 2006.
- MAFRA, F.; SILVA, J. A. da. Planejamento e gestão do território. Porto: **Sociedade Portuguesa de Inovação - SPI**, 2004.
- MAIA, D. S. S. A feira de gado na cidade: encontros, conversas e negócios. **Revista Formação**. João Pessoa, v.1 n. 14. p. 12-30, 2005.
- MARUYAMA, U. G. R.; TRIGO, A. G. M.; TRIGO, J. A. Gestão pública sustentável: modelo de gestão na administração pública federal. **Revista Tecnologia & Cultura - Rio de Janeiro**, n. 30, ano 20, p. 35-43, 2017.
- MATOS, F. G de; CHIAVENATO, I. **Visão e ação estratégica**. São Paulo: Makron Books, 1999.
- MENEZES, E. J. C.; SANTOS, S. A. **As feiras livres em Fortaleza**: retrato da polissemia urbana, 2005. 130 f. Dissertação (Mestrado de Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.
- MENEZES, P. E. de. **O Crato de meu tempo**. 2 ed. Fortaleza: Edições UFC, 1985.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.); DESLANDES, S, F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis. RJ: Vozes, p, 1-31, 2001.
- MINNAERT, A. C. de S. T. **A feira livre sob um olhar etnográfico**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.
- MIRANDA, G. M. S. **A feira na cidade**: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB). 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- MOOT, L. R. de B. **A feira de Brejo Grande**: estudo de uma instituição econômica no município sergipano de Baixo São Francisco. 1975. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Social) - Universidade de Campinas, Campinas/SP, 1975.
- MOREIRA, V. D. Projeto memória da feira livre de Feira de Santana. Feira de Santana: **Sitientibus**, n. 14, p. 205-215, 1996.
- MOTA, L. H. S. *et al.* **Práticas extensionistas**: um relato experienciado na feira livre de Santo Antônio de Jesus - Bahia, 2012.
- NARDONE, J. P. Sustentabilidade e a gestão pública municipal. **Cadernos**, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 33-38, 2018.
- NENES, L. A. D. P. **A construção da esfera pública no planejamento urbano**: um percurso histórico, Santos, 1945-2000. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, A. de. **Capim Grosso em ritmo de poesia**. Jacobina: Rabisco, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDADE – (ONU). **Agenda 2030**. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 12 de nov. 2021.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões. PATARRA, N. (org.) **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**. Campinas/SP: UNICAMP, 1997.

PAZERA JUNIOR, E. **A Feira de Itabaiana-PB: permanência e mudança**. 2003. 201 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PEREGRINO, L. N.; BATISTA, M. R. R. A feira central de Campina Grande (PB) e o campo do patrimônio: disputas por espaço e legitimidade. **ICOMOS BRASIL: Simpósio Científico**, João Pessoa, p. 1-18, 2017.

PETERS, J. P. **Administração pública**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

PETRONE, P. Crato, “capital” da região do Cariri. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo. n. 20, p. 31-55, 1955.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Trad. Fanny Wrabel. 2 ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PONTES, B. M. S. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SORBARZO, O. (Org.) **Cidades médias: produção do espaço urbano regional**. São Paulo: Expressão Popular, p. 327-346, 2006.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas de Desenvolvimento Humano, 2016**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas>. Acesso em: 12 de nov. 2021.

PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL - (PNPI). **Patrimônio imaterial nacional, 2017**. Disponível em: <http://www.iphn.org>. Acesso em: 15 de nov. 2021.

RAU, V. **Sesmaria medievais portuguesas**, 1946. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências Históricas) - Faculdade da Universidade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1946.

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Editora Pine - Universidade de São Paulo, 2000.

RIBEIRO, E. M. *et al.* Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. **Agriculturas**, v. 2, n. 2, jun. p. 1-5, 2005.

SALGUEIRO, T. B.; CACHINHO, H. As relações cidade-comércio: dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. CARRERAS, C.; PACHECO, S. M. M. (Orgs.). **Cidade e Comércio: a rua comercial na perspectiva internacional**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, p. 9-39, 2009.

SANT'ANNA, M. V. **Entre o projeto urbano e o lugar: práticas, representações e usos do espaço público no processo contemporâneo de renovação do hipercentro de Belo Horizonte**. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, C. R. O Lugar da feira livre na produção do espaço da cidade contemporânea: mudanças e permanências. **X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia** - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

SANTOS, C. R. **Produção e repetição: uma reflexão a partir do espaço de comércio e consumo do shopping center popular do Feiraguay em Feira de Santana, BA**, 2013.

SANTOS, J. E *et al.* Feira Livre como lugar privilegiado para a (re)produção e (Re)invenção de Práticas Espaciais e Socioculturais Populares: a Feira Livre de Ceará Mirim (RN). **Revista Sociedade e Território**, Natal, v. 26, nº 1, p. 58 - 75, 2014.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS JUNIOR, O. A. dos.; MONTANDON, D. T. (org.). Planos diretores municipais pós Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: **Letra Capital: observatório das cidades**: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, M. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 4 ed. São Paulo: Livraria da Travessia, 2015.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial 1: 95-102, 2007.

SILVA, D. O. Caracterização e análise da feira livre de Cruz das Almas - BA Sob a ótica do planejamento e gestão municipal. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia. v. 15, n. 49. p. 1–13, 2014.

SILVA, D. O. **A feira livre de Cruz das Almas: dinâmica espacial, planejamento e gestão municipal**. 2018, 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Cruz das Almas, BA, 2018.

SILVA, I. T. da; SILVA, A. B. da. A feira livre na contemporaneidade: estudo de caso em uma pequena cidade paraibana. **Revista GeoSertões** - Universidade Federal de Campina Grande, PB, vol.1, n. 2, p. 1-15, 2016.

SILVA, J. A. da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

SILVA, J. B. da. **Os incomodados não se retiram**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SILVA JUNIOR, A. C; BAPTISTA, V. F. Mobilidade urbana, políticas públicas e o Plano Diretor do município de São Gonçalo. **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**. v. 4, n. 1, p. 1-17, 2018.

SILVA, K. C. da. **Dinâmicas regionais de cidades de porte médio: Um estudo de caso sobre a concentração de serviços de saúde em Caruaru-PE**. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, O. A. da. Envolvimento solidário, participação social e políticas públicas. **(Re) Pensando as políticas públicas: O Estado na interface entre participação e movimentos sociais**. Feira de Santana: GEOMOV/UEFS, 2021.

SILVA, O. A. da. **Políticas públicas e planejamento territorial**. Feira de Santana: Editora Zarte, 2018.

SILVA, S. P. **Avanços e limites na implementação de políticas públicas, uma abordagem territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

SILVA, S. T. da. **Políticas públicas e estratégias de sustentabilidade urbana**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVESTRE, L. H. A.; CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, E. M. Mercados locais e políticas públicas para a agricultura familiar: um estudo de caso no município de Minas Novas, MG. **Anais [...] do XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005.

SOUSA, L. G. de. Memórias de economia. **Ensaio: a realidade brasileira**. 2004. 223p.

SOUZA, C. R. de. As feiras livres como lugares de produção cotidiana de saberes do trabalho e educação popular nas cidades: alguns horizontes teóricos e analíticos no campo trabalho-educação. **Trabalho Necessário 2002**. Ano 13, n. 22, p. 1-19, 2015.

SOUZA, E. B. C. de. Políticas territoriais de desenvolvimento regional: o planejamento em foco nas margens do Lago de Itaipu – Costa Oeste do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: Iparde, n. 115, p. 125-147, 2008.

SOUZA, M. N. C. **A teia da Feira**: um estudo sobre a feira-livre de São Joaquim, Salvador, Bahia. 2010. 252 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

STÚDIO 7, Cinema e vídeo. **A origem do povoado Capim Grosso e sua feira**. 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ldQAUQrF\\_Ss&t=47s](https://www.youtube.com/watch?v=ldQAUQrF_Ss&t=47s). Acesso em: 29 de out. 2022.

TASCA, L; **Planejamento urbano e regional**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2011.

ULTRAMARI, C.; REZENDE, A. R. Mudanças e continuidades na gestão urbana brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 111, p. 19-28, 2006.

UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA (UPB). **Feira livre é uma tradição dos nossos municípios**. (2017). Disponível em: <http://www.upb.org.br/noticias/feira-livre-e-uma-tradicao-dos-nossos-unicípios>. Acesso em: 29 de jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF). **História da origem de Capim Grosso-Bahia**. (2021). Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/videos/tv-caatinga/historia-da-origem-de-capim-grosso-na-bahia>. Acesso em: 29 de out. 2022.

VEDANA, V. Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 41-68, 2013.

VIEIRA, M. S. de A. **Feira**: espaço de liberdade ou de ilusões. 1980. 107 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1980.

VIEIRA, R. **Dinâmicas da feira livre do município de Taperoá/PB**. Universidade Federal da Paraíba, 2004.

VILLAÇA, F. **As ilusões do plano diretor**. São Paulo: EDUSP, 2005.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. DÉAK, C.; SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, p. 169-243, 2004.

YAMAWAKI, Y. **Introdução à gestão do meio ambiente**. Curitiba: Editora IBPEX, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANON, E. R. **Planejamento territorial**: reflexões sobre uma cultura em construção no Brasil. Universidade Estadual de Londrina, PR, p. 1-17, 2019.

## 7. APÊNDICES

### Apêndice A: Produto nº 1 da pesquisa – Plano de Ação



Fonte: Arquivo pessoal do autor. Elaboração: REIS, G. de N. 2022.

**Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS**  
**Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR**  
**Mestrando: Gredison de Novais Reis**



## Apresentação

A feira livre do município de Capim Grosso-Bahia uma das maiores feiras presentes no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, tradicionalmente realizada às segundas-feiras, é caracterizada principalmente, pela diversidade de produtos à venda adquiridos em outras localidades e oriundos da agricultura familiar. Frente a esse contexto, este Plano de Ação apresenta objetivos, metas, ações, prazos e recursos financeiros visando melhorar as condições dos espaços onde acontecem as feiras livres, propor a valorização cultural e permanência das feiras livres nos espaços públicos, a partir do planejamento territorial para gerenciamento e reordenamento das feiras livres.

Assim, considerando a importância da participação social no processo de construção das políticas públicas, acredita-se que este Plano de Ação se mostra uma ferramenta necessária tanto para a gestão pública municipal, no intuito de minimizar ou corrigir os problemas que permeiam os espaços das feiras livres, quanto servirá a toda sociedade e, em especial aos feirantes e usuários. Por fim, este plano é fruto da pesquisa de mestrado, cujo recorte espacial, se deu na feira livre da cidade de Capim Grosso. A proposta é reforçada com base nas leis municipais, pesquisa com feirantes e usuários na feira livre nos meses de junho a agosto de 2022.

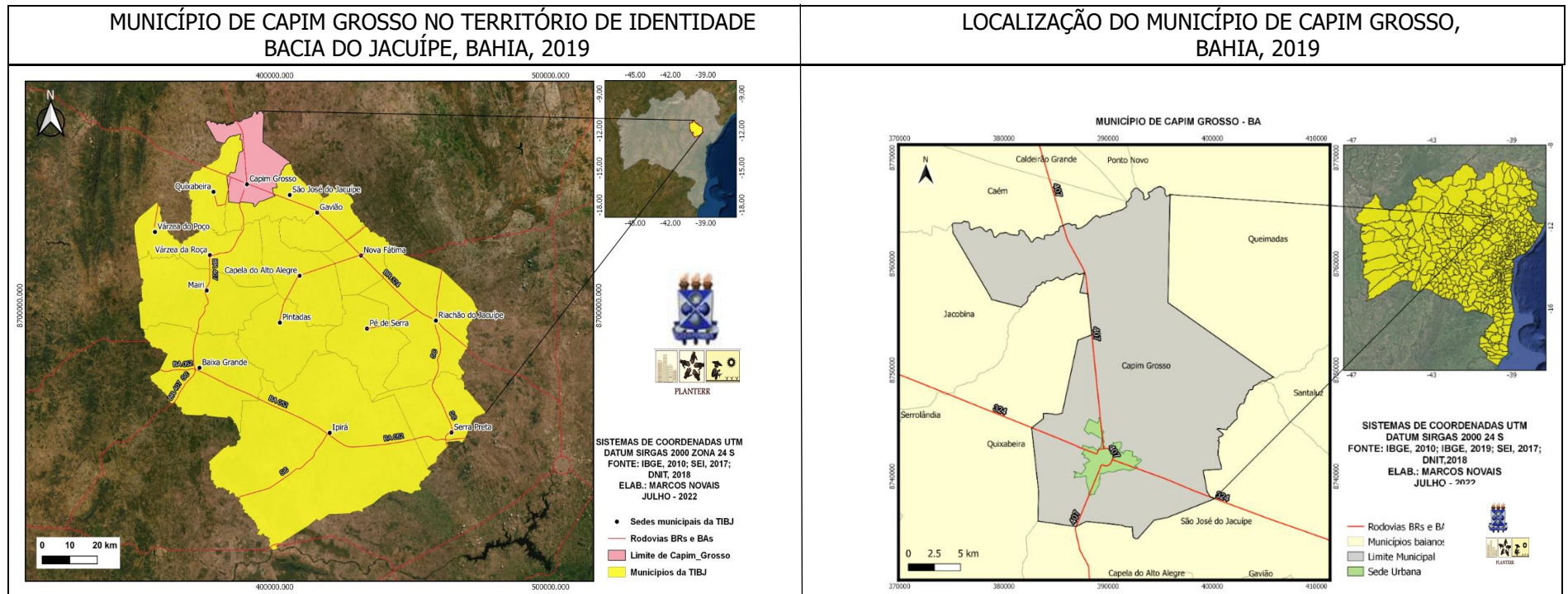
As proposições apresentadas neste plano poderá contribuir com ações efetivas e ser um norteador para o gestor municipal em qualquer município, na condução de uma política pública urbana para a gestão da Feira Livre.



Um **Plano de Ação** é um instrumento que dá prioridade às iniciativas mais importantes para cumprir determinados objetivos e metas. Constitui-se como uma espécie de guia que pode dar origem a um planejamento estratégico, ou basear-se neste, tanto para medidas de correção de problemas quanto para sua prevenção. Registros históricos, atas de reuniões, pesquisas e relatórios entre outros, constituem uma gama de fontes de informações relevantes, que podem ser utilizadas na elaboração de um plano consistente. O plano de ação são passos necessários para se mover na direção certa, devem ser tomadas e projetado em curto, médio e longo prazo.

## Capim Grosso - Bahia

É um dos municípios do estado da Bahia, pertencente a mesorregião Centro-Norte Baiano e localizado na microrregião de Jacobina, no semiárido, nordestino. No que tange a divisão identitária e sociocultural do estado, encontra-se no Território de Identidade da Bacia do Jacuípe. Compreende uma área territorial de 336 km<sup>2</sup>, distante 163 km de Feira de Santana e 277 km da capital Salvador, e possui uma população de 31.055 habitantes (IBGE, 2019).



### *Surgimento da Feira livre capim-grossense*

O fundador de Capim Grosso, Zózimo Amâncio “seu Capitão” na condição de agricultor e criador de gado, era frequentador das maiores feiras da região, existentes nos distritos de Caiçara, São José do Jacuípe e Gavião. Assim, o surgimento da feira livre de Capim Grosso associa-se aos anos de 1947, quando junto com os moradores sentiram-se a necessidade de criar uma feirinha e atender sua comodidade. Inicialmente, a feira era realizada aos domingos na praça Campos Sales, posteriormente mudou-se para a praça hoje Zózimo Amâncio na área central da cidade, onde se reuniam pessoas com mercadorias debaixo de uma cajazeira. A feira livre era o encontro popular de todo os moradores das fazendas e das cidades circunvizinhas. Um momento não só para negociar, mas para rever parentes e amigos.

Capim Grosso foi crescendo e atraindo pessoas de outras regiões que desejavam viver e trabalhar em um lugar onde houvessem melhores perspectivas de vida. A transferência oficial da feira livre de domingo para o dia de segunda-feira, em 1979 através de decreto municipal, deu uma nova dinâmica para o comércio, o que atraiu maior circulação de pessoas e veículos na localidade. Este dia, permaneceu oficialmente até os dias atuais. Após essa mudança, a feira livre passou a crescer intensamente e com o decorrer do tempo, passou a ser a maior e mais frequentada feira de toda a região, levando o surgimento de mais lojas e supermercados.

**Praça José Prado Alves, Capim Grosso – BA, 2019**

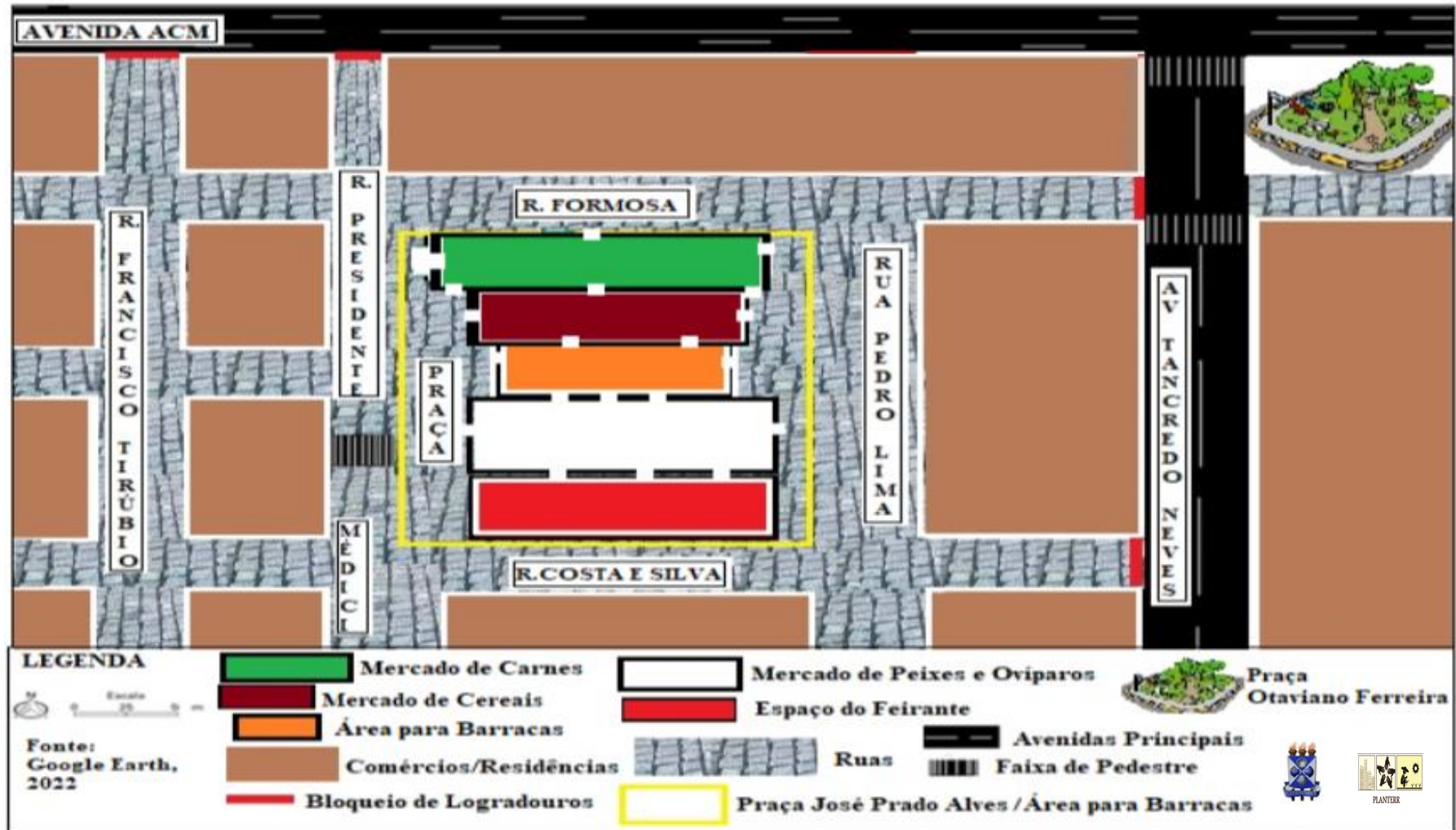


Fonte: Google, 2022



Segundo Vieira (2004), as feiras livres constituem-se em uma prática comercial muito antiga, que garante o suprimento de gêneros alimentícios das cidades nordestinas. Embora percebida como modelo comercial ultrapassado, que preserva características medievais, as feiras livres promovem o desenvolvimento econômico, social e cultural.

CROQUI DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA FEIRA LIVRE, CAPIM GROSSO – BA, 2022



Elaboração: Gredison de Novais Reis  
 Fonte: Google Eart

### Importante!

Este Plano de Ação baseia-se em 5 dimensões assim definidas:

1. A dimensão **Gestão** diz respeito aos aspectos gerais de organização e funcionamento das operações em dia dos espaços públicos (administração, gerenciamento, finanças, legal, registros, patrimônio físico etc.) e às questões de captação e aplicação dos recursos financeiros. É todo e qualquer processo que envolva a administração.

2. A dimensão **Infraestrutura Física** é o suporte físico-material das atividades humanas, envolvendo um conjunto de objetos e condições estruturais que estão distribuídos pela cidade e disponíveis à sociedade.

3. A dimensão **Social** pode ser entendida como o que está relacionado com a socialização de um indivíduo. Os seres humanos são seres sociais, uma vez que satisfazem suas necessidades materiais e simbólicas em grupo.

4. A dimensão **Educação Ambiental** diz respeito aos aspectos concretos das limitações dos recursos naturais do planeta Terra. Baseia-se em três pilares: ambiental, social e econômico. Todos devem ser trabalhados em conjunto com a finalidade de promover e resguardar a existência e funcionalidade de cada pilar, ou seja, as atitudes sustentáveis devem fortalecer a economia, preservar a natureza e desenvolver a sociedade.

5. A dimensão **Cultural** pode ser associada com a expressão de cultura de uma comunidade, assim, quando se fala em dimensão se refere à representação e as linguagens existentes nesta expressão cultural.

#### *Prazos*

- **Curto** – até Dezembro de 2024.
- **Médio** - até Dezembro de 2025.
- **Longo** - até Dezembro de 2026.

#### *Recursos Financeiros*

- Arrecadação da cobrança semanal e mensal de taxas e licenças dos feirantes, os quais serão revertidos para a própria Feira, com transparência na prestação e destinação destes recursos.
- Recursos provenientes das esferas estadual e federal, através de projetos de execução.

#### **Meio de Aferição da Ação**

- Acompanhamento da realização das ações previstas, processos e documentos homologados, relatórios de auditoria, audiência pública de prestação de contas, registros fotográficos, pesquisa de satisfação.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, REIS, G. de N. 2022.

# OBJETIVOS, METAS, AÇÕES E PRAZOS

1. PROJETOS ESTRUTURANTES	DIMENSÃO: GESTÃO (ADMINISTRATIVA, FINANÇAS E LEGAL)		
OBJETIVO	METAS	AÇÕES	PRAZO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar a gestão administrativa-organizacional, financeira, legal e promover capacitação profissional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar a gestão e o atendimento administrativo, financeiro, legal e profissional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisão das legislações pertinentes no que se refere a feira livre ou adicionar dispositivos regulamentares.</li> </ul>	Curto
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisão e cadastros de todos os feirantes fixos ou esporádicos.</li> </ul>	Curto
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitação dos fiscais de cobrança para melhor atender os feirantes.</li> </ul>	Curto
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitação dos feirantes para o trabalho na feira.</li> </ul>	Médio
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilizar guardas municipais para a segurança da feira.</li> </ul>	Curto
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consolidar parcerias entre instituições que trabalhem com produtores rurais, produção e comercialização de alimentos, legislação sanitária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Firmar parcerias com instituições federais e estaduais, universidades, prefeitura e ONGs para capacitar os feirantes quanto a comercialização de alimentos.</li> </ul>	Médio
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Ofertar cursos de aperfeiçoamento aos feirantes para o trabalho na feira.</li> </ul>	Médio
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Regularizar através dos órgãos competentes, os direitos trabalhistas dos feirantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Regularização dos feirantes junto aos órgãos competentes, garantia dos direitos trabalhistas junto ao SEBRAE.</li> </ul>	Médio
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de oficina educativa e orientadora voltada para os direitos trabalhistas e garantia da aposentadoria dos feirantes, em parceria com o SEBRAE e o Núcleo de Assistência Fiscal (NAF).</li> </ul>	Médio
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilizar linhas de créditos bancários especiais para os/as feirantes.</li> </ul>	Médio

2. PROJETOS ESTRUTURANTES		DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA	
OBJETIVO	METAS	AÇÕES	PRAZO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar as condições físicas dos equipamentos públicos e do espaço da feira livre.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar ou melhorar a estrutura física dos espaços públicos onde é realizada a feira livre, inclusive para atender as pessoas com mobilidade reduzida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação da base de operações para gestão (administrativo) e monitoramento/segurança (guardas municipais) no espaço da feira.</li> </ul>	Médio
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção de áreas de estacionamentos ou vagas exclusivas para os feirantes, com adesivos de identificação.</li> </ul>	Curto
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação ou reforma das instalações sanitárias para feirantes e consumidores.</li> </ul>	Curto
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorias no piso dos logradouros e praça em que acontece a feira livre, ou substituição por piso ecologicamente correto.</li> </ul>	Longo
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de placas informativas e de orientação no espaço onde ocorre a feira livre.</li> </ul>	Médio
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de serviço de som alto-falante no espaço da praça da feira livre para divulgação de utilidade pública e informações importantes.</li> </ul>	Médio
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reorganização das barracas de acordo os produtos oferecidos na feira livre.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorias na infraestrutura das barracas e lonas.</li> </ul>	Médio
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento da largura do corredor (vias de circulação na feira) entre 1m e 1,5 m através de marcação no piso para facilitar o acesso.</li> </ul>	Curto



3. PROJETOS ESTRUTURANTES		DIMENSÃO: SOCIAL	
OBJETIVO	METAS	AÇÕES	PRAZO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a gestão participativa e inclusiva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar a organização coletiva dos feirantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivo a organização legal de associação dos feirantes.</li> </ul>	Curto
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivo a criação de cooperativa de coleta seletiva.</li> </ul>	Médio
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a participação social e ativa dos feirantes e consumidores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivo a participação ativa dos feirantes nas reuniões e eventos sobre a feira livre.</li> </ul>	Curto
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Orientação junto aos consumidores quanto ao atendimento dos feirantes durante a compra dos produtos.</li> </ul>	Curto
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitar os feirantes para gerenciar o seu empreendimento, valorizando a sua realidade e as suas características socioculturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de oficinas temáticas referentes a feira.</li> </ul>	Médio
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência visual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequação ou inserção de piso tátil, placas informativas em braile, banheiros acessíveis, rampas com inclinação adequada, vagas de estacionamento exclusiva.</li> </ul>	Longo

4. PROJETOS ESTRUTURANTES		DIMENSÃO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
OBJETIVO	METAS	AÇÕES	PRAZO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar as condições ambientais no espaço da feira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter os espaços da feira livre limpos, higienizados, arejados e sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de desinfecção do espaço e equipamentos públicos da feira.</li> </ul>	Curto
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Inserção e manutenção de pias públicas nos pontos estratégicos da feira.</li> </ul>	Médio
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação e manutenção das instalações sanitárias, tornando-as em condições de uso.</li> </ul>	Curto
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Fornecimento de água de qualidade para consumo humano (bebedouros) e manipulação de alimentos.</li> </ul>	Curto
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Sensibilização para uso de avental e gorro/toca, para os/as feirantes que trabalham com produtos alimentícios.</li> </ul>	Curto
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitação os feirantes para o correto descarte dos resíduos sólidos e manuseio adequado dos alimentos.</li> </ul>	Médio
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Arborização do espaço da praça com árvores sombrosas e/ou frutíferas.</li> </ul>	Médio
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivo à venda de produtos orgânicos provenientes da agricultura familiar.</li> </ul>	Curto
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover ações de educação ambiental de conscientização e desenvolvimento sustentável abrangendo as dimensões econômica e social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de coleta do lixo durante o funcionamento da feira e entrega gratuita de sacos plásticos biodegradáveis para o feirante recolher o lixo de sua barraca.</li> </ul>	Curto
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Disposição de vasos para coleta seletiva do lixo em pontos estratégicos da feira, conforme determina a legislação.</li> </ul>	Curto
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de rodas de conversas para valorização dos padrões de produção e de consumo sustentáveis, integrando os ODS nº 8 e nº 11.</li> </ul>	Médio
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Efetivação de campanhas de educação ambiental; desconto financeiro aos usuários que levarem suas próprias sacolas recicladas para a Feira.</li> </ul>	Longo

5. PROJETOS ESTRUTURANTES		DIMENSÃO: CULTURAL	
OBJETIVO	METAS	AÇÕES	PRAZO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização identitária, cultural e patrimonial da feira livre capim-grossense.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar as manifestações culturais na feira, como a venda de artesanato, cordel e a apresentação de repentistas e sambadores que inclusive podem transformar a feira num atrativo turístico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de oficinas que valorizem aspectos da cultura no espaço da feira livre.</li> </ul>	Médio
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de espaços para apresentações e exposições culturais na feira.</li> </ul>	Médio
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação do Centro de Atendimento/Informações Turísticas – CAT.</li> </ul>	Médio
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar ao poder público municipal para tornar a Feira Livre de Capim Grosso como Patrimônio Histórico Cultural e Imaterial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração e distribuição de encarte para divulgação da feira livre e seus aspectos econômicos, sociais e culturais.</li> </ul>	Curto
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de projeto de lei junto ao IPHAN no intuito de tornar a feira livre de Capim Grosso como patrimônio histórico, cultural e imaterial.</li> </ul>	Longo

### Referências:

CAPIM GROSSO. **Lei Municipal nº 379/17**. Institui o Código de Postura do município de Capim Grosso.

\_\_\_\_\_. **Lei Municipal nº 380/2017**. Institui o Plano Diretor, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no município de Capim Grosso-BA. Disponível em: <https://www.capimgrosso.ba.leg.br/lei>. Acesso em: 27 de ab. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei Municipal nº 381/17**. Institui o Código Sanitário do município de Capim Grosso.

\_\_\_\_\_. **Lei Municipal nº 383/2017**. Código Tributário e de Rendas do município de Capim Grosso-BA.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br). Acesso em: 02 de out. 2022.

. Acesso em: 02 de out. 2022.



Artesanatos à venda na feira livre de Capim Grosso/BA.  
Fonte: Arquivo pessoal. REIS, G. de N. 2022.

## FEIRA LIVRE DE CAPIM GROSSO

- Em 1947, cria-se pelos primeiros moradores, uma pequena feirinha no dia de domingo.
- Em 1979, através de decreto municipal, a feira passa oficialmente para o dia de Segunda-feira.
- Atualmente ocupa 3km<sup>2</sup> de extensão e em média 300 feirantes.
- Ocupa as ruas Costa e Silva, Formosa, Francisca Turíbio, Pedro Lima, Presidente Médici e Teodoro Ferreira e a praça.
- A praça José Prado Alves, compreende uma área de aproximadamente 1.800m<sup>2</sup>.
- Encontra-se nesse espaço, os principais mercados municipais e o espaço coberto do feirante, construídos ao longo do tempo.

### QUEM SOMOS?

Gredison de Novais Reis,  
Mestrando em Planejamento  
Territorial/PLANTERR,  
Universidade Estadual de Feira de  
Santana - UEFS.

### OBJETIVO

Valorizar a feira livre de  
Capim Grosso enquanto prática  
cultural presente no espaço  
urbano.

### Fale conosco!

Telefone: (74) 98105-5170  
E-mail: gredsonnovaisgeo@hotmail.com  
Capim Grosso – Bahia. Ano 2023.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE  
SANTANA – UEFS / PLANTERR  
Av. Transnordestina, s/n - Novo Horizonte.  
CEP 44036-900 - Feira de Santana – BA.

## FEIRA LIVRE DE CAPIM GROSSO – BAHIA



Fonte: Google e arquivo pessoal. REIS, G. de N. 2022.

## DIVERSIDADE E CULTURA

# VALORIZAR A FEIRA LIVRE É MANTER VIVA A CULTURA LOCAL E REGIONAL.



Produtos à venda na feira livre de Capim Grosso/BA.

Fonte: Arquivo pessoal. REIS, G. de N. 2022.

**AS FEIRAS LIVRES  
CONSTITUEM-SE EM UMA  
PRÁTICA COMERCIAL MUITO  
ANTIGA, QUE GARANTE O  
SUPRIMENTO DE GÊNEROS  
ALIMENTÍCIOS, PROMUEM  
O DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, SOCIAL E  
CULTURAL.**

(UIEIRA, 2004)

## ○ QUE ENCONTRAR NA FEIRA?

- 1 Objetos e manifestações culturais.
- 2 Alimentos e artesanatos produzidos na hora.
- 3 Produtos da agricultura familiar.
- 4 Frutas, verduras e legumes.

### Horário de funcionamento:

Segunda-feira das 4h às 17h  
Terça à domingo



Beijos e Artesanatos à venda na feira livre de Capim Grosso/BA.

Fonte: Arquivo pessoal. REIS, G. de N. 2022.

**A FEIRA DE CAPIM GROSSO É CONSIDERADA UMA DAS MAIORES FEIRAS LIVRES PRESENTES NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUIPE, REALIZADA ÀS SEGUNDAS-FEIRAS, TEM COMO CARACTERÍSTICA A DIVERSIDADE DE ALIMENTOS, PRODUTOS E OBJETOS CULTURAIS.**

## Apêndice C: Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) – Feirantes

**TÍTULO DO ESTUDO:** Política urbana e a gestão de feiras livres: um estudo sobre a feira livre do município de Capim Grosso-Bahia.

**PESQUISADOR RESPONSÁVEL:** Gredison de Novais Reis

Você feirante está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Política urbana e a gestão de feiras livres: um estudo sobre a feira livre do município de Capim Grosso-Bahia”, sob a responsabilidade do pesquisador o Sr. Gredison de Novais Reis, estudante do Mestrado Profissional em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana.

É importante antes de concordar em participar da pesquisa, que compreenda as intenções e instruções contidas nesse documento. Caso você não consiga ler, o pesquisador fará a leitura deste termo para sua melhor compreensão.

A feira livre de Capim Grosso representa um evento de grande importância tanto para a população do município, quanto aqueles que a frequenta. Assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar as contribuições e os limites do planejamento territorial nas ações públicas de gerenciamento e reordenamento da feira livre do município de Capim Grosso - Bahia, entender o perfil socioeconômico dos feirantes e sua opinião sobre organização da feira livre. O conhecimento produzido neste estudo, poderá trazer melhorias às condições de trabalho na feira livre e gerar reflexões sobre reorganização deste espaço.

Sua participação nesse estudo é totalmente voluntária, não trará despesa financeira e nem receberá remuneração para participar da pesquisa. O participante responderá oralmente em seu local de trabalho, no dia da segunda-feira, um questionário aplicado pelo pesquisador com tempo estimado de 15 minutos de duração. Durante a abordagem participante e pesquisador devem respeitar distanciamento mínimo de 1 metro, uso obrigatório de máscara facial e álcool em gel contra a Covid-19.

Desconfortos, receios e/ou constrangimentos ao responder questões pessoais ao questionário poderão ocorrer. Caso isso aconteça, você não precisa responder o que foi perguntado e se decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo sem causar nenhum prejuízo, e as respostas dadas por você até o momento de sua desistência, não serão utilizadas, sendo garantido a confidencialidade e segurança dos seus dados. Se vier ocorrer algum dano material com você, resultante de sua participação, receberá assistência integral e imediata de forma gratuita, pelo tempo que for necessário e indenização diante de eventuais fatos comprovados, relacionados a pesquisa.

Os resultados deste estudo serão utilizados na dissertação de mestrado e divulgados após a defesa pública (março de 2023) nos murais da Prefeitura de Capim Grosso, Câmara de Vereadores, Setor de Tributos e distribuição de cartilhas informativas aos feirantes, e poderá ser apresentado em eventos, congressos e publicação em revistas científicas. Por ocasião de divulgação, a sua privacidade será respeitada, seu nome ou qualquer outro dado, será mantido em sigilo absoluto.

Os questionários respondidos ficarão guardados por um período de cinco anos, sob a responsabilidade do pesquisador, sendo posteriormente destruídos. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, pode entrar em contato com o pesquisador responsável, telefone (74) 98105-5170. Também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UEFS) através do telefone (75) 3161-8124, e-mail: cep@uefs.br ou correio: Avenida Transnordestina, S/N, Novo Horizonte, UEFS, Bairro Módulo I, MA 17. Feira de Santana/BA. CEP: 44036-900. O CEP/UEFS tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos. Funciona de segunda à sexta das 13:30h às 17:30h. Se concordar participar da pesquisa deverá rubricar as páginas no local indicado e assinar este documento em duas vias, ficando uma com você e outra com o pesquisador.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável

\_\_\_\_\_  
Participante ou pessoa por ele delegada

\_\_\_\_\_  
Rubrica do Pesquisador

Página 1 de 1

\_\_\_\_\_  
Rubrica do Participante

## Apêndice D: Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) – Usuários da feira

**TÍTULO DO ESTUDO:** Política urbana e a gestão de feiras livres: um estudo sobre a feira livre do município de Capim Grosso-Bahia.

**PESQUISADOR RESPONSÁVEL:** Gredison de Novais Reis

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Política urbana e a gestão de feiras livres: um estudo sobre a feira livre do município de Capim Grosso-Bahia”, sob a responsabilidade do pesquisador o Sr. Gredison de Novais Reis, estudante do Mestrado Profissional em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana.

É importante antes de concordar em participar da pesquisa enquanto usuário da feira livre, que compreenda as intenções e instruções contidas nesse documento. Caso você não consiga ler, o pesquisador fará a leitura deste termo para sua melhor compreensão.

A feira livre de Capim Grosso representa um evento de grande importância tanto para a população do município, quanto aqueles que a frequenta. Assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar as contribuições e os limites do planejamento territorial nas ações públicas de gerenciamento e reordenamento da feira livre do município de Capim Grosso – Bahia, bem como investigar as características da feira livre local. O conhecimento produzido com este estudo, poderá trazer melhorias para o espaço da feira livre e gerar reflexões sobre reorganização deste espaço.

Sua participação nesse estudo é totalmente voluntária, não trará despesa financeira e nem receberá remuneração para participar da pesquisa. O participante responderá oralmente no momento de realização de suas compras na segunda-feira pela manhã nas barracas ou boxes, um questionário aplicado pelo pesquisador com tempo estimado de 10 minutos de duração. Durante a abordagem participante e pesquisador devem respeitar distanciamento mínimo de 1 metro, uso obrigatório de máscara facial e álcool em gel contra a Covid-19.

Desconfortos, receios e/ou constrangimentos ao responder questões pessoais ao questionário poderão ocorrer. Caso isso aconteça, você não precisa responder o que foi perguntado e se decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo sem causar nenhum prejuízo, e as respostas dadas por você até o momento de sua desistência, não serão utilizadas, sendo garantido a confidencialidade e segurança dos seus dados. Se vier ocorrer algum dano material com você, resultante de sua participação, receberá assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário e indenização diante de eventuais fatos comprovados, relacionados a pesquisa.

Os resultados serão utilizados na dissertação de mestrado e divulgados após a defesa pública (março de 2023) nos murais da Prefeitura de Capim Grosso, Câmara de Vereadores, Setor de Tributos e distribuição de cartilhas informativas na feira livre, e poderá ser apresentado em congressos e publicação em revistas científicas. Por ocasião de divulgação, a sua privacidade será respeitada, seu nome ou qualquer outro dado, será mantido em sigilo.

Os questionários respondidos ficarão guardados por um período de cinco anos, sob a responsabilidade do pesquisador, sendo posteriormente destruídos. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, pode entrar em contato com o pesquisador responsável, telefone (74) 98105-5170. Também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UEFS) através do telefone (75) 3161-8124, e-mail: cep@uefs.br ou correio: Avenida Transnordestina, S/N, Novo Horizonte, UEFS, Bairro Módulo I, MA 17. Feira de Santana/BA. CEP: 44036-900. O CEP/UEFS tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos. Funciona de segunda à sexta das 13:30h às 17:30h. Se concordar participar da pesquisa deverá rubricar as páginas no local indicado e assinar este documento em duas vias, ficando uma com você e outra com o pesquisador.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável

\_\_\_\_\_  
Participante ou pessoa por ele delegada

\_\_\_\_\_  
Rubrica do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Rubrica Participante

## **Apêndice E:** Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) – Poder Público

**TÍTULO DO ESTUDO:** Política urbana e a gestão de feiras livres: um estudo sobre a feira livre do município de Capim Grosso-Bahia.

**PESQUISADOR RESPONSÁVEL:** Gredison de Novais Reis

O(A) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Política urbana e a gestão de feiras livres: um estudo sobre a feira livre do município de Capim Grosso-Bahia”, sob a responsabilidade do Sr. Gredison de Novais Reis, estudante do Mestrado Profissional em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana.

É importante antes de concordar em participar da pesquisa representando o Poder Público, que compreenda as intenções e instruções contidas nesse documento. A feira livre de Capim Grosso representa além do econômico, acentuado valor histórico-cultural tanto para a população do município, quanto aqueles que a frequenta. Esta pesquisa tem por objetivos analisar as contribuições e os limites do planejamento territorial nas ações públicas de gerenciamento e reordenamento da feira livre do município de Capim Grosso – Bahia e investigar a forma em que os órgãos administrativos municipais promovem a gestão pública e o planejamento territorial urbano da feira livre local. O conhecimento produzido com este estudo possibilitará a gestão pública municipal melhor análise e identificação dos problemas relacionados à feira livre e implantação de ações públicas para a promoção de melhorias e (re)organização deste espaço urbano.

Sua participação nesse estudo é totalmente voluntária, não trará custo de ordem financeira, e consiste em conceder uma entrevista presencial com roteiro prévio, podendo ser gravada por meio de áudio e/ou vídeo, a realizar-se em local fechado, sem interferências externas e horário previamente definido, com tempo estimado entre 1 a 2 horas de duração. Para minimizar a transmissão da Covid-19, durante a entrevista, participante e pesquisador devem respeitar distanciamento mínimo de 1 (um) metro, uso obrigatório de máscara facial e álcool gel.

No decorrer da entrevista poderá vir a gerar algum constrangimento, incômodo ou desconforto ao responder questões específicas. Caso isso ocorra, o(a) senhor(a) não precisa responder o que foi perguntado e se decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer fase da pesquisa, tem absoluta liberdade de fazê-lo sem causar nenhum prejuízo ou penalização, e as respostas dadas pelo(a) o(a) senhor(a) até o momento de sua desistência, não serão utilizadas sendo garantido a confidencialidade e segurança dos seus dados. Se vier ocorrer algum dano material com o(a) senhor(a), resultante de sua participação neste estudo, receberá assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário e indenização diante de eventuais danos comprovados, decorrentes da pesquisa.

Os resultados alcançados neste estudo serão utilizados na dissertação de mestrado e disponibilizados após a defesa pública (março de 2023), nos murais da Prefeitura de Capim Grosso, Câmara de Vereadores, Setor de Tributos, distribuição de cartilhas informativas na feira livre e doação de um mapa georreferenciado da área pesquisada à gestão municipal, também poderá ser apresentado em congressos e publicação em revistas científicas. Por ocasião de sua divulgação, sua privacidade será respeitada, e mantido em sigilo absoluto.

A gravação e transcrição da entrevista ficarão guardadas por um período de cinco anos, sob a responsabilidade do pesquisador, sendo posteriormente eliminados. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, o(a) senhor(a) pode entrar em contato com o pesquisador responsável pelo telefone (74) 98105-5170. Também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UEFS) através do telefone (75) 3161-8124, e-mail: cep@uefs.br ou correio: Avenida Transnordestina, S/N, Novo Horizonte, UEFS, Bairro Módulo I, MA 17. Feira de Santana/BA. CEP: 44036-900. O CEP/UEFS tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos. Funciona de segunda à sexta-feira das 13:30h às 17:30h. Se o(a) senhor(a) concordar participar da pesquisa deverá rubricar as páginas no local indicado e assinar este documento em duas vias, ficando uma com o(a) senhor(a) e outra com o pesquisador.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável

\_\_\_\_\_  
Participante ou pessoa por ele delegada

\_\_\_\_\_  
Rubrica do Pesquisador

Página 1 de 1

\_\_\_\_\_  
Rubrica do Participante



**Apêndice F: Roteiro de Questionário Semiestruturado - Feirantes**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO**  
**TERRITORIAL – PLANTEERR – MESTRADO PROFISSIONAL**

**ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO n.º 01**Entrevistados: **Feirantes**

**Código: CGSFF01** - (CG: Capim Grosso; SF: Segunda Feira; F: Feirante 01: Número entrevistado/a).

- Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino
- Quantos anos você possui?  
 Entre 18 - 21 anos     De 22 – 25     De 26 – 30     De 36 - 40  
 De 31- 35     De 41- 45     De 46- 50     51 anos ou mais
- Onde você reside atualmente? \_\_\_\_\_

OBS: Especificar bairro, zona rural, outro município/qual:

- Nível de escolaridade:  
 Não Alfabetizado  
 Ensino Fundamental - 1ª a 4ª série     Completo  Incompleto  
 Ensino Fundamental - 5ª a 8ª série     Completo  Incompleto  
 Ensino Médio – 1º ao 3º ano     Completo  Incompleto  
 Ensino Superior Completo     Completo  Incompleto  
 Curso Técnico     Completo  Incompleto  
 Especificar: Qual? \_\_\_\_\_

- O que lhe motiva a trabalhar como feirante?

Item	Discordo Completamente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Completamente
Complementação da renda familiar					
Fonte principal de renda familiar					
Tem aptidão para comércio					

- Há quanto tempo é feirante em Capim Grosso?  
 Menos de 1 ano     Entre 2 e 5 anos     Entre 5 e 10 anos  
 Entre 10 e 15 anos     Entre 15 e 20 anos     21 anos ou mais

7. Qual a sua renda com a atividade da feira?

( ) Até um salário mínimo ( ) Entre 1 e 2 salários mínimos ( ) Acima de 3 salários mínimo

8. Você desenvolve alguma outra atividade além de ser feirante? ( ) Sim ( ) Não

Qual (is): \_\_\_\_\_

9. Além feira da cidade de Capim Grosso, trabalha nas feiras de outros municípios?

( ) Sim ( ) Não Qual (is): \_\_\_\_\_

10. Quais aspectos a feira livre de Capim Grosso se diferencia das demais?

Item	Discordo Completamente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Completamente
Espaço adequado e infraestrutura					
Diversidade de produtos					
Qualidade e preço dos produtos					
Organização e segurança					
Higiene					
Limpeza e cuidado com o meio ambiente					

11. Para trabalhar na feira livre de Capim Grosso é pago alguma taxa financeira? Se sim, qual valor e frequência? \_\_\_\_\_

12. Possui algum registro para trabalhar na feira de Capim Grosso? Se sim, onde e quanto tempo? \_\_\_\_\_

13. Existem alguma garantia para os direitos trabalhistas? Se não, o que tem feito de forma individual? \_\_\_\_\_

Os produtos que vende são produzidos na sua propriedade? Se não, de onde adquire? \_\_\_\_\_

14. Você considera a feira livre importante para o desenvolvimento do município de Capim Grosso?

( ) Discordo Completamente	( ) Discordo Parcialmente	( ) Indiferente	( ) Concordo Parcialmente	( ) Concordo Completamente
-------------------------------	------------------------------	-----------------	------------------------------	-------------------------------

15. Sobre os problemas que existe no espaço onde acontece a feira livre da cidade:

Item	Discordo Completamente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Completamente
Falta de organização					
Limpeza					
Infraestrutura					
Insegurança					

16. O que pensa sobre a reorganização da feira livre ou uma possível mudança de local?

<input type="checkbox"/> <b>Discordo Completamente</b>	<input type="checkbox"/> <b>Discordo Parcialmente</b>	<input type="checkbox"/> <b>Indiferente</b>	<input type="checkbox"/> <b>Concordo Parcialmente</b>	<input type="checkbox"/> <b>Concordo Completamente</b>
--	---	---	---	--

17. Você já participou ou participa de reuniões sobre a feira livre de Capim Grosso?

Não

Sim, o que propôs? \_\_\_\_\_

**Apêndice G: Roteiro de Questionário Semiestruturado – Usuários da feira**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO**  
**TERRITORIAL– PLAN TERR – MESTRADO PROFISSIONAL**

**ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO n°. 02**

Entrevistados: **Usuários da feira livre de Capim Grosso Bahia**

**Código: CGUF01** - (CG: Capim Grosso; UF: Usuário da Feira; 01: Número entrevistado/a)

1. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino
2. Quantos anos você possui?  
 ( ) Entre 18 - 21 anos ( ) De 22 – 25 ( ) De 26 – 30 ( ) De 31 - 35  
 ( ) De 36 - 40 ( ) De 41- 45 ( ) De 46- 50 ( ) 51 anos ou mais
3. Qual seu endereço? ( ) Sede – Capim Grosso ( ) Zona rural – Capim Grosso  
 ( ) Outro município Qual? \_\_\_\_\_
4. Com que frequência vem a feira livre de Capim Grosso as segundas-feiras?  
 ( ) 1 vez ao mês ( ) 2 vezes ( ) 3 vezes ( ) Mais de 4 vezes
5. O que lhe motiva a frequentar e comprar na feira? Justifique:  
 \_\_\_\_\_
6. O que geralmente adquire na feira livre de Capim Grosso? Pode assinalar mais de uma opção: ( ) Frutas/verduras ( ) Carne ( ) Roupas ( ) Utensílios domésticos  
 ( ) Outros
7. Qual a contribuição da feira livre de Capim Grosso para o desenvolvimento do município?  
 ( ) Contribui efetivamente com a economia do município  
 ( ) Contribui em partes com a economia do município  
 ( ) Nada contribui com a economia do município  
 Justifique: \_\_\_\_\_
8. Qual(is) problema(s) abaixo você considera que existe no espaço onde acontece a feira livre da cidade de Capim Grosso? Pode assinalar mais de uma opção:  
 ( ) Higiene ( ) Limpeza ( ) Infraestrutura ( ) Insegurança ( ) Pavimentação inadequada ( ) Não tem problema
9. Como você avalia a organização da feira livre de Capim Grosso?  
 ( ) Muito organizada ( ) Em partes organizada ( ) Razoável ( ) Ruim

**Apêndice H: Roteiro de Entrevista Semiestruturada – Poder Público**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO**  
**TERRITORIAL– PLANERR – MESTRADO PROFISSIONAL**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA nº. 03**

Representação: **Poder Público**

**Código: CGPD01** - (CG: Capim Grosso; PD: Poder Público; 01: Número entrevistado).

1. Qual a importância da feira livre para o desenvolvimento do município de Capim Grosso?
2. Como a feira se interage com os outros espaços da cidade?
3. Quais problemas que a gestão municipal têm enfrentando no espaço onde é realizada a feira livre da cidade?
4. Como acontece a gestão da feira livre? Há algum setor responsável para esse fim?
5. Existem políticas públicas direcionadas a feira livre?
6. Existe alguma lei/marco legal que regula o funcionamento da feira livre? Se sim, qual? E na prática como funciona?
7. No município de Capim Grosso existe o Plano Diretor? Se sim, como é retratada a feira livre?
8. O que a gestão pensa sobre o futuro da feira livre de Capim Grosso?
9. Existe algum projeto de reorganização ou mudança de local?
10. Quanto a formalização e regularização dos direitos trabalhistas dos feirantes, o que tem pensado a gestão sobre essa questão?

## 8. ANEXOS

**Anexo A:** Parâmetros de arrecadação da feira livre de Capim Grosso – BA, Jan/2019 e Jun/ 2022



### ARRECAÇÃO FEIRA LIVRE CAPIM GROSSO/BA 10 de agosto de 2022

#### 1. PARÂMETROS

**Período:** 01/01/2019 a 30/01/2019

#### 2. ARRECAÇÕES

Aparelho	Quantidade de Contribuintes	Valor Arrecadado
GALAXY J1 01	588	R\$ 2.866,00
GALAXY J1 02	366	R\$ 2.847,00
GALAXY J1 03	354	R\$ 2.772,00
<b>Totais</b>	<b>1308</b>	<b>R\$ 8.485,00</b>



### ARRECAÇÃO FEIRA LIVRE CAPIM GROSSO/BA 10 de agosto de 2022

#### 1. PARÂMETROS

**Período:** 01/06/2022 a 30/06/2022

#### 2. ARRECAÇÕES

Aparelho	Quantidade de Contribuintes	Valor Arrecadado
Not Found	625	R\$ 8.461,00
<b>Totais</b>	<b>625</b>	<b>R\$ 8.461,00</b>

**Anexo B: Parecer Consubstanciado do CEP****PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL NAS AÇÕES PÚBLICAS PARA GERENCIAMENTO E REORDENAMENTO DAS FEIRAS LIVRES: UM ESTUDO SOBRE A FEIRA LIVRE DO MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO-BAHIA.

**Pesquisador:** GREDISON DE NOVAIS REIS

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 56261221.3.0000.0053

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual de Feira de Santana

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio  
Universidade Estadual de Feira de Santana

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.380.239

**Apresentação do Projeto:**

Este é o parecer ético a respeito dos protocolos da pesquisa " CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL NAS AÇÕES PÚBLICAS PARA GERENCIAMENTO E REORDENAMENTO DAS FEIRAS LIVRES: UM ESTUDO SOBRE A FEIRA LIVRE DO MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO-BAHIA", que tem como pesquisador responsável GREDISON DE NOVAIS REIS.

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa".

Segundo o que está nas informações básicas do projeto (doravante, IBP), "Este projeto de pesquisa intitulado "Contribuições e limites do planejamento territorial nas ações públicas para gerenciamento e reordenamento das feiras livres: um estudo sobre a feira livre do município de Capim Grosso-Bahia" tem como objetivo compreender as contribuições e os limites do planejamento territorial nas ações públicas de gerenciamento e reordenamento da feira livre do município de Capim Grosso - Bahia, bem como, entender o perfil socioeconômico dos feirantes cadastrados e sua percepção sobre o gerenciamento e reordenamento da feira livre de Capim Grosso; investigar as especificidades da feira livre deste município; analisar o Plano Diretor Municipal e outros marcos regulatórios no que concerne a regularização e inserção da feira livre no espaço urbano do capimgrossense; investigar a forma em que os órgãos administrativos

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FEIRA DE SANTANA, 01 de Maio de 2022

Assinado por:

Brian Gordon Lutalo Kibuuka  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS

**Bairro:** Módulo I, MA 17

**CEP:** 44.031-460

**UF:** BA

**Município:** FEIRA DE SANTANA

**Telefone:** (75)3161-8124

**E-mail:** cep@uefs.br